



Anais da Assembléia

N.90

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 27 DE AGOSTO DE 1987

ANO XIII

1.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.^a LEGISLATURA
ATA DA 076.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 27 DE AGOSTO DE 1987
QUINTA-FEIRA.

Presidência do Senhor Deputado Eduardo Baggio, secretariada pelo Senhores Deputados Anibal Khury e Edmar Luiz Costa.

Às dez horas é registrada a presença dos seguintes senhores Deputados: Antônio Annibelli, Eduardo Baggio, Ferrari Júnior, Anibal Khury, Lindolfo Júnior, Vera Agibert, José Alves, Acyr Mezzadri, Alexandre Ceranto, Algaci Túlio, Amélia Hruschka, Antônio Barbara, Antônio Belinati, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Domingos Scarpellini, Edmar Luiz Costa, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Gernote Kirinus, Hermas Brandão, João Arruda, José Afonso Júnior, José Felinto, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcântara, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antônio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Pirajá Ferreira, Quielse Crisóstomo, Rafael Greca, Raul Lopes, Sabino Campos, Tadeu Lúcio Machado, Valderi Mendes Vilela e Werner Wanderer (49). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Haroldo Ferreira, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Nestor Baptista e Paulino José Delazeri (05).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a
S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Em votação a ata que acaba de ser lida.
Aprovada.

O SR. PEDRO TONELLI - (Pela Ordem) - Senhor Presidente, solicito verificação de votação da Ata.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - A Mesa defere e irá proceder à verificação de votação.

O SR. CAÍTO QUINTANA - (Pela Ordem) - Eu

requeiro a chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - A Mesa defere e solicita ao Senhor 1º Secretário que proceda à chamada nominal dos Senhores Deputados.

(É procedida a chamada nominal dos Senhores Deputados).

33 Senhores Deputados responderam à chamada nominal.

Há "quorum" para deliberação.

A Presidência irá proceder à verificação de votação da Ata, atendendo solicitação do Senhor Deputado Pedro Tonelli.

(É procedida à verificação de votação).

Vinte e oito Senhores Deputados aprovam; nenhum Senhor Deputado rejeita.

Aprovada a Ata.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que abaixo subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o Douto Plenário, Regime de Urgência para o Projeto de Lei nº 133/87, que cria o Município de Santa Tereza do Oeste.

Sala das Sessões, em 27.08.87.

(aa) ANTÔNIO ANNIBELLI
DAVID CHERIEGATE
GERNOTE KIRINUS.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei nº 57/87, que declara de Utilidade Pública a Sociedade Beneficente São Francisco de Assis de Boa Vista da Aparecida.

Sala das Sessões, em 27.08.87.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, Regime de Urgência para o Projeto de Resolu-

ção nº 50/87, que autoriza a realização de plebiscito na área que abrigará o futuro Município de Lindoeste.

Sala das Sessões, em 27.08.87.

(a) GERNOTE KIRINUS.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, Regime de Urgência para o Projeto de Resolução n. 49/87, que autoriza a realização de plebiscito na área que abrigará o futuro Município de Santa Tereza do Oeste.

Sala das Sessões, em 27.08.87.

(a) GERNOTE KIRINUS

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Resolução n. 51/87, que autoriza a realização de plebiscito no distrito de Palmeirinha, Município de Guarapuava, para que a população decida sobre a criação do município de Palmeirinha.

Sala das Sessões, em 27.08.87.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados Estaduais Nelson Vasconcellos e Djalma de Almeida César, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM a Mesa Executiva, ouvido o Plenário, Regime de Urgência para o Projeto Lei n. 150/87, que denomina Senador Flávio Carvalho Guimarães a Rodovia PR-151, que liga Ponta Grossa - Castro - Piraí do Sul - Jangariaíva - Sengés, de sua autoria.

Sala das Sessões, em 27.08.87.

(aa) NELSON VASCONCELLOS e

DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que abaixo subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o Douto Plenário, Regime de Urgência para o Projeto de Lei n. 58/87, que cria o Município de Lindoeste.

Sala das Sessões, em 27.08.87.

(aa) ANTÔNIO ANNIBELLI,

DAVID CHERIEGATE e

GERNOTE KIRINUS

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência no Projeto de Lei n. 267/86, que

cria o Município de Santa Lúcia, desmembrado do Município de Capitão Leônidas Marques, de autoria do Deputado Mário Pereira.

Sala das Sessões, em 27.08.87.

(a) DAVID CHERIEGATE

JUSTIFICATIVA:

Trata-se de anseio antigo da comunidade do Distrito de Santa Lúcia que sua emancipação seja efetivada e nada mais justo usando a localidade possui os quesitos necessários para que possa se desmembrar do Município de origem.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a apreciação em Regime de Urgência para o Projeto de Resolução n. 001/87, que dá nova redação ao parágrafo 5º, do artigo 123, do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 27.08.87.

(a) BASÍLIO ZANUSSO

Líder do PFL

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, sejam dispensados de Redação Final todos os Projetos atualmente em 3ª Discussão que não sofreram emendas durante sua tramitação.

Sala das Sessões, em 27.08.87.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

REQUEIRO, com base no Regimento Interno, a dispensa da discussão e votação da Redação Final para o Projeto de Lei n. 178/86, aprovado em 3ª Discussão na sessão de 24 do corrente mês e que não sofreu emendas na sua tramitação.

Sala das Sessões, em 27.08.87.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado abaixo subscrito no desempenho de seu mandato parlamentar, REQUER, após ouvido o Plenário, a aprovação de Regime de Urgência para os Projetos de Lei sob os n. 111, 139 e 176/87 e para o Projeto e Resolução n. 47/87.

Sala das Sessões, em 27.08.87.

(a) PEDRO TONELLI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Rafael Greca, Deputado que este subscreve, ocupante do gabinete número 1

do Edifício Tancredo Neves, REQUER à douta Comissão Executiva, a criação de um serviço de portaria para triagem e assistência social no saguão do Palácio Tancredo Neves, substituindo o jardim, desnecessário e que vai em ruína, e nas demais portarias desta Assembléia.

Sala das Sessões, em 27.08.87.

(a) RAFAEL GRECA.

JUSTIFICATIVA:

Os funcionários dos gabinetes de vários Deputados neste ano de 1987, puderam privar de visitas e solicitações do cidadão Mário José Sato e de sua mãe e familiares, que agora está sendo indiciado em inquérito policial como perverso matador de duas moças de Curitiba, as infelizes Martha Bornatoski, de 15 anos, e Lurdinha Aparecido, 30 anos, conforme a crônica policial de hoje.

O referido cidadão esteve em nosso gabinete, chegou a solicitar medicamentos, a primeira vez de uso infantil, outra de receitas "azuis", isto é, tidos como drogas, e importunou da mesma forma outros gabinetes. Chegou mesmo a importunar funcionárias locais.

Não se trata de privar o povo de acesso aos seus Deputados, mas de - pelo respeito de um encaminhamento - prover a Casa de estrutura de recepção que compense a atual boa vontade dos nossos seguranças, e até auxilie o objetivo maior de busca de soluções para o desditoso problema social deste País.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a consignação de votos de profundo pesar pelo falecimento do vereador José Gonçalves Ávila, ocorrido no último dia 20 de agosto de 1987, em São João do Ivaí.

Requer ainda, que do presente se dê ciência aos familiares do extinto, dirigindo a correspondência a Ilustríssima Sra. Iracema Leopoldina de Jesus, A/C da Prefeitura Municipal de São João do Ivaí, CEP 86.930, São João do Ivaí, Paraná.

Sala das Sessões, em 27.08.87.

(a) ORLANDO PESSUTI.

JUSTIFICATIVA:

José Gonçalves Ávila, cidadão benquistado e respeitado, era vereador pelo PMDB em São João do Ivaí, havendo sempre se esmerado em bem servir a coletividade. Seu passamento deixa uma grande lacuna entre seus familiares, amigos e correligionários.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,

no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a consignação de votos de profundo pesar pelo falecimento do Sr. IZIDORO NECKEL, produtor rural, que residia na localidade de Barraquinha, município de Ivaiporã, ocorrido no dia 19 de agosto de 1987.

Requer, ainda, que do presente se dê ciência aos familiares do extinto, dirigindo correspondência ao Ilustríssimo Sr. Inácio Manoel Neckel, a/c do Vereador Eliaquim Sérgio Chaves da Conceição, Câmara Municipal de Ivaiporã, Praça dos Três Poderes, s/n, CEP. 86.870, Ivaiporã - Paraná.

Sala das Sessões, em 27.08.87.

(a) ORLANDO PESSUTI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado nos Anais desta augusta Casa, um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Genésio Luiz Follador, nascido no Município de Francisco Beltrão, de família ali há muitos anos radicada, solicitando-se que seja dada ciência à família enlutada desta homenagem.

Sala das Sessões, em 27.08.87.

(a) JOÃO ARRUDA.

JUSTIFICATIVA:

O falecimento do jovem Genésio Luiz Follador comoveu o povo de Francisco Beltrão. Nascido de tradicional família, radicada naquele município há muitos anos, desde tenra idade, participou dos mais variados eventos, conquistando simpatias e amizades sinceras. Bancário de profissão, nessa atividade amejou invejável respeito de toda a clientela do UNIBANCO - entidade a que sempre serviu como funcionário. Destacou-se como desportista eclético, praticando várias modalidades e emprestando seu apoio, seu nome, sua energia e vitalidade, ajudando a escrever páginas memoráveis em conquistas inesquecíveis para a juventude de Francisco Beltrão, não sendo demais afirmar-se que em algumas delas sua participação foi decisiva.

Sua extraordinária dedicação no campo desportivo, principalmente, garantiu-lhe o imenso afeto e respeito que desfrutou sempre junto aos seus colegas e amigos.

Homenagear Genésio Luiz Follador, pois, será uma forma de homenagear a juventude beltronense e o entusiasmo com que procura escrever páginas imorredouras para a história daquele Município.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais,

REQUER, após ouvido o douto Plenário, a consignação de votos de profundo pesar pelo falecimento do Dr. Paulo Muszynski, ocorrido no dia 19 de agosto de 1987.

Requer, ainda, que do presente se dê ciência a ilustríssima Dra. Lídia Muszynski - A/C da Diretoria da Procuradoria, Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 27.08.87.

(a) ORLANDO PESSUTI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos de hoje, voto de profundo pesar a Sra. Maria Aparecida Bot, pelo falecimento no dia 25.08.87, do Sr. CARLOS BOT, residente na rua Olarias, 83, Bairro da Campina do Siqueira.

Tal passamento vem consternar o bairro, face ao número de amigos e conhecidos deixados e pelas atividades exercidas em prol daquela comunidade.

Requer, outrossim, que do pronunciamento desta Casa se dê ciência à família enlutada, e aos amigos do bairro.

Sala das Sessões, em 27.08.87.

(a) ANTÔNIO BÁRBARA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, data vênua à douta Mesa, após ouvir o egrégio Plenário, seja inserido nos Anais desta histórica sessão votos de pesar pelo falecimento do Vereador José Gonçalves Ávila, do Município de São João do Ivaí, ocorrido tragicamente no dia vinte de agosto do presente exercício.

Uma vez aprovado, que se dê ciência à sua esposa, Sra. Iracema Leopoldina de Jesus, no Distrito de Santa Luzia da Alvorada, extensivo a todos os familiares, bem como à Câmara Municipal e Vereadores.

Sala das Sessões, em 27.08.87.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO.

JUSTIFICATIVA:

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

É com o coração triste que vimos a este augusto Plenário, com o objetivo de propormos os nossos votos pesarosos pelo falecimento precoce do ínclito companheiro José Gonçalves Ávila, ocorrido no infausto dia vinte de agosto do corrente, vítima de um acidente automobilístico.

Grande líder comunitário, Santa Luzia da Alvorada perde alguém que dedicou sua vida inteiramente em favor do próximo. Não tinha dia, nem hora que o "Neguinho", como carinhosamente todos o chamavam, não pudesse atender quem o procurasse. Sem acep-

ção partidária, cor, credo religioso, classe social ou quaisquer referenciais específicos de quem o procurava, atendendo sempre a todos com a mesma presteza, dedicação e altruísmo.

Tanto se dedicou, que em cumprimento de sua missão, como insubstituível paladino da assistência social, veio falecer num trágico acidente, quando transportava um companheiro, doente grave, para um hospital em Londrina.

Em sua vida pública deixa uma lacuna imensurável, pois como Vereador mais votado do PMDB em São João do Ivaí, ocupou uma posição de destaque junto à população.

Nosso anelo é que Deus console a família enlutada e que se levantem homens desta estirpe e que se dê continuidade à proposta primitiva do nosso Partido, que é o atendimento ao homem.

É a justificativa.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, voto de pesar pelo falecimento do Sr. NICOLAU PROCHEIRA, pioneiro e líder no Distrito de Dorizon, Município de Mal. Mallet.

Sala das Sessões, em 27.08.87.

(a) VERA AGIBERT.

JUSTIFICATIVA:

O Sr. Nicolau Procheira, líder na comunidade ucraniana em Dorizon, foi ativo participante em várias construções religiosas e beneficentes. Nossa condolência a todos os familiares e em especial à Provincial da Congregação Servas de Maria Imaculada, Irmã Zita Procheira.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, voto de pesar pelo falecimento da Senhora Eudócia Didkun, Professora e ex-Diretora do Colégio Santa Olga de Prudentópolis, Ponta Grossa e Curitiba.

Sala das Sessões, em 27.08.87.

(a) VERA AGIBERT.

JUSTIFICATIVA:

A Professora Eudócia Didkun, teve sua vida dedicada à educação e aos enfermos, fazendo dela uma vida cheia de trabalho e dedicação pelos mais necessitados.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimen-

to do Dr. Paulo Muszynski, ocorrido nesta Capital no último dia 19.

REQUER, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 27.08.87.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI.

JUSTIFICATIVA:

Aos 42 anos de idade, faleceu no último dia 19, nesta Capital, o Doutor Paulo Muszynski, filho do Senhor Gregório e Dona Francisca e irmão da Sra. Lídia Muszynski, funcionária desta Casa.

O passamento do Dr. Paulo veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de todo seu grande círculo de amigos, inclusive Diretores e colegas do BANESTADO, onde era um de seus conceituados advogados.

Ao longo da existência as pessoas ou passam e desaparecem sem deixar marcas na memória dos outros, ou marcam profundamente a passagem por conquistas de amizades e por características de bom relacionamento com a comunidade, como foi o caso do grande amigo e companheiro peemedebista de todas as horas.

O tempo e a distância jamais poderão apagar de nossos corações a lembrança daquele que soube conquistar a nossa amizade.

O destino privou seus familiares do seu convívio, entretanto, no céu as mãos têm muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos e sua alma engrandece ao Senhor, que olhará para a condição humana de seu servo.

A Assembléia Legislativa do Paraná, sente-se no dever de associar-se à dor que abalou a família Muszynski, enviando-lhe voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Hermes Scarante, ocorrido nesta Capital.

REQUER, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 27.08.87.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI.

JUSTIFICATIVA:

Aos 56 anos de idade, faleceu, nesta Capital, o Senhor Hermes Scarante, funcionário aposentado do D.E.R., deixando viúva dona Dilara e dois filhos.

O passamento do Senhor Hermes veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seus colegas de trabalho e to-

do o seu grande círculo de amigos.

A família e os amigos choram premidos pela dor, e a Assembléia Legislativa tem o sagrado dever de associar-se ao luto da família Scarante, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Rafael Greca, Deputado Estadual que este subscreve, ouvido o Plenário, solicita a inserção nos Anais, de voto de profundo pesar pelo incêndio, ainda não elucidado, na madrugada do dia 25 de agosto, da Biblioteca do Instituto Neo-Pitagórico, na rua Dario Velloso, no local conhecido como Templo das Musas, onde teriam perecido vinte a trinta mil volumes de uma biblioteca de interesse paranista e da humanidade, bem tombado pelo Estado do Paraná, fruto de um esforço que principiou em 1909, quando o Professor Dario Velloso fundou o Instituto e para lá canalizou boa parte da "inteligência" da nossa então jovem província.

Solicitamos também, seja feita a perícia policial do incêndio, para que o Estado possa ter certeza de suas causas, e se obrigue a instalar mecanismos de prevenção junto a outros acervos. Neste sentido solicitamos seja oficiado ao Secretário de Estado da Cultura, Dr. René Dotti, para providências e satisfações cabíveis à consciência cultural do Paraná e do Brasil.

Sala das Sessões, em 27.08.87.

(a) RAFAEL GRECA.

JUSTIFICATIVA:

O Templo das Musas, de 1909, é um bem cultural de interesse de preservação para a Cidade de Curitiba, consta dos noventa e nove bosques que o Prefeito Jaime Lerner priorizou conservar na sua primeira gestão. Consta da relação de bens imóveis que nós, no IPPUC, em 1980/81 relacionamos como imprescindíveis para a memória da Cidade. A biblioteca estava tombada pelo Conselho do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado pelos seus livros de humanidades, pelo seu acervo de obras dos chamados filósofos "livre-pensadores" e anti-clericais dos séculos XVIII a XIX e início deste. Ali estava uma "Enciclopédia" de inestimável valor. Uma coleção de revistas raríssimas, completa, do Clube Curitibano, uma parte da coleção de Relatórios dos Presidentes da Província do Paraná, uma parte da coleção do primeiro jornal paranaense "O 19 de Dezembro", vários livros paranistas, um resumo da produção literária dos simbolistas e esotéricos locais, para citar alguns tópicos do que já é cinza. Com certeza deve haver no Patrimônio Cultural da SECE uma relação do que quei-

mou, junto ao processo de tombamento, (as afirmações acima fizemos de memória, na pressa de encaminhar o requerimento ao Plenário, e devem ser relevadas se há incorreções).

Há que se comprometer o Estado com sua obrigação constitucional de preservar a memória, além do discurso oficial.

Qualquer biblioteca incinerada é uma vitória das trevas e do obscurantismo. Ainda que, no ensinamento de Pitágoras, "mesmo tudo desaparecendo a essência permanece", há que se lutar para que substrato e essência fiquem para os que vão nascer.

Quando a Biblioteca de Alexandria foi queimada pelo fanatismo dos primitivos cristãos coptas, no século IV da nossa era, o mundo muito perdeu. O incêndio do Templo das Musas faz, na proporção, com que o Paraná perca de igual valor. O que dói é o silêncio local. A mediocridade abafa até a nossa possibilidade de lamentação. Lutemos para que não abafe a ação e a preservação.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado, na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de congratulações ao Excelentíssimo Senhor Governador Álvaro Dias e ao Secretário dos Transportes, Dr. Heinz Georg Herwig pela duplicação da BR-376.

REQUER, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência ao Senhor Governador e ao Secretário dos Transportes.

Sala das Sessões, em 27.08.87.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI.

JUSTIFICATIVA:

O voto de congratulações deste Poder Legislativo se impõe, prestigiando a iniciativa e descortino do Governador Álvaro Dias e do Secretário dos Transportes, Heinz Georg Herwig, que acabam de definir a duplicação da BR-376, entre Curitiba e Garuva (SC), eliminando, para o sistema viário do País, um dos seus piores gargalos, representado pela tristemente célebre "rodovia da morte", cuja melhoria será iniciada a partir de setembro próximo.

A manifestação desta Casa se impõe, principalmente pelo fato de o Governo do Estado ter assumido para si, diretamente, a tarefa de construção da nova pista da Rodovia BR-376, mediante negociação com o Ministério dos Transportes, que ressarcirá os custos que o Estado incorrer nessa obra. Essa solução revela um largo descortino do Governador Álvaro Dias e do Secretário Heinz Georg Herwig, merecedora do aplauso de todos os paranaenses.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, voto de congratulações aos desportistas paranaenses Nelly Amaral - ganhadora de Medalha de Bronze na modalidade de Tiro ao Alvo; Cristiano Michelena - ganhador de Medalha de Prata e duas de Bronze na modalidade de Natação; Rinaldo Caggiano - ganhador de Medalha de Ouro na modalidade de Judô e Rogério Cherobin - ganhador de Medalha de Bronze na mesma modalidade; Rolando Ferreira - ganhador de Medalha de Ouro na modalidade de Basquete Masculino; Antônio C. Hunger, Jair Braga e Renato Mazzaron - ganhadores de Medalha de Bronze na modalidade de Revezamento 4 x 100; e Paulo Jamur - ganhador de Medalha de Bronze na modalidade de Ciclismo, nos X Jogos Pan-Americanos em Indianápolis, nos Estados Unidos da América.

REQUER, ainda, seja dada ciência aos referidos desportistas do teor do presente requerimento.

Sala das Sessões, em 27.08.87

(a) ANIBAL KHURY.

JUSTIFICATIVA:

Os desportistas arrolados no presente requerimento são dignos da singela homenagem que pode fazer este Poder Legislativo para aclamar e apoiar aqueles que podem se considerar verdadeiros desportistas, pois o são somente aqueles que não esmorecem diante das dificuldades que lhes são apresentadas. E todos sabemos das enormes e variadas dificuldades que passa um desportista em nosso País para poder ingressar no rol dos renomados campeões do Esporte. A luta é árdua, onde na maioria das vezes o desportista abnega de suas próprias necessidades em prol de almejar o perfeccionismo exigido para sua performance. Contudo, os já citados desportistas mostraram que vale este espírito de luta que neles existe - que os fazem tão diferentes - para alcançar este perfeccionismo, subindo ao pódio e mostrando no estrangeiro o brilhantismo dos paranaenses.

Todos os desportistas aqui mencionados são exemplos de orgulho não somente para o nosso Estado do Paraná, como para todo o Brasil. São sabedores da grande responsabilidade com que arcaram representando o nosso País, defendendo tão nobremente, através do amor ao esporte, a condição de levar ao pódio a honra deste querido País.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Rafael Greca, Deputado que este subscreve, ouvido o Egrégio Plenário, solicita a transcrição nos Anais da presente sessão, de Voto de Congratulações e Apeço

à jovem esportista curitibana, senhorita Gisele Tourinho Miró, pela brilhante conquista, para o Brasil e para o Paraná, da medalha de ouro de Tênis nos Jogos Pan-americanos recentemente realizados nos EUA, em Indianápolis.

Faça-se tal menção para a história, também pelo fato da mesma desportista haver conquistado ainda uma outra medalha - de bronze - sobretudo como demonstração de atenção, da consciência política do Paraná, representada nesta Casa, ao Esporte e à propagação do Esporte entre os moços e moças deste País.

Ao associar-se à glória da jovem Gisele, à alegria dos seus, dos curitibanos, paranaenses e brasileiros, esta Assembléia estará cumprindo o seu papel político de prestar atenção no futuro, e semear, pelo debate de idéias, uma nova realidade, do Brasil que merecemos, tão diferente do Brasil que temos, oprimido pela pobreza e retardado de seu grande destino pela ignorância.

Vale também este registro como prova de entusiasmo, para desmentir voz corrente entre o nosso povo, de ser o sucesso entre nós objetivo de inveja e aversão. Nós, portanto, ao acolhermos a jovem curitibana vencedora nesta Casa, pretendemos diminuir no Paraná a timidez e o derrotismo, e promover o esporte e a identidade desta terra.

Sala das Sessões, em 27.08.87.

(a) RAFAEL GRECA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de votos de congratulações ao Sindicato dos Corretores de Imóveis do Estado do Paraná e ao Conselho Regional de Corretores de Imóveis pela passagem do "Dia do Corretor de Imóveis".

Requer, ainda, que seja dada ciência ao Conselho Regional de Corretores de Imóveis, e ao Sindicato dos Corretores de Imóveis.

Sala das Sessões em 27.08.87.

(a) EZEQUIAS LOSSO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o douto Plenário, voto de congratulações ao Comando da 5.^a Região Militar e a todos seus subordinados pela passagem do "Dia do Soldado", elemento a quem devemos a segurança de nossa Pátria.

Sala das Sessões em 27.08.87.

(a) EZEQUIAS LOSSO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a inserção nos Anais desta Casa, de votos de congratulações pela passagem do Dia do Soldado.

Requer ainda, que do presente se dê ciência aos Comandos Militares sediados nesta Capital.

Sala das Sessões, em 27.08.87.

(a) ORLANDO PESSUTI.

JUSTIFICATIVA:

Não podemos ignorar esta data, nem tampouco o exemplo patriótico do soldado, que por vocação segue uma carreira onde o dever, lealdade e disciplina, são, a cada momento, postos à prova.

Aos bravos defensores da Pátria, dos Cidadãos e da Ordem, prestamos a nossa homenagem neste dia.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado votos de congratulações ao Dr. Paulo Munhoz da Rocha, pela sua posse na presidência da Rede Ferroviária Federal S/A.

Sala das Sessões, em 27.08.87.

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

JUSTIFICATIVA:

Pela primeira vez, nos trinta anos da RFFSA, um funcionário de carreira assume a presidência da empresa, um paranaense que nos honra com o devido reconhecimento de sua capacidade técnica e administrativa ao tomar posse em cargo federal tão importante.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário e em regime de urgência, sejam insertos nos Anais da Sessão Plenária de hoje, votos de congratulações a serem oficiados ao Município de Cruzeiro do Oeste, representado pelo seu Prefeito, Sr. João Ferreira, ao ensejo de seu aniversário, transcorrido no dia 26 de agosto de 1987.

Sala das Sessões, em 27.08.87.

(a) NILTON BARBOSA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado voto de congratulações aos atletas

paranaenses que participaram nos Jogos Pan-Americanos de Indianápolis: Medalha de Ouro, Gisele Miró, no tênis feminino; Rinaldo Caggiano, no judô; Rolando Ferreira, no basquete; Medalha de Prata: Cristiano Michelana, na natação; Marcos Mazaron, no ciclismo; Medalha de Bronze: Pedro Paulo Chiamulera, no atletismo, Zé Luiz, no handebol masculino; Margaret e Eleane, no handebol feminino; Rogério Cherubim, no judô; Cristiano Michelana, na natação, Nelly Amaral, no tiro; Antônio Carlos Silvestre e Paulo Jamur, no ciclismo.

Outrossim, requer ainda, que da decisão da Mesa, seja dada ciência aos atletas vencedores.

Sala das Sessões, em 27.08.87.

(a) NESTOR BAPTISTA.

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento fundamenta-se no fato da brilhante participação dos atletas paranaenses que os coloca em destaque no cenário mundial o nome do Paraná.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado voto de congratulações ao piloto Alexandre Bernardi, pela conquista do Campeonato de Motocross Brasileiro, categoria "B".

Outrossim, requer ainda, que da decisão da Mesa seja dada ciência ao grande vencedor, Alexandre Bernardi.

Sala das Sessões, em 27.08.87.

(a) NESTOR BAPTISTA.

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento prende-se ao fato da conquista de Alexandre Bernardi no Campeonato de Motocross Brasileiro, categoria B, por antecipação, assim mostrando a força do Paraná.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado infra-assinado, baseado no Art. 134, § 1.º, inciso IV do Regimento Interno, REQUER que, após ouvido o egrégio Plenário, conste na Ata dos trabalhos de hoje, um voto de congratulações ao engenheiro Paulo Munhoz da Rocha, por estar assumindo a Presidência da Rede Ferroviária Federal S/A.

Paulo Munhoz da Rocha iniciou na Rede Ferroviária em 1966 como estagiário de Engenharia, tendo se formado como técnico nos próprios quadros da empresa.

Em 1975 foi Presidente da Associação dos Engenheiros da Rede Viação Paraná - Santa Catarina.

Também em 1975, encabeçou a luta pela criação de uma nova região administrativa, que tivesse a jurisdição sobre a área per-

tencente à RVPSC. Na sua proposta defendia a descentralização administrativa, a importância geoeconômica da malha ferroviária para atendimento dos dois Estados, a diminuição da burocracia e salientava a importância da atuação do Porto de Paranaguá nas exportações da produção do Paraná. Graças ao seu empenho, no dia 09 de dezembro de 1975, o então Presidente da RFFSA, General Milton Mendes Gonçalves, oficializou a criação da Superintendência Regional de Curitiba. Alguns anos depois, em 1980, Paulo Munhoz da Rocha assumia essa Superintendência, posto este que exerceu por sete anos.

Após 25 anos de brilhante carreira, com um "curriculum" onde constam cursos de especialização efetuados na França, Suíça e Espanha, Paulo Munhoz da Rocha chegou hoje à Presidência da Rede Ferroviária Federal S/A, cargo este merecidamente alcançado pelo seu indiscutível e relevante desempenho.

Sentimo-nos honrados em manifestar nossas sinceras congratulações a este valeroso homem, que tanto tem contribuído com a classe dos ferroviários e com o desenvolvimento econômico-financeiro de nosso querido Paraná.

Requeiro que cópia deste expediente seja encaminhado ao homenageado.

Sala das Sessões, em 27.08.87.

(a) EDMAR LUIZ COSTA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, votos de congratulações aos corretores do Paraná, pela comemoração do "Dia Nacional do Corretor de Imóveis".

Sala das Sessões, em 27.08.87.

(a) ANTÔNIO BELINATI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a consignação de votos de regozijo pela vitória da chapa "O Poder da realização" que elegeu os novos dirigentes do Conselho Deliberativo do Esporte Clube Pinheiros, tendo à frente o senhor Antônio Carlos de Mello Pacheco.

Requer ainda, que do presente se dê ciência ao Conselho Deliberativo do Esporte Clube Pinheiros, Av. Presidente Kennedy, 2377, CEP. 80.310, Curitiba - PR.

Sala das Sessões em 27.08.87.

(a) ORLANDO PESSUTI.

JUSTIFICATIVA:

O Esporte Clube Pinheiros é uma organização que nasceu do idealismo, e através

dos anos, pelo dinamismo e persistência de seus dirigentes e associados, é hoje um clube social e esportivo dos mais respeitados.

Cabe-nos, nesta oportunidade, prestar a nossa homenagem a toda Família Pinheirense, pelo magnífico exemplo democrático com que soube conduzir as eleições. Vitoriosos e vencidos, seguem irmanados, lutando pela mesma causa: a grandeza deste grande clube paranaense.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado um voto de regozijo pelo pronunciamento efetuado por Sua Excelência o Sr. Secretário de Estado da Cultura, em favor da instituição circense em nosso Estado.

Sala das Sessões, em 27.08.87.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER envio de expediente ao Ministro da Fazenda, Bresser Pereira, manifestando o apoio desta Casa às reivindicações da representação agropecuária com respeito ao imobilismo das autoridades federais diante da crise financeira da produção rural.

REQUER, outrossim, que se dê ciência da decisão da Casa à FAEP e à OCEPAR.

Sala das Sessões, em 27.08.87.

(a) EZEQUIAS LOSSO.

JUSTIFICATIVA:

As reivindicações apresentadas através dessa representação são as seguintes:

a) - Cumprimento compulsório da Resolução nº 1.352, de 1º de julho último, no que se refere à devolução, pelo Banco do Brasil e bancos comerciais, da correção monetária indevidamente cobrada no período ali previsto.

b) - Criação de um fundo de saneamento financeiro para dar cobertura a contratos formalizados por produtores rurais para custear suas atividades agrícolas e que foram celebrados com recursos livres.

c) - Estender as disposições da Resolução nº 1.352 às operações de natureza essencialmente agrícola, formalizadas com recursos do PRONAGRI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos de hoje, de voto de aplausos à campeã Gisele Tourinho Miró pela conquista da medalha de ouro nos Jo-

gos Pan-americanos.

REQUER, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência a Gisele Tourinho Miró.

Sala das Sessões, em 27.08.87.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI.

JUSTIFICATIVA:

É motivo de orgulho para todos nós, paranaenses, o feito desta jovem atleta, Gisele Miró, levando tão alto o nome de nosso Estado, a exemplo do que já fizeram, em outros campos, seu pai, o ilustre jurista Joaquim Miró, e seu avô, General Ayrton Tourinho. Modelo de persistência e dedicação, Gisele vê compensado seu esforço de tantos anos com um prêmio que significa uma das glórias maiores, ambicionadas por qualquer atleta, que é a medalha de ouro nos Jogos Pan-americanos.

Nós comemoramos com ela a vitória do talento, da confiança e da criatividade, e vemos em sua conquista a imagem de um belo e jovem Paraná, disposto a vencer barreiras na busca do lugar que merece.

Está de parabéns Gisele, está de parabéns o esporte do Paraná e do Brasil, e estamos felizes todos nós, que vimos ser hasteada a bandeira brasileira no templo dos esportes da América graças ao esforço de um "bicho do Paraná".

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de aplausos aos atletas: Rinaldo Caggiano, Rolando Ferreira, Gisele Miró, Cristiano Michelena, Marcos Mazzaron, Pedro Paulo Chiamullera, José Luiz, Margarette e Eliane, Rogério Cherobim, Nelly Amaral, Antônio Carlos Silvestre e Paulo Jamur, pela participação e conquista de medalhas nos X Jogos Pan-americanos.

REQUER, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência a todos os atletas nominados.

Sala das Sessões, em 27.08.87.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI.

JUSTIFICATIVA:

O Brasil conquistou sessenta e uma medalhas nos X Jogos Pan-americanos, dessas, o Paraná - pelo talento, fibra e dedicação de seus atletas - contribuiu com quinze, sendo três de Ouro, duas de Prata e dez de Bronze.

Rinaldo Caggiano, Rolando Ferreira, Gisele Miró, Cristiano Michelena, Marcos Mazzaron, Pedro Paulo Chiamullera, José Luiz, Margarette e Eliane, Rogério Cherobim, Nelly Amaral, Antônio Carlos Silvestre e Paulo Jamur elevaram bem alto o nome do Paraná e o valor dos nossos esportistas.

Alguns deles obtiveram até mais de uma medalha, o que realça ainda mais o valor da vitória.

O preparo de um povo para os embates maiores, para o bem-estar coletivo, é também medido pelas conquistas no terreno esportivo. O Paraná, nos últimos anos, tem se destacado no campo dos desportos, fato que por si só nos dá a certeza de que estamos a cada dia melhor preparados. Os atletas paranaenses são hoje motivo de orgulho e alegria para todos e principalmente um grande exemplo aos jovens que se dedicam às atividades esportivas mesmo que amadoristicamente; exemplo também às instituições públicas e particulares, que não devem jamais deixar de dispensar o apoio necessário para que nossos atletas e esportistas em geral tenham sempre maiores condições, pois devemos reconhecer que estes que brilharam em Indianápolis fizeram além do esperado, porque encontraram muitas dificuldades a vencer antes dos obstáculos de cada prova.

Portanto, como estímulo a esses atletas e a todos os que sonham com a glória de conquistas esportivas, a Assembléia Legislativa do Paraná, registra para a posteridade, na Ata dos trabalhos de hoje, este feito histórico.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, REQUER, na forma regimental, após ouvido o Plenário, a expedição de telegrama ao Ministro do Interior e da Justiça do Chile, nos seguintes termos:

"A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, TENDO EM VISTA A SITUAÇÃO DOS PRESOS POLÍTICOS DA REGIÃO DE VALPARAISO E O ASSASSINATO, NO PRESÍDIO, DE RIGOBERTO PIZARRO PEÑA, VEM MANIFESTAR ÀS AUTORIDADES CHILENAS SUA PREOCUPAÇÃO PELA SITUAÇÃO CARCERÁRIA, O RESGUARDO DE SUAS INTEGRIDADES FÍSICAS E A LIBERDADE DESSES PRESOS POLÍTICOS"

A justificativa do requerimento está consubstanciada no documento em anexo.

Sala das Sessões, em 27.08.87.

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN.

JUSTIFICATIVA:

O CHILE

O Chile é um País com 12 milhões de habitantes. Banhado pelo Oceano Pacífico, limita-se ao Oeste com a Argentina e ao Norte com a Bolívia.

Na América Latina, o Chile é um País de tradição democrática e com alto grau de consciência política que se reflete em sua forte estrutura partidária.

Após a experiência de Eduardo Frei (Democracia Cristã), entre 1964 e 1970, o

povo chileno escolheu para Presidente da República o médico Salvador Allende (Partido Socialista).

Do governo de Allende - 1971/73 - denominado de UNIDADE POPULAR participavam os Partidos Socialistas, Comunistas, Radical, Mapu e Esquerda Cristã. Este governo aprofundou a realização da Reforma Agrária, nacionalizou o cobre (principal riqueza do País), criou área social da produção, criou um sistema de abastecimento e preços, melhorou as condições de vida dos trabalhadores. Enquanto a América Latina vivia sob o regime de ditaduras militares, no Chile, Allende mantinha as mais amplas liberdades políticas.

Durante uma década - 1964/73 - o Chile foi para os lutadores sociais brasileiros e latino-americanos a pátria da liberdade, o refúgio garantido de suas integridades físicas e de liberdade de expressão do pensamento. Território da libertação nacional e social em direção ao Socialismo, acolheu filhos do Brasil no período mais negro da ditadura militar em nosso País. Não se trata hoje de pagar uma dívida, mas de desenvolver o mesmo apoio e solidariedade que um povo em liberdade é capaz de oferecer a outro.

O golpe militar encabeçado pelo General Augusto Pinochet, em setembro de 1973, derrubou o Governo da UNIDADE POPULAR e assassinou Allende. Este golpe expressou a reação dos interesses norte-americanos aliada aos interesses internos de uma oligarquia agrária e industrial. O que se assistiu daí em diante foram as violações de direitos: assassinatos, campos de concentração, torturas, falta de liberdade, desaparecimentos, exílios, proibição da existência legal dos partidos políticos.

A partir de 1984, com a I Greve Geral, o povo intensificou sua luta. Em julho e setembro de 1986, novamente foram realizadas greves gerais. Há um documento intitulado DEMANDA DO CHILE, representativo de toda oposição que solicita que renuncie Pinochet e que se retorne à democracia ao Chile. O MDP-Movimento Democrático Popular, é hoje uma das forças mais atuantes em favor de uma democracia avançada no Chile.

Nos cárceres, mais de quinhentos presos políticos lutam pela liberdade. O COMITE CHILE LUTA, junto com outras entidades, desenvolve no Paraná, um trabalho de apadrinhamento dos presos políticos chilenos.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, após manifestação

do Plenário e em Regime de Urgência, REQUER o envio de cópia de seu pronunciamento do dia 24 de agosto do corrente, ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado do Planejamento, Dr. Francisco Magalhães e ao Senhor Chefe da Casa Civil, Gilney Carneiro Leal.

Sala das Sessões, em 27.08.87.

(a) NILTON BARBOSA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, de conformidade com suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Heinz Georg Herwig, Secretário de Estado dos Transportes, solicitando a liberação de 15 mil litros de óleo diesel, os quais serão destinados para recuperação de estradas do Município de Ivatuba.

Sala das Sessões, em 27.08.87.

(a) FERRARI JÚNIOR.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, de conformidade com suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Deputado Rubens Bueno, Secretário de Estado do Trabalho e Assuntos Comunitários, solicitando seja estudada a viabilidade de liberação de uma verba no valor de Cz\$ 200 mil para atendimento aos programas de trabalho da referida entidade.

Sala das Sessões, em 27.08.87.

(a) FERRARI JÚNIOR

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, de conformidade com suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Álvaro Dias, Governador do Estado Paraná, solicitando a nomeação das setenta e cinco professoras remanescentes do concurso de 1.ª à 4.ª séries, do primeiro grau, do ano de 1985, na Cidade de Maringá.

Informações que obtivemos do Senhor Manoel Gomes, Chefe do Núcleo Regional de Ensino de Maringá, dão conta de que há vagas físicas para tanto, o que viria a facilitar a nomeação das remanescentes.

Sala das Sessões, em 27.08.87.

(a) FERRARI JÚNIOR

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, de conformidade com suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Álvaro Dias, Governador do Estado do Paraná,

solicitando empenho quanto a regularização trabalhista dos professores conveniados com a FUNDEPAR, que passam por momentos difíceis.

Sala das Sessões, em 27.08.87.

(a) FERRARI JÚNIOR

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, de conformidade com suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Coronel Pedro Cunha, Comandante da Polícia Rodoviária do Estado do Paraná, solicitando seja estudada a viabilidade da liberação para que o destacamento de Sarandi dê atendimento aos acidentes ocorridos na BR-376, dentro do perímetro urbano do aludido Município.

O Município de Sarandi é cortado ao meio pela BR-376, rodovia que ainda não foi passada para o Município. Assim sendo, os acidentes ocorridos nesta BR, mesmo sendo dentro do Município, por se tratar de uma Rodovia Federal, devem ser atendidos pela Polícia Rodoviária.

Devido ao fato de não ter policial designado para o trânsito, contando somente com o Chefe de Trânsito, o qual tem seu serviço dificultado por tratar-se de um civil, é que fazemos tal reivindicação.

Sala das Sessões, em 27.08.87.

(a) FERRARI JÚNIOR

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente de conformidade com suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Engenheiro Heinz Georg Herwig, Secretário de Estado dos Transportes, solicitando a construção de duas pontes sobre o Rio Ivatuba, Gleba Paiçandu, uma no lote 103 e outra no lote 110, no Município de Ivatuba.

Sala das Sessões, em 27.08.87.

(a) FERRARI JÚNIOR

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, de conformidade com suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Engenheiro Osmar Fernandes Dias, Secretário de Estado da Agricultura, solicitando a viabilidade de liberação de recursos no valor de Cz\$ 500 mil, para construção de um Abastecedor Público, na localidade denominada Colônia Mineira, no Município de Ivatuba.

Sala das Sessões, em 27.08.87.

(a) FERRARI JÚNIOR

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, de conformidade com suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Doutor João Carlos Finardi, Diretor Presidente do Banco do Estado do Paraná S/A, solicitando estudos para implantação de um Posto Avançado do referido estabelecimento bancário no Município de Presidente Castelo Branco.

Sala das Sessões, 27.08.87.

(a) FERRARI JÚNIOR

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, de conformidade com suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Belmiro Valverde Jobim Castor, Secretário de Estado da Educação, solicitando a nomeação das setenta e cinco professoras remanescentes do concurso de 1.^a a 4.^a séries, do primeiro grau, do ano de 1985, da cidade de Maringá.

Informações que obtivemos do Senhor Manoel Gomes, Chefe do Núcleo Regional de Ensino de Maringá, dão conta de que há vagas físicas para tanto, o que viria a facilitar a nomeação das remanescentes.

REQUER, ainda, seja anexado ao expediente xerox da manifestação dos professores.

Sala das Sessões, em 27.08.87.

(a) FERRARI JÚNIOR

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, de conformidade com suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Belmiro Valverde Jobim Castor, Secretário de Estado da Educação, solicitando a regularização trabalhista dos professores conveniados da FUNDEPAR, que passam por momentos difíceis.

Sala das Sessões, em 27.08.87.

(a) FERRARI JÚNIOR

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, de conformidade com suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Belmiro Valverde Jobim Castor, solicitando estudos para a realização de concurso para as professoras conveniadas com o Estado e que atuam, no momento, em escolas públicas no Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 27.08.87.

(a) FERRARI JÚNIOR

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado, Doutor Heinz Georg Herwig, solicitando as providências para o reinício das obras de asfaltamento da Rodovia que liga os Municípios de Quedas do Iguaçu e Três Barras do Paraná.

Sala das Sessões, em 27.08.87.

(a) DAVID CHERIEGATE

JUSTIFICATIVA:

As obras de asfaltamento da rodovia que liga o Município de Quedas do Iguaçu ao Município de Três Barras do Paraná foram iniciadas e já há algum tempo estão paralisadas provocando transtornos à locomoção dos moradores daquelas localidades.

Trata-se de uma solicitação das duas comunidades para que sejam reiniciadas as obras paralisadas para que os seus moradores possam transitar com maior segurança por aquela rodovia de acesso que interliga os Municípios.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Diretor Geral do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, apelando no sentido de determinar urgentes providências para a melhoria da sinalização existente na Rodovia BR-277, no trecho compreendido entre Curitiba e Borda do Campo, instalando-se, inclusive, nas proximidades desta última cidade, redutores de velocidade.

A solicitação acima justifica-se pelo intenso tráfego existente no referido trecho, com excessiva movimentação de caminhões, onde os veículos desenvolvem velocidade excessiva, provocando, em consequência, inúmeros acidentes, principalmente quando os transeuntes fazem a travessia dessa rodovia.

Sala das Sessões em 27.08.87.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, seja oficiado ao Senhor Secretário de Segurança Pública, solicitando a locação de uma viatura para a Delegacia de Polícia da Cidade de Mandirituba.

Sala das Sessões, em 27.08.87.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Os relevantes serviços prestados pela Delegacia de Mandirituba naquele Município estão sendo sensivelmente prejudicados pela falta de viatura para maior agilidade nos atendimentos. Uma viatura é, neste momento, uma necessidade inadiável, sob pena de sofrer à população de Mandirituba prejuízos imprevisíveis e irreparáveis.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de Ofício ao Excelentíssimo Senhor Alvaro Fernandes Dias e Belmiro Valverde Jobim Castor, respectivamente Governador do Estado e Secretário de Estado dos Assuntos da Educação, solicitando o aproveitamento das instalações do Colégio Militar de Curitiba, pelo Colégio da Polícia Militar, no caso de desativação do primeiro e reversão do imóvel ao Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 27.08.87.

(a) RAUL LOPES

JUSTIFICATIVA:

Após exaustivas negociações parece inviável a reconsideração da Resolução Ministerial que desativa o Colégio Militar de Curitiba, quanto ao que fomos contra desde o princípio, porém, tendo em vista que o Governador poderá solicitar a reversão do imóvel ao Estado e visto que é intenção manifesta da Secretaria de Educação manter ali, em funcionamento, um Colégio Estadual de 2º Grau, sendo que, as instalações atuais do Colégio da Polícia Militar atende a um percentual maior de civis do que de Policiais Militares, solicitamos a transferência do Colégio Militar para as instalações do Colégio Militar de Curitiba, mantendo-se, assim, as tradições de um Colégio Militar naquele próprio público, com ensino de 2º Grau. Salientamos, ainda, que o Colégio da Polícia Militar é hoje um dos caminhos dos jovens paranaenses para a Escola de Formação de Oficiais da Academia Policial Militar do Guatupê.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário desta Casa, sejam encaminhados ofícios aos Excelentíssimos Senhores Governador do Estado e Secretário de Estado da Segurança Pública, respectivamente, Alvaro Fernandes Dias, e Antônio Lopes de Noronha, solicitando especiais atenções para o problema da remuneração da Polícia Militar, encaminhada conseqüentemente a Assembléia Legislativa mensagem propiciando melhorias de soldo, tendo em vista as razões abaixo ex-

postas.

Sala das Sessões, em 27.08.87.

(a) RAUL LOPES

JUSTIFICATIVA:

Temos verificado nos noticiários da imprensa local, seja escrita, falada ou televisionada, que uma gama respeitável de fatos criminosos são cometidos por policiais da Polícia Militar.

Essas ocorrências se verificam com maior intensidade nos maiores centros urbanos paranaenses, com especial conotação em Curitiba, onde a concentração urbana é alta. Mas não é só na capital que os crimes são cometidos contra a integridade física das pessoas através de policiais fardados e também civis.

A crônica tem registrado uma quantidade respeitável de crimes praticados pelos homens responsáveis pela segurança pública, e muitos estudiosos têm procurado uma explicação lógica deste fenômeno sociológico, e as conclusões são de múltiplos fatores, ligados à atual situação econômica e psicológica global.

Trata-se, portanto, de um fenômeno já conhecido fartamente pelas autoridades, já que os servidores fardados estão sofrendo pressão, pois sua baixa renda mensal força o policial a libertar sua ira sobre os demais componentes da sociedade.

Na busca de melhores condições de vida, os militares se mobilizam para satisfação das necessidades materiais, transferindo-se para a polícia civil, aproveitando-se, destarte, o tempo de serviço para efeito de aposentadoria e a melhoria salarial.

Entretanto, não podemos rejeitar a hipótese de culpa dos próprios policiais militares, quando da elaboração dos parâmetros legais do código de vencimentos e vantagens, quando os oficiais e subalternos devem postular do Governo um tratamento mais ajustado à sua realidade.

Quando da elaboração do código de vencimentos da Polícia Militar em 1973, não houve uma preocupação mais específica para que a disparidade não fosse tão gritante.

É importante salientar que em face da legislação militar ser muito mais rígida e disciplinadora de obediência, a polícia civil leva grande vantagem na mobilização da classe, revertendo-a no benefício da melhoria salarial.

O que se verifica, conseqüentemente, é uma incorreção que precisa ser reparada com a maior brevidade, reformulando os índices de vencimentos, ou seja, dos oficiais e dos praças, desde soldado até o posto de coronel.

Para tanto, mister se faz que um Projeto de Lei seja enviado para esta Assembléia Legislativa examinar, discutir e votar, medida que esperamos seja tomada pelo

Senhor Coronel Comandante da Polícia Militar do Estado do Paraná, Senhor Secretário de Estado de Segurança Pública, com a respectiva mensagem do Senhor Governador, cuja origem também é a farda.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual Nelson Vasconcellos, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa Executiva, ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Secretário de Estado dos Transportes, Doutor Heinz Georg Herwig solicitando a construção do trevo de acesso ao Distrito de Perobal, na PR-323, no Município de Umuarama.

Sala das Sessões, em 27.08.87.

(a) NELSON VASCONCELLOS

JUSTIFICATIVA:

A rodovia PR-323 constitui hoje uma via de grande tráfego de carros e caminhões, não sendo mais possível a manutenção de acessos precários como o do Distrito de Perobal, onde serve a um volume de tráfego bastante expressivo, acarretando constantes acidentes de graves proporções com inúmeras vítimas, algumas até fatais.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual Nelson Vasconcellos, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa Executiva, ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Secretário de Estado dos Transportes, Doutor Heinz Georg Herwig, solicitando a pavimentação da estrada de ligação do Distrito de Perobal, Município de Umuarama, a Saltinho do Oeste, no Município de Iporã.

Sala das Sessões, em 27.08.87.

(a) NELSON VASCONCELLOS

JUSTIFICATIVA:

A estrada de ligação entre o distrito de Perobal a Saltinho do Oeste, de extensão de apenas 5 km, em virtude da precariedade de tráfego a qualquer precipitação pluviométrica, mais intensa, vem se colocando como forte obstáculo para a atividade agropecuária de grande expressão, em vista de sua estrutura de pequenas propriedades e da fertilidade de suas terras, sendo que chega a tornar-se intransitável, com sérios prejuízos à economia da região. A pavimentação asfáltica deste pequeno trecho, de apenas cinco km, virá facilitar sobremaneira as atividades econômicas desenvolvidas naquela região, e conseqüentemente favorecer grande contingente de produtores rurais que se servem desta rodovia.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,

no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Senhor Secretário da Segurança Pública, Antônio Lopes de Noronha, solicitando a instalação de um terminal telefônico e um aparelho para o Setor de Identificação no Município de Maringá.

Sala das Sessões, em 27.08.87.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação prende-se ao fato de que o Setor de Identificação de Maringá, em razão da deficiência citada, tem prestado serviços com prejuízos em relação ao atendimento ao público por falta de contato com a repartição, e um telefone seria de extrema importância ao referido órgão. Portanto, solicita-se que este terminal seja instalado com a máxima urgência.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Heinz Georg Herwig, Digníssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, solicitando pavimentações das seguintes estradas rurais: a) Estrada que liga a P-442=Assaí, entroncamento BR-369 (Uraí), numa distância aproximada de dezesseis quilômetros; b) Estrada Rural que liga a sede (Assaí) ao Pau D'Alho do Sul, numa extensão de vinte e três quilômetros.

Sala das Sessões, em 27.08.87.

(a) HOMERO OGUIDO

JUSTIFICATIVA:

Tais pedidos prendem-se ao fato de que as pavimentações asfálticas viriam beneficiar, prioritariamente, o escoamento da produção agrícola.

Trata-se de obras necessárias, vez que incentivarão o desenvolvimento industrial. Encontra-se projetada e em execução, situada na estrada Assaí - Uraí, a maior indústria de fiação de algodão da América Latina. O empreendimento oferecerá inicialmente quinhentos e cinquenta novos empregos à Comunidade assaiense.

As referidas obras irão beneficiar diretamente dez mil pessoas.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente às autoridades abaixo nominadas, formalizando convite para participarem, como convidados de honra desta Casa de Leis, do evento "Encontro Nacional de Pequena e Microempresas", que realizar-se-á no dia 18 de setembro do corrente ano, como promoção desta Casa e iniciativa

do signatário deste.

1. Ministro da Fazenda, Bresser Pereira;
 2. Ministro da Indústria e Comércio, José Hugo Castelo Branco;
 3. Ministro do Planejamento, Anízio Teixeira de Souza;
 4. Presidente do CEBRAE, Paulo Lustosa;
 5. Governador Álvaro Dias;
 6. Secretário de Estado da Indústria e Comércio, José Carlos Gomes de Carvalho.
- Sala das Sessões, em 27.08.87.
(a) LINDOLFO JÚNIOR

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Jornal Gazeta do Povo do dia 06 de agosto de 1987, traz matéria sobre a CELEPAR intitulada "Processamento de Dados do Paraná poderá ter privatização parcial", na qual consta a informação de que, "procurando racionalizar custos", o Estado pretende promover alterações na CELEPAR.

Diante do exposto, este Deputado REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Luiz Augusto de Lima, Diretor Presidente da CELEPAR, solicitando informações sobre os seguinte quesitos:

1. Qual é o projeto ou estudo existente que deu origem à matéria publicada na Gazeta do Povo, cópia em anexo?
 2. O que significa "descentralização na prestação de serviços de processamentos de dados ou poder público estadual"?
 3. Qual é o montante da economia a ser proporcionada pela "redução de custos"?
 4. Se verdadeiras as informações veiculadas pelo Jornal, qual serão as consequências em termos de Centralização e do monopólio dos dados públicos?
 5. Qual a composição e quem faz parte do Conselho Estadual de Informática?
 6. Qual a composição e quem faz parte do Conselho de Administração da CELEPAR?
- Sala das Sessões, em 27.08.87.
(a) PEDRO TONELLI

PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO PODERÁ TER PRIVATIZAÇÃO PARCIAL

Dentro do seu projeto de racionalização administrativa para a redução de custos, o governo do Estado pretende promover alterações na operação da CELEPAR, a companhia de Processamento de Dados Estadual do Paraná. O governo estaria avaliando comparativamente os custos praticados pela CELEPAR em relação à iniciativa privada, e se disporia a autorizar formas limitadas de concorrência em alguns segmentos, segundo fontes da Secretaria da Administração. Mas o processo poderia resultar no desmembramento formal do sistema de dados

públicos integrados que foi montado ao longo de mais de vinte anos, advertem alguns analistas de dentro da própria CELEPAR.

Um desdobramento da discussão estaria sendo travado no Conselho Estadual de Informática, órgão revitalizado na atual gestão e que já teria considerado a necessidade de abertura para o setor privado, menos por concorrência e mais para agilizar a massificação do programa de informatização no Paraná, inclusive no segmento hoje desassistido das prefeituras municipais.

EXPERIÊNCIA

Os partidários da descentralização na prestação de serviços de processamentos de dados ao poder público estadual argumentam com a experiência vivida durante o recadastramento eleitoral, quando os serviços contratados pela CELEPAR perante a Justiça Eleitoral foram redistribuídos a um "pool" composto, além da própria CELEPAR, pelos birôs privados, DATASERV (Curitiba) e EXACTUS (Londrina). Essa operação poupou a aquisição de um vultoso parque de terminais apenas para processar uma atividade, resultou em gerenciamento compartilhado por três empresas e permitiu ganhos de tempo que levaram a um rápido cumprimento do contrato.

O pensamento de autoridades da Secretaria da Administração e do Conselho de Informática (que é presidido pelo secretário do Planejamento) giraria em torno da liberdade de contratação por parte de certos usuários, com os repasses obedecendo a parâmetros de preços do mercado de PD.

RISCOS DE CADASTROS

No entanto o papel da CELEPAR é defendido por amplos setores, que apontam para o padrão de excelência atingido pela Companhia de Processamento de Dados do Paraná nestes mais de 20 anos de atuação. Corrigidos alguns estrangulamentos de máquina, a CELEPAR estaria capacitada a operar plenamente e com preços competitivos. Os analistas ouvidos (a diretoria ainda não chegou a ser contactada pela GP dado o caráter informal dos debates surgidos), levantam diversos argumentos: 1º. o acervo de programação desenvolvido dentro da própria companhia, tendo em vista necessidades específicas do setor público, como por exemplo um cadastro para penitenciárias; 2º. a centralização de dados públicos estaduais, através dos cadastros integrados que permitem a utilização instantânea de dados extraídos da grande massa de informes estatísticos, situação de obras públicas, lotação de funções e cargos, etc.

Os entrevistados lembram que outros Estados ainda hoje não conseguiram implan-

tar seus sistemas integrados, como o caso do Rio de Janeiro, onde o monopólio de dados públicos ainda não foi obtido, apesar de tentativas desde o Governo Chagas Freitas. "Se desmantelarmos as bases de dados operadas pela CELEPAR será afetado até o princípio da governabilidade: amanhã quando o governo quiser acessar um dado para saber o estágio de uma ponte sobre o rio "Caixaprego" terá que telefonar para o secretário da área. Hoje, basta digitar um código no terminal de vídeo que existe na Sala de Situação ao lado do seu gabinete", diz um técnico ligado a CELEPAR.

CPD PRÓPRIO

De toda forma o debate prossegue: logo no início do governo a SANEPAR quis implantar seu próprio CPD inclusive com grandes CPUs, a exemplo da COPEL e BANESTADO. Alertada, a nova diretoria da CELEPAR partiu para negociações inclusive em torno de custo dos serviços que presta. Um delegado de polícia reclamou que o cadastro, em vez de se desmembrar, precisa ser é mais integrado para que se possa por exemplo acessar os registros do DETRAN a partir do próprio distrito policial.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER, na forma regimental e ouvido o Douto Plenário, o envio de cópia deste expediente ao Deputado Federal Bernardo Cabral, relator da Comissão de Sistematização, para que mantenha na proposta a ser incluída no anteprojeto da Constituição e relativa à desapropriação agrária, a manifestação do Poder Judiciário em todos os respectivos processos desapropriatórios.

Sala das Sessões, em 27.08.87.

(a) JOSÉ AFONSO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

A reforma agrária se constituiu, no País, em tema de constantes debates e celeumas, face sua profunda complexidade. Não sou contra ela, mas contra os critérios adotados para seu alcance.

No momento em que o país vive um período de transição política, na contínua luta em busca para sua redemocratização, é preciso que todos os assuntos de ordem social, onde o homem é seu objetivo, sejam tratados com critérios sérios e honestos. A reforma agrária, portanto, deve, efetivamente, obedecer aos princípios eminentemente sociais, tendo como alvo o "homem da lavoura", com ela identificado. Por isso, as áreas a serem levantadas para futuras desapropriações devem ser feitas em bases reais, dentro da realidade brasileira, com equilíbrio e bom senso, evitando as intervenções especulativas de possíveis interessados, bem como as pressões de qualquer

natureza. Dentro desse parâmetro, a manifestação do Poder Judiciário nos processos desapropriatórios deve ser exercida com serenidade e imparcialidade, como órgão independente e fiscalizador, para obstar as injustiças.

Faz-se mister evitar que reformas sejam feitas através de "decretos", com frontal desagravo e desrespeito ao Poder Judiciário, no momento em que a sociedade brasileira, no seu todo, propugna pelo fortalecimento de nossas instituições jurídicas. Para que erros não sejam cometidos com irreparáveis injustiças, o pronunciamento do Poder Judiciário nos processos de reforma agrária não pode ser postergado.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente às autoridades abaixo nominadas manifestando integral apoio à reivindicação formulada pela Associação das Indústrias Moageiras de Milho do Paraná, através de seu Presidente, Senhor Emílio Germani, quando a referida classe pede que o milho seja estocado e industrializado no Paraná.

1. Ministro da Agricultura, Íris Rezende Machado;

2. Ministro da Fazenda, Bresser Pereira;

3. Secretário de Estado da Agricultura, Osmar Fernandes Dias.

Sala das Sessões, em 27.08.87.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

Os representantes das indústrias moageiras de milho, avicultores e demais interessados na manutenção do milho no Paraná reclamam que tanto o trigo quanto o milho sofrem, nos últimos anos, um "passeio" pelo país ou por outros Estados, e que hoje, essas classes são obrigadas a adquirir o produto fora, com graves prejuízos para a economia destes setores e para o Paraná.

O Paraná é atualmente o maior produtor de grãos e também o maior consumidor, consumindo anualmente 4 milhões de toneladas de milho e, para o segundo semestre restam ainda 2,5 milhões de toneladas no estoque do Estado e, no momento, não está faltando milho. No entanto, a mobilização que está sendo dirigida é para que no futuro não aconteça mais o que ocorreu em anos anteriores, quando foi preciso importar o referido produto do Mato Grosso. Segundo Emílio Germani, presidente da Associação das Indústrias Moageiras do Milho do Paraná, os setores consumidores estão solicitando ao Governo que apenas o excedente seja transferido para outros estados.

O Paraná responde pela produção de 70% do fubá que se come no Brasil e é na região norte que estão instaladas as grandes indústrias de ração animal, além de grandes criações. Soma-se ainda a Bolsa de Mercadorias e Cereais e Maringá que está operando normalmente na venda de milho e outros grãos.

O correto é armazenar o milho para estoque e à medida que as indústrias e demais segmentos estiverem necessitando o governo possa liberar o produto. O preço mínimo para a saca de milho é de Cz\$ 171,00, mas as indústrias moageiras já estão pagando aos cerealistas e produtores Cz\$ 175,00. Este pequeno aumento é devido à pouca oferta do produto, nas mãos destes dois segmentos. A maior parte foi adquirida pela Companhia de Financiamento da Produção e não está sendo ofertada.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER, na forma regimental, seja enviado cópia deste expediente ao Senhor Roque Piragine, DD. Diretor da SANEPAR, para que viabilize urgentes providências no sentido de dar solução ao problema da Rede de Esgoto do "Conjunto Habitacional Frei João Estevão Costa", da cidade de Santo Antônio da Platina, que se encontra em precaríssima situação e total abandono.

Sala das Sessões, em 27.08.87.

(a) JOSÉ AFONSO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

Por ocasião da viabilização do projeto então aprovado pelo referido órgão, foi construído o Conjunto Habitacional "Frei João Estevão Costa", com caixas de captação e tratamento dos excrementos e conseqüente lançamento no rio Ribeirão. Com a inexistência de caminhão fossa para atendimento do "Conjunto", houve destruição das caixas e fossas, permanecendo os detritos na própria área, trazendo, em conseqüência, sérios e lamentáveis problemas para toda a população ali existente. Para melhor entendimento do que se relata, segue em anexo, XEROX que ilustra o total abandono em que se encontra aquele logradouro, no que tange a sua rede de esgoto. Por essas razões, solicita-se a especial atenção da SANEPAR, através de sua Diretoria, para que as medidas adequadas sejam urgentemente tomadas para saneamento definitivo daquele lamentável problema que afeta diretamente os habitantes do aludido conjunto.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, na forma regimental, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja enviado cópia deste expediente

ao Senhor Secretário de Estado dos Transportes, Dr. Heinz Georg Herwig, para que determine a execução de um desaterro na faixa de terra de domínio da Transbrasiliana - BR-153, no trevo que dá acesso à rua 24 de maio, em direção à cidade, nas proximidades das empresas Nucini & Mourão, Adavel e Casa Rocha, no Município de Santo Antônio da Platina.

Sala das Sessões, em 27.08.87.

(a) JOSÉ AFONSO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

A medida que ora se pleiteia, torna-se imprescindível, tendo em vista o grande fluxo de veículos que transitam por aquela rodovia, oriundos, do Norte Novo e Região Sul do Estado, com destino à cidade de Santo Antônio da Platina, usando o trevo que dá acesso pela rua 24 de maio. Com a existência da faixa de terra de domínio da citada rodovia, com o terreno um tanto elevado naquele ponto, há sérias dificuldades à visibilidade dos motoristas, ocasionando, às vezes, acidentes de grandes proporções. Assim, procurando evitar futuras novas ocorrências com medidas preventivas, é de bom alvitre que o pleito solicitado seja objeto de imediata providência e atendimento pelo órgão competente, atendendo-se não apenas à segurança dos motoristas que demandam aquela cidade do Norte Pioneiro como à própria comunidade platinese.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER, na forma regimental e ouvido o douto Plenário, seja enviado cópia deste expediente ao Senhor João Carlos Finardi, DD. Presidente do Conglomerado BENESTADO, para que viabilize estudos para que sejam estampados nos novos e futuros talonários do Banco do Estado do Paraná S/A, os ipês da avenida Oliveira Mota, da cidade de Santo Antônio da Platina.

Sala das Sessões, em 27.08.87.

(a) JOSÉ AFONSO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

O pleito que ora se formula ao ilustre Presidente do Conglomerado BANESTADO, Senhor João Carlos Finardi, para que sejam estampados nos novos e futuros talonários do Banco do Estado do Paraná S/A, os ipês que orlam a avenida Oliveira Mota, da cidade de Santo Antônio da Platina, se justifica plenamente, em razão da beleza poética e ornamental que aquelas plantas simbolizam e representam para a cidade, principalmente por ocasião do advento da primavera. Satisfeito o pedido aquele progressista Município receberia um reconhecimento e tributo pela pujança do seu atuante comércio e a participação efetiva e decisiva de sua gente pelo real desenvolvimen-

to da região, que o transformou, pelo seu trabalho e empenho, no "pólo comercial da região norte pioneira". Por esses motivos, justo e merecido que os ipês que enfeitam e paramentam aquela cidade, dando-lhe um toque de indescritível e rara beleza, sobretudo, para que as cidades interioranas sejam também reverenciadas.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, usando das prerrogativas regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja enviado cópia deste expediente ao Senhor Martin Roeder, DD. Diretor Geral do DECON, para que sejam realizados reparos gerais na Escola Estadual Dona Moralina Eleotério, localizada na Vila São José, na cidade de Santo Antônio da Platina.

Sala das Sessões, em 27.08.87.

(a) JOSÉ AFONSO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

A Escola Estadual Dona Moralina Eleotério, da rede estadual de ensino, localizada na Vila São José, na cidade de Santo Antônio da Platina, encontra-se em precaríssimo estado de funcionamento em razão dos estragos nela existentes, necessitando de urgentes e gerais reparos.

Para que se dê um atendimento educacional às crianças que aportam àquela escola, mister se faz, também, que as condições físicas sejam adequadas e eficientes para que o aprendizando se sinta bem e possa usufruir, a contento, os ensinamentos ministrados pelos diligentes professores.

Assim sendo, para evitar que os estragos proliferem a ponto de suspensão das aulas seria de importância vital que esses reparos fossem executados no menor lapso temporal para que as crianças que frequentam aquele educandário possam ter, também, a total segurança. Por essas razões, justifica-se o pedido.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Parlamentares que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Meritíssimo Juiz Federal da 1.ª Vara de Curitiba, Dr. Milton Luiz Pereira, manifestando desagrado pela decisão em manter interditada a Estrada do Colono.

Sala das Sessões, em 27.08.87.

(aa) CAÍTO QUINTANA, LAURO LOBO ALCÂNTARA,
JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO, JOÃO ARRUDA,
WERNER WANDERER,
HAROLDO RODRIGUES FERREIRA,
GERNOTE KIRINUS, VALDERI MENDES VILELA e
SABINO CAMPOS

JUSTIFICATIVA:

Inicialmente, seria de grande importância sabermos que conceito de meio ambiente adotam os que defendem o fechamento definitivo da Estrada do Colono. Se partirmos do conceito que tem como princípio fundamental a conservação em estado natural e intocado da fauna e da flora, encontraremos motivação não só para o fechamento da Estrada do Colono, como também para a interdição de toda e qualquer transformação antrópica da natureza.

Além do que, com o fechamento da Estrada do Colono, estaríamos suprimindo um patrimônio histórico e cultural brasileiro, pois a estrada, como se sabe, foi aberta pela legendária Coluna Prestes, em 1924. Do ponto de vista econômico, este fechamento trará consideráveis prejuízos econômicos a mais de treze municípios paranaenses, diretamente, e à toda população do Estado, indiretamente.

Outro aspecto que vai de encontro à interdição desta estrada é o aspecto legal pois a existência dela é anterior à do Parque, uma vez o Parque Nacional do Iguaçu ter sido criado pelo Decreto n. 1035 de 10 de janeiro de 1939. Por mais de trinta anos, a estrada serviu como importante corredor de transporte das riquezas (agropecuárias e industriais) produzidas na região, sem que fosse a qualquer tempo, levantada a possibilidade de dano ao Parque.

Por intermédio do DER, o Estado do Paraná administra a estrada, por delegação da União (por tratar-se de Rodovia Federal), preocupado com a preservação do Parque, determinou a elaboração de projeto que pudesse acomodar os dois interesses: a existência da estrada e a preservação do meio ambiente.

Tendo sido elaborado o projeto do DER, concluiu-se pela possibilidade de, aperfeiçoando-se a estrada mediante o emprego de moderna tecnologia, sua transformação em "Estrada Parque", com o que restariam atendidos ambos os interesses.

Por todos estes motivos acima expostos, consideramos repudiável a decisão do Meritíssimo Juiz Federal da 1.ª Vara de Curitiba em manter interditada a Estrada do Colono.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, em pleno uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao ilustríssimo Senhor Iran Roberto Brzezinski, Presidente do Instituto de Terras e Cartografia/ Floresta do Estado do Paraná, solicitando que se estabeleça exatamente o local da divisa entre os Municípios de Arapongas e Apucarana.

Sala das Sessões, em 27.08.87.

(a) DOMINGOS SCARPELLINI

JUSTIFICATIVA:

A cópia do Diário Oficial n. 205 de 1º de novembro de 1947, em anexo, publica o Decreto-Lei n.199 que no seu item III, cria o Município de Arapongas e estabelece seus limites.

Existem porém dúvidas, quanto a nascente do Rio Saci, divisa entre Apucarana e Arapongas.

Da maneira, como alguns entendem que está definida a nascente, Apucarana perderia grande área de terra, inclusive a que está reservada para implantação do Parque Industrial Norte por reunir as condições adequadas.

A perda dessa área prejudicaria um setor de importância vital para o Município de Apucarana.

O Instituto de Terras e Cartografia/Floresta do Estado do Paraná, usando da sua competência legal, deve determinar para que "in-loco" se estabeleça onde está a nascente do Rio Saci, o que ocasionará a definição irreversível do limite entre os Municípios, dirimindo dúvidas e normatizando a área de atuação de cada Município.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, garantidas pela Constituição Federal em vigor, obedecendo as normas contidas no Regimento Interno após ouvido o Douto Plenário, e considerando as razões expendidas, REQUER seja enviado expediente ao Presidente do Tribunal de Contas do Estado solicitando informações sobre a aquisição de apartamentos, ambulâncias e de prédios para funcionamento de órgãos estatais.

A presente solicitação visa esclarecer a esse Parlamentar sobre a necessidade ou não de licitação pública para as aquisições mencionadas, bem como a legislação específica que assim determina.

O referido pedido se faz em função das reiteradas notícias veiculadas pela imprensa nacional, onde os devidos esclarecimentos não foram suficientes à elucidação dos fatos.

Sala das Sessões, em 27.08.87.

(a) VALDERI MENDES VILELA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Douto Plenário, envio de expediente ao Secretário de Estado da Educação, Belmiro Valverde Jobim Castor, solicitando com urgência o estudo da possibilidade de criação e implantação, na rede estadual, de um programa de educação esco-

lar básica e de formação profissional para deficientes físicos.

REQUER, ainda, que da decisão da Casa seja dada ciência às seguintes instituições:

- Federação das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais.
- Associação Paranaense de Reabilitação.
- Associação de Pais e Amigos de Deficientes Visuais.
- Associação de Pais e Amigos de Surdos.

Sala das Sessões, em 27.08.87.

(a) EZEQUIAS LOSSO

JUSTIFICATIVA:

O portador de qualquer deficiência encontra muitos obstáculos para fazer sua reabilitação física, seja por falta de entidades apropriadas ou pela dificuldade de transporte. A situação ainda é mais crítica no interior do Estado, onde são maiores as dificuldades para esses elementos.

Assim, o deficiente físico, qualquer que seja o seu problema, depara-se com inúmeras barreiras para frequentar escolas e preparar-se para exercer uma profissão, a não ser que a própria família tenha ótimas condições financeiras e, mesmo assim, não encontram escolas especializadas. Devido a esse quadro, hoje, muitos adolescentes, jovens e adultos portadores de deficiência física que poderiam - e desejam - estudar e trabalhar, são obrigados a passar seus dias em casa, ociosamente, num desperdício de mão-de-obra e talentos, e numa situação que só traz prejuízos ao estado emocional dessas pessoas que sentem-se desintegradas da sociedade a qual pertencem.

Por tudo isso, será uma obra de extrema grandeza e de total necessidade a implantação de um programa de educação escolar básica e de formação profissional para deficientes físicos na capital e no interior do Estado, o que poderia ser feito de forma gradativa e utilizando as instalações físicas das escolas da rede estadual de ensino.

Endereços para remessa:

Fed. das Assoc. de Pais e Amigos dos Excepcionais.

Rua Alferes Angelo Sampaio, 1597 - Curitiba.

Associação Paranaense de Reabilitação
Avenida Iguaçu, 827 - Curitiba.

Assoc. de Pais e Amigos de Deficientes Visuais
Praça do Japão, 01 - Curitiba.

Assoc. de Pais e Amigos de Surdos
Rua Gra Nicco, 469 - Curitiba.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, envio de expediente ao Governo do Estado sugerindo a criação e efetivação de um programa para treinamento profissional na Região Metropolitana de Curitiba, onde, paradoxalmente, convivem lado a lado desemprego e escassez de mão-de-obra especializada.

Sala das Sessões, em 27.08.87.

(a) EZEQUIAS LOSSO

JUSTIFICATIVA:

Enquanto milhares de trabalhadores paranaenses estão desempregados ou subempregados, as empresas têm dificuldade para conseguir a mão-de-obra técnica de que necessitam. Essa situação contraditória é mais sentida na Região Metropolitana de Curitiba, que concentra o maior parque industrial do Estado e a maior taxa de desemprego. O operariado geralmente é oriundo do meio rural e tem baixa escolaridade. Isto obriga o empresário a treinar o operário durante o trabalho, com prejuízos para a produtividade e mesmo riscos para a segurança do trabalhador, como tem se verificado na construção civil. Este quadro justifica a criação de uma entidade estadual para treinamento e aperfeiçoamento de mão-de-obra operária.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Senhor Governador do Estado, Álvaro Dias e, ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Educação, Belmiro Valverde, solicitando a instalação do ensino de 2º Grau na Escola Estadual Jardim Floresta, no Município de Cascavel.

Sala das Sessões, em 27.08.87.

(a) DAVID CHERIEGATE

JUSTIFICATIVA:

A Escola Estadual Jardim Floresta está localizada num bairro, cuja população gira em torno de nove mil e quinhentos habitantes, sendo que aproximadamente duzentos alunos cursam o segundo grau em escolas particulares.

Devido ao alto custo de vida, hoje, e tratando-se de um núcleo habitacional que comporta famílias de baixa renda, que mal ganham para o seu sustento próprio, quando as crianças atingem a faixa do estudo de segundo grau, vêem-se na iminência de deixar a continuidade de sua educação cultural, por não terem condições de pagar a mensalidade de uma escola particular e, sendo instalado o ensino de 2º Grau na Escola Estadual Jardim Floresta, poderão os

alunos continuar seus estudos sem acarretarem maiores despesas a seus familiares, ajudando na manutenção de seus familiares e no desenvolvimento de nosso País.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado Álvaro Dias e Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Educação, Belmiro Valverde, para se instalar o ensino de 2º Grau na Escola Estadual José Angelo Baggio Orso - Ensino de 1º Grau, no Jardim Guarujá, no Município de Cascavel.

Sala das Sessões, em 27.08.87.

(a) DAVID CHERIEGATE

JUSTIFICATIVA:

Trata-se de reivindicação da comunidade do Jardim Guarujá, cuja renda familiar não comporta o acréscimo em suas despesas de uma mensalidade de escola particular para seus filhos cursarem o ensino de segundo grau.

A maior parte das crianças que lá residem deixam de continuar seus estudos pela precariedade do rendimento familiar, e, mesmo com potencial de inteligência, não tem como terminar seus estudos e se especializarem em algum curso e, assim aumentar a renda familiar.

Portanto, nada mais justo do que se instalar o ensino de 2º Grau na Escola Estadual José Angelo Baggio Orso, assim proporcionando condições para aqueles que querem continuar seus estudos.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, garantidas pela Constituição Federal em vigor, obedecendo as normas contidas no Regimento Interno, após ouvido o douto Plenário, e considerando as razões expendidas, REQUER seja enviado expediente ao ilustre Governador do Estado do Paraná, Sr. Álvaro Fernandes Dias, e ao ilustre Secretário de Estado dos Transportes, Sr. Heinz Georg Herwig, solicitando melhorias no aeroporto da cidade de Bandeirantes, visando a realização do asfaltamento em toda sua extensão, bem como as demais obras necessárias ao seu amplo funcionamento.

Sala das Sessões, em 27.08.87.

(a) VALDERI MENDES VILELA.

JUSTIFICATIVA:

Bandeirantes é uma cidade-pólo de uma pequena região, conta com uma Faculdade de Agronomia, e com sua agricultura em amplo desenvolvimento utilizando muito a técnica da aviação agrícola. Por outro lado, há que se considerar também a existência de

vários proprietários de aviões pequenos, e ainda a existência de um comércio ativo, onde a agroindústria se desenvolve dentro dos limites estabelecidos pelo nosso atual quadro econômico.

As melhorias no aeroporto irão sem sombra de dúvidas, desenvolver o município e toda região.

Do presente, requer se dê conhecimento ao ilustre Prefeito Municipal e à Câmara de Vereadores de Bandeirantes.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, garantidas pela Constituição Federal em vigor, obedecendo as normas contidas no Regimento Interno, após ouvido o douto Plenário, e considerando as razões expendidas, REQUER seja enviado expediente ao Presidente do Senado Federal, Sr. Humberto Lucena, solicitando a remessa de cópia do pronunciamento do Ministro da Previdência Social a respeito das aquisições de ambulâncias, apartamentos e um prédio na cidade do Rio de Janeiro, sem a necessária licitação pública.

Referida solicitação se faz em função das notícias veiculadas pela imprensa nacional, onde os devidos esclarecimentos não foram suficientes para a elucidação dos fatos.

Sala das Sessões, em 27.08.87.

(a) VALDERI MENDES VILELA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Parlamentares que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Senador Paulo Brossard, Ministro da Justiça, solicitando empenho junto ao Tribunal Federal de Recursos, para revogação da sentença da Justiça Federal de Curitiba, referente à interdição da Estrada do Colono.

Sala das Sessões, em 27.08.87.

(aa) GERNOTE KIRINUS

SABINO CAMPOS e

CAÍTO QUINTANA.

JUSTIFICATIVA:

Inicialmente, seria de grande importância, sabermos que conceito de meio ambiente adotam os que defendem o fechamento definitivo da Estrada do Colono. Se partirmos do conceito que tem como princípio fundamental a conservação em estado natural e intocado da fauna e flora, encontramos motivação não só para o fechamento da Estrada do Colono, como também para a interdição de toda e qualquer transformação antrópica da natureza.

Além do que, com o fechamento da Es-

trada do Colono, estaríamos suprimindo um patrimônio histórico e cultural brasileiro, pois a estrada, como se sabe, foi aberta pela lendária Coluna Prestes em 1924. Do ponto de vista econômico, este fechamento trará consideráveis prejuízos econômicos a mais de treze municípios paranaenses, diretamente e a toda população do Estado, indiretamente.

Outro aspecto que vai de encontro à interdição desta estrada, é o legal, pois a existência dela é anterior à do Parque, uma vez que o Parque Nacional do Iguaçu foi criado pelo Decreto n. 1035, de 10 de janeiro de 1939. Por mais de 30 anos, a estrada serviu como importante corredor de transporte das riquezas (agropecuárias e industriais) produzidas na região, sem que fosse, a qualquer tempo, levantada a possibilidade de dano ao Parque.

O Estado do Paraná, que através do DER administra a estrada, por delegação da União (trata-se de rodovia federal), preocupado com a preservação do Parque, determinou a elaboração de projeto que pudesse acomodar os dois interesses aparentemente conflitantes: a existência da estrada e a preservação do meio ambiente.

Tendo sido elaborado o projeto do DER, conclui-se pela possibilidade de, aperfeiçoando-se a estrada mediante o emprego de moderna tecnologia, sua transformação em "Estrada Parque" com o que restariam atendidos ambos os interesses.

Por todos estes motivos acima expostos, consideramos repudiável a decisão do Juiz Federal da Primeira Vara de Curitiba, em manter interditada a Estrada do Colono.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições e na forma regimental, REQUER, envio de expediente ao Sr. Secretário de Segurança Pública, Dr. Antônio Lopes de Noronha, solicitando uma viatura policial para a Delegacia do Município de Santa Amélia.

Outrossim, pede-se o envio do presente expediente ao Sr. Delegado, Moacir Sampaio - Delegacia de Polícia, Município de Santa Amélia.

Sala das Sessões, em 27.08.87.

(a) LUIZ ANTÔNIO SETTI.

JUSTIFICATIVA:

Não possuindo um veículo em perfeita condição de uso, a Delegacia de Santa Amélia vê-se, ante a ausência de operacionalidade, por vezes obrigada a não atender satisfatoriamente as ocorrências, notadamente no que diz respeito à captura de marginais, ou mesmo o policiamento preventivo.

Ademais, vale dizer que as dimensões daquele município em termos de território

e a concentração populacional é um dado importantíssimo, exigindo-se assim, a presença mais efetiva da polícia. Uma viatura policial trará aos cidadãos de Santa Amélia, a tranqüilidade e segurança de que atualmente carecem.

Baseando-se na manifestação do Ilustríssimo Sr. Delegado, Moacir Sampaio, esta reivindicação por certo, no menor espaço de tempo possível, merecerá a desejada atenção.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública, Dr. Antônio Lopes de Noronha, solicitando a construção e/ou instalação de uma Subdelegacia de Polícia, no Distrito de Arapuã, Município de Ivaiporã.

Sala das Sessões, em 27.08.87.

(a) ORLANDO PESSUTI.

JUSTIFICATIVA:

Distante da sede do Município, o Distrito de Arapuã e seus habitantes, ficam à mercê da sorte, sem policiamento, e sem um mínimo de segurança.

A existência de uma Subdelegacia de polícia naquele Distrito, é uma aspiração há muito reivindicada pela comunidade, que precisa contar com a assistência de uma autoridade, que, em função do seu cargo, possa atender às ocorrências e, principalmente, que seja o mantenedor da ordem e da tranqüilidade entre os moradores daquele Distrito.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública, Dr. Antônio Lopes de Noronha, solicitando a construção e/ou instalação de uma Subdelegacia de Polícia, no Distrito de Romeópolis, Município de Ivaiporã.

Sala das Sessões, em 27.08.87.

(a) ORLANDO PESSUTI.

JUSTIFICATIVA:

Distante da sede do Município, o Distrito de Romeópolis e seus habitantes, estão à mercê da sorte, sem policiamento, e sem um mínimo de segurança.

A construção e/ou a instalação de uma Subdelegacia de polícia naquele Distrito, é uma aspiração há muito reivindicada pela comunidade, que precisa contar com a assistência de uma autoridade, que, em função do seu cargo, possa atender às ocorrências locais, contribuindo para manter a

ordem e a tranqüilidade entre os moradores daquele Distrito.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública, Dr. Antônio Lopes de Noronha, solicitando a construção de uma Subdelegacia de Polícia, (ou reforma do imóvel que atualmente abriga a cadeia), no Distrito de Jacutinga, Município de Ivaiporã.

Sala das Sessões, em 27.08.87.

(a) ORLANDO PESSUTI.

JUSTIFICATIVA:

O Distrito de Jacutinga, Município de Ivaiporã, não possui uma Subdelegacia, somente uma cadeia, onde são recolhidos os presos. Contudo, a construção onde se localiza a referida cadeia é precaríssima, e não oferece nenhuma garantia de que os presos dela não venham a evadir-se.

Uma nova construção onde fique alojada a sede de uma Subdelegacia e/ou reforma total da atual cadeia, é o mínimo que a comunidade espera que seja feito.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública, Dr. Antônio Lopes de Noronha, solicitando a construção e/ou instalação de uma Subdelegacia de Polícia, no Distrito de Alto Porã, Município de Ivaiporã.

Sala das Sessões, em 27.08.87.

(a) ORLANDO PESSUTI.

JUSTIFICATIVA:

Distante da sede do Município, o Distrito de Alto Porã e seus habitantes, ficam à mercê da sorte, sem policiamento, e sem um mínimo de segurança.

A existência de uma Subdelegacia de Polícia é uma aspiração antiga daquela comunidade, que precisa contar com a assistência de uma autoridade, que, em função do seu cargo, atenderá as ocorrências e ajudará na manutenção da ordem e da tranqüilidade entre os moradores daquele Distrito.

Diante do exposto, aguardamos que a presente solicitação, objeto deste requerimento, mereça aprovação e atendimento.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o

envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública, Dr. Antônio Lopes de Noronha, solicitando a construção e/ou instalação de uma Subdelegacia de Polícia, no Distrito de Ariranha, Município de Ivaiporã.

Sala das Sessões, em 27.08.87.

(a) ORLANDO PESSUTI.

JUSTIFICATIVA:

Distante da sede do Município, o Distrito de Ariranha e seus habitantes, ficam à mercê da sorte, sem policiamento, e sem um mínimo de segurança.

A existência de uma Subdelegacia de polícia irá contribuir para que a comunidade possa contar com a assistência de uma autoridade, que, em função de suas atribuições, atenderá as ocorrências e, principalmente, será o responsável pela manutenção da ordem e da tranquilidade dentro da extensa área distrital de Ariranha.

Diante do exposto, aguardamos que a presente solicitação, objeto deste requerimento, mereça aprovação e atendimento.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública, Dr. Antônio Lopes de Noronha, sugerindo a emissão e uso de Carteira de Identificação Funcional para Delegado e suplente de Delegado (leigo), que presta serviço no interior do Estado.

Sala das Sessões, em 27.08.87.

(a) ORLANDO PESSUTI.

JUSTIFICATIVA:

A sugestão, objeto do presente requerimento, é formulada para que delegados e suplentes de delegados (leigos) não sejam tolhidos no exercício de suas funções.

Freqüentemente e por força das circunstâncias, são eles constrangidos a exibirem as respectivas Portarias como único documento de porte e de direito da função que exercem.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

REQUEREMOS inserção nos Anais da Assembleia Legislativa, do teor do documento produzido pelo Bloco Parlamentar Agropecuário em reunião realizada no dia de ontem.

Sala das Sessões, em 27.08.87.

(a) ORLANDO PESSUTI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Após o degradingolamento do Plano Cruzado I, com as sucessivas mudanças nas regras regulamentadoras dos financiamentos

bancários, assistimos a um verdadeiro festival de insolvência dos pequenos e médios produtores rurais.

Apostando e confiando nas propostas do Governo Federal, estes agricultores passaram a sacar suas parcas poupanças para aplicá-las na produção, ou realizando financiamentos também para aplicar na agricultura, sem haver posteriormente a contrapartida necessária para garantir-lhes, pelo menos, a manutenção do "status" anterior.

Ao constatar o processo generalizado de insolvência, conclui-se pela responsabilidade solidária do Governo e dos agentes financeiros.

As indesejáveis conseqüências estão aparecendo com uma freqüência assustadora. Os meios de comunicação social divulgam diariamente as execuções e os leilões públicos de terras e de equipamentos agrícolas (instrumentos de trabalho) que se constituem os únicos meios de subsistência desses produtores. O exemplo extremado desta situação é a prisão preventiva do Sr. Antônio Esperoto Scandolara, acusado de depositário infiel em processo de execução movido pelo UNIBANCO de Laranjeiras do Sul - PR.

Particularmente aqui há uma agravante: as circunstâncias da prisão e a negativa do UNIBANCO em refinanciar a dívida, agravada pela deselegante postura do representante do referido agente financeiro, ao ser procurado por advogado do réu e por representantes da comunidade laranjeirense em data de 25.08.87, levam à conclusão de que há uma forte carga política na questão. Aquele representante desancou seus interlocutores, acusando o réu de "arrua-ceiro", "queixo duro", e, como representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais daquele município, como o "responsável" pelas manifestações de agricultores vítimas da política agrícola e agrária adotada pelos órgãos oficiais.

Diante do exposto, este Deputado REQUER, após ouvido o Plenário, seja oficiado ao Ilustríssimo Sr. Klaus Adelman, Diretor Executivo do UNIBANCO no Paraná, à Rua Mal. Floriano Peixoto, 170, 13.º andar, em Curitiba, solicitando intervenção direta no caso específico de Laranjeiras do Sul, para propiciar uma solução sensata e urgente e dispensar um tratamento especial a todos os pequenos e médios produtores rurais paranaenses endividados através de financiamentos agrícolas.

Requer ainda, o envio de cópia desse expediente ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Laranjeiras do Sul, à Rua Padre Calógeras, 99, C.P. 146, em Laranjeiras do Sul, ao Sr. Paulo Roberto Sequinel, Presidente da CUT-PR, à Rua Lamenha Lins, 2064, ao Presidente da Federação dos Bancários

do Paraná, Sr. Roberto Pinto, à Rua Erme-
lino de Leão, 465, e ao Sr. Antenor Beni,
Presidente da Federação dos Trabalhadores
na Agricultura do Estado do Paraná, à Av.
Silva Jardim, 775, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 27.08.87.

(a) PEDRO TONELLI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,
no uso de suas prerrogativas, REQUER após
ouvido o Plenário, envio de expediente ao
Sr. Osmar Dias, Secretário de Estado da
Agricultura e Abastecimento, ao Sr. Antô-
nio Lopes de Noronha, Secretário de Estado
da Segurança Pública e ao Sr. Gilney Car-
neiro Leal, Chefe da Casa Civil do Governo
do Estado, solicitando a adoção de provi-
dências imediatas junto aos bancos priva-
dos que atuam no Estado do Paraná, na exe-
cução da cobrança das dívidas contraídas
em empréstimos para financiamento de la-
vouras, a fim de evitar que ocorram situa-
ções inaceitáveis, como a que ocorreu on-
tem no município de Laranjeiras do Sul,
neste Estado, onde o Presidente do Sindi-
cato dos Trabalhadores Rurais de Laranjei-
ras do Sul foi preso e ainda encontra-se
encarcerado por não conseguir pagar suas
dívidas, devido aos altos juros bancários,
contraídos durante o Plano Cruzado, numa
atitude discriminatória e de perseguição a
um líder rural que organizou os agriculto-
res para que não pagassem os juros que,
indevidamente, os bancos privados estavam
cobrando.

Requer, ainda, providências urgentes
destes órgãos, no sentido de se libertar
imediatamente o referido sindicalista.

Sala das Sessões, em 27.08.87.

(a) PEDRO TONELLI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,
no uso de suas atribuições regimentais,
REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de
expediente ao Excelentíssimo Sr. Governador
do Estado, Álvaro Dias, e ao Excelen-
tíssimo Sr. Ministro da Educação, Jorge
Konder Bornhausen, no sentido de se estu-
dar a viabilidade de se instalar uma Esco-
la Técnica Agrícola no município de Casca-
vel.

Sala das Sessões, em 27.08.87.

(a) DAVID CHERIEGATE.

JUSTIFICATIVA:

Trata-se de antiga reivindicação da
comunidade, não só cascavelense, como tam-
bém de toda a região.

Como a região é praticamente toda de-
dicada à agricultura, torna-se evidente
que será um curso de enorme valia para to-
dos os estudantes e moradores radicaliza-

dos e que vivem da agricultura em nosso
Estado.

Em meados de setembro do ano de 1986,
a comunidade, através de seus representa-
tes na Câmara Municipal, solicitou ao Ex-
celentíssimo Sr. Ministro da Educação, pa-
ra que se procedesse aos estudos necessá-
rios para se viabilizar a criação do refe-
rido curso e, hoje, voltamos a pleitear
esse estudo, e também, que se levasse em
conta que com mais essa opção de estudo,
haverá ainda um maior desenvolvimento da
região.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso
de suas prerrogativas regimentais, REQUER,
após ouvido o Plenário, seja enviada cópia
deste expediente ao Sr. Francisco Raphael
di Lácio, MD. Superintendente do INPS-PA-
RANÁ, informando qual a razão do atraso na
entrega dos carnês dos beneficiários do
FUNRURAL - Cidade de Santo Antônio da Pla-
tina, que se vêem privados do recebimento
dos seus benefícios.

Sala das Sessões, em 27.08.87.

(a) JOSÉ AFONSO JÚNIOR.

JUSTIFICATIVA:

Lamentavelmente, causa espécie o atra-
so na entrega dos novos carnês aos benefi-
ciários do FUNRURAL, gerando uma situação
de aflição e desespero para aqueles que,
após longos anos de trabalho, não conse-
guem receber em dia sua aposentadoria.

Este assunto tem sido tema de repeti-
das e sucessivas discussões, sem que, in-
felizmente, chegue a um resultado positivo
e satisfatório. Esses atrasos já se torna-
ram um hábito e os aposentados, quando se
movimentam em busca do novo carnê, recebem
a infalível e mesma resposta: "ainda não
chegou. De forma quase generalizada, esse
recurso é a única fonte de sobrevivência
que possuem.

Para colaborar o que ora se argumenta
e justifica, estou anexando uma relação
contendo as "Capas de Lotes Tipo de Servi-
ço - 108 - Concessão" e "Lote Tipo de Ser-
viço - 507 - Manutenção", da cidade de
Santo Antônio da Platina, totalizando
aproximadamente 300 beneficiários, que até
o presente momento, não receberam o res-
pectivo carnê.

Em razão deste lastimável fato, reco-
menda-se à Superintendência do INPS, sob a
orientação inteligente e efetiva do Sr.
Francisco Raphael Di Lácio, haja por bem
em tomar as devidas e necessárias provi-
dências para solução do impasse, único de-
sejo e aspiração dos beneficiários, para
que, dessa forma, satisfaça as suas inten-
ções, ou seja, receberem em dia a sua apo-
sentadoria, que se encontra, em alguns ca-
sos, com mais de sete meses de atraso.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado da Política Habitacional e Diretor-Presidente da COHAPAR, Dr. Odeni Villaca Mongruel, no sentido de viabilizar a construção de cinquenta casas populares, através do Sistema Financeiro de Habitação, via COHAPAR, no Município de Colombo.

A identificação da área disponível e demais informações necessárias para a viabilização do empreendimento, poderão ser obtidos através de consulta ao Sr. Prefeito Municipal, Sr. Lordes Geraldo.

Devido ao déficit habitacional verificado no município em questão, tenho certeza que a municipalidade terá o maior interesse na medida e não poupará esforços no sentido de viabilizá-la, haja vista que essas casas viriam atender famílias de baixa renda, que não dispõem de outro meio para a aquisição de um imóvel residencial.

Requer ainda, seja dada ciência ao Sr. Prefeito Municipal e à Câmara de Vereadores do município em questão.

Sala das Sessões, em 27.08.87.

(a) ALGACI TÚLIO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma do Regimento Interno da Assembléia, REQUER à Mesa seja respondido o seguinte:

PEDIDO DE INFORMAÇÕES:

1. Dentro do Quadro de Pessoal Permanente da Assembléia, a carreira de nível técnico, que exige a formação de nível superior, é composta de quantos cargos?
2. Qual a qualificação profissional de cada um dos ocupantes dos cargos em questão?
3. Onde se encontram lotados os ocupantes dessa carreira?
4. Existe desvio de função para os ocupantes da carreira que exige formação profissional em Curso de Direito? Quais, onde e como, estão tais profissionais exercendo suas funções?
5. Qual o montante, correspondente aos seis cargos à disposição dos Gabinetes dos Deputados, dos salários pagos mensalmente pela Assembléia?
6. Quantos cargos em comissão existem no quadro próprio da Assembléia e como são distribuídos?

Sala das Sessões, em 27.08.87.

(a) ALGACI TÚLIO.

JUSTIFICATIVA:

A notícia amplamente divulgada pela imprensa estadual, da necessidade de criação de mais 54 cargos dentro do Quadro de

Pessoal do Legislativo Estadual, sob a justificativa de que a elaboração da Constituição Estadual exige tal criação, leva o Deputado requerente a pedir informações à Executiva da Casa, para poder avaliar e julgar da real necessidade e oportunidade do noticiado.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N. 189/87

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º - A Câmara Municipal de São José dos Pinhais, a partir da próxima legislatura, passa a contar com 17 vereadores.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.08.87.

(a) PIRAJÁ FERREIRA.

JUSTIFICATIVA:

O projeto é perfeitamente justificável, uma vez que o município conta atualmente com 51.172 eleitores, segundo o que consta do último recadastramento eleitoral.

Estando em consonância com o estabelecido pelos artigos 107, da Constituição Estadual, e 35, da Lei Complementar n. 27 (Lei Orgânica dos Municípios), o plano de lei em epígrafe deve encontrar amparo nesta Assembléia Legislativa, razão pela qual solicito o devido apoio dos nobres Pares.

PROJETO DE LEI N. 190/87

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA
NOS PLANTÕES

Art. 1.º - Os Serviços Jurídicos de Assistência Judiciária às vítimas e seus familiares serão prestados pelos advogados credenciados, na forma do art. 5.º, perante a Justiça e consistirão no encaminhamento dessas pessoas.

Art. 2.º - O patrocínio do atendimento judiciário às vítimas e seus familiares, será prestado diretamente nos plantões policiais, por advogado sem vínculo empregatício com o Estado e sem remuneração por parte dos atendidos.

Art. 3.º - Os advogados que desejarem cumprir plantões judiciais junto às Delegacias de polícia, deverão se inscrever perante a Sub-Secção da O.A.B., aceitando os encargos e que terão a duração de quinze (15) dias, iniciando-se no primeiro dia útil do mês a zero hora e terminando no dia 15 do mês às 24:00 horas, iniciando-se

o segundo turno no dia 16 a zero hora e terminando no dia 30 ou 31, às 24:00 horas.

Parágrafo único. Quando houver impedimento ou suspeição, chamar-se-á o profissional imediatamente inscrito para o atendimento, pela ordem.

Art. 4.º - A vítima ou seus familiares, conforme o caso, poderão contratar advogado de sua própria preferência e, nesse caso, o plantão judiciário não terá nenhuma incumbência no encaminhamento das providências preliminares, ou mesmo, se descontentes com o atendimento dado pelo plantonista, poderão procurar profissional de sua livre escolha.

Art. 5.º - Anualmente a Ordem dos Advogados do Brasil procederá nas comarcas credenciadas à inscrição dos advogados que queiram trabalhar no plantão policial.

Art. 6.º - A escala de atuação far-se-á sempre que possível por consenso, havendo preferência para os mais antigos estabelecerem as semanas em que atuarão, cabendo aos mais novos, pela ordem de inscrição, a escolha dos dias remanescentes.

Art. 7.º - Sempre que for possível, se procederá ao rodízio de encargos na distribuição dos atendimentos, sendo os casos omissos resolvidos pelo Presidente da Sub-Setorial da O.A.B.

Art. 8.º - Os advogados serão excluídos da lista de que trata o art. 5.º, sempre que o requererem com antecedência mínima de quinze dias do seu plantão, ou na hipótese de recusa do atendimento por duas vezes seguidas sem motivo justificado.

Art. 9.º - Em caso de vitória na ação principal desencadeada a partir do atendimento do plantão ficam reservados ao advogado os honorários condenados na respectiva ação por ele proposta.

Art. 10 - A Procuradoria Geral do Estado, mediante aprovação da O.A.B. Seccional do Paraná, elaborará até o último dia do mês de janeiro de cada ano, a tabela contendo os valores máximos e mínimos para a remuneração do plantonista.

DO ATENDIMENTO

Art. 11 - As vítimas ou seus familiares serão preliminarmente classificados pelo serviço social de plantão, que observando critérios próprios e na conformidade com a Lei n. 1066, elaborará declaração de que se trata de pessoa ou pessoas necessitadas e que terão direito ao atendimento do advogado plantonista.

DOS DIREITOS E DEVERES DO ADVOGADO

Art. 12 -

I. São direitos do advogado plantonista:

a). receber tratamento condigno por parte das autoridades com que tratar nos

termos previstos pelo Estatuto do Advogado;

b). estabelecer a orientação profissional adequada a cada caso;

c). elaborar proposta de remuneração a ser levada em consideração pela Procuradoria Geral do Estado e da O.A.B. estadual;

d). na medida do possível atender em instalação adequada na própria Delegacia de Polícia;

e). ser tratado com urbanidade pelas partes e interessados,

f). a perceber os honorários segundo a tabela previamente estabelecida, na forma do art. 10.

II. São deveres do plantonista:

a). permanecer no plantão nos horários estabelecidos com a autoridade policial e estar ao alcance em casos de urgência;

b). dar pronto atendimento aos necessitados, vítimas e seus familiares, desde que assim classificados pelo serviço social;

c). não cobrar honorários ou qualquer outro tipo de remuneração dos atendidos.

Art. 13 - A Secretaria da Receita Estadual estipulará a verba respectiva que será sacada, mensalmente, a fim de atender aos advogados credenciados que requererão o seu pagamento, sendo o respectivo pedido acompanhado de certidão da Delegacia local de Polícia confirmando o atendimento prestado.

Art. 14 - Para cumprimento do artigo anterior, a Secretaria das Finanças providenciará verba própria no orçamento do Estado, e conforme procedimento específico que será estabelecido.

Art. 15 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.08.87.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI.

JUSTIFICATIVA:

O que se pretende com o estabelecimento de plantões de advogados para dar assistência judiciária às vítimas, nas Delegacias de Polícia, na verdade se constitui em atendimento humanitário, para que as providências legais indispensáveis a uma futura indenização, sejam tomadas desde logo, bem como, em certos casos, que o prejuízo seja remediado.

Nossa experiência profissional no campo das comunicações, tem constatado a premente necessidade de o Estado prestar essa assistência, que é prevista em termos constitucionais como mais um exercício dos direitos de cidadania legalmente assinalados.

O atendimento judiciário prestado nos moldes preconizados pelo projeto, atende aos mais elevados princípios da moderna

ciência da vitimologia, que é o estudo dos direitos das vítimas, enquanto pessoas humanas.

Só nas sociedades altamente politizadas e evoluídas socialmente se concebe a presença de profissionais do Direito para prestarem serviços profissionais a pessoas que foram vítimas de infortúnios diversos, numa hora trágica de suas vidas, onde as noções mais elementares de cuidados não se fazem presentes, até mesmo em função de condições psicológicas, dada a surpresa de acontecimentos indesejados e suas trágicas consequências.

Todos os estudiosos da vitimologia são unânimes em afirmar que os Estados devem se dedicar mais profundamente ao exame das questões apresentadas nas tragédias criminais, onde aquele que sucumbe muitas vezes fica ao completo abandono, vulnerado em seus direitos de ser indenizados pelos prejuízos sofridos.

O Estado do Paraná, que possui vasta comunidade jurídica, poderia, do ponto de vista social, dar uma valiosa contribuição a esse problema que não tem merecido legislação local específica.

Valorizamos, por outro lado, a atribuição do advogado que prestar esse tipo de atendimento, fazendo jus a honorários previamente fixados pela O.A.B., Seção Estadual e pela douta Procuradoria Geral do Estado, visando possibilitar um campo de trabalho que em última análise revelará o cuidado de o Estado não se omitir nos momentos delicados pelos quais venham a passar os seus cidadãos.

A verba honorária gasta com o pagamento desse atendimento evitará que prejuízos maiores ocorram, e terá o seu retorno assegurado pela eficiência na melhor distribuição desses encargos pelos que os causaram e que deverão ser responsabilizados nos limites de suas culpas.

Com a possibilidade de os advogados se inscreverem livre e democraticamente, possibilitaremos a abertura de um novo canal de trabalho e prestação de serviços que se revelará propício a que jovens profissionais na advocacia, possam abrir um mercado potencial de trabalho e, com suas presenças, de forma indireta, farão com que a Polícia Civil e a Militar tomem providências mais adequadas e necessárias nos casos futuros que atenderem.

Trata-se, na verdade, de uma contribuição de fundo humanitário e profundamente social.

PROJETO DE LEI N. 191/87

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º- Fica criado na Secretaria de Estado da Segurança Pública, o Serviço de

Psicologia, junto às Delegacias de Polícia, na forma estabelecida nesta Lei e nos Regulamentos que serão baixados pela Diretoria da Polícia Civil.

Art. 2.º- Os psicólogos deverão dar pronto atendimento às vítimas e seus familiares conforme legislação específica e especialmente auxiliarão nas informações a serem prestadas pela autoridade policial, como dispõe o Art. 6.º, inciso IX, do vigente Código de Processo Penal.

Art. 3.º- Inicialmente darão pronto atendimento às solicitações dos senhores Delegados de Polícia até que seja mantido o quadro próprio, sob a chefia de um profissional da respectiva área, que supervisionará o atendimento de todos, bem como criará métodos e técnicas de atendimento padrão a serem observados pelos respectivos profissionais.

Art. 4.º- A maior isenção norteará os psicólogos no exame que procederem dos acusados no tocante ao seu estado de ânimo antes e depois do crime e durante ele, bem como quaisquer outros elementos que contribuirão para a apreciação do seu temperamento e caráter (art. 6.º, inciso IX, do CPP).

Art. 5.º- Inobstante a atuação junto aos acusados, atenderão também os psicólogos à vítima e seus familiares, fazendo o encaminhamento possível para clínicas ou profissionais especializados, dando preferência às instituições públicas, sem prejuízo do direito de livre escolha desses atendidos.

Art. 6.º- Fica igualmente criado nas Delegacias de Polícia o Serviço Social de Segurança, que será preenchido mediante concurso, por profissionais da área, que visarão aos seguintes programas:

a). atendimento aos acusados, fazendo a necessária investigação social ou orientando agentes e estagiários na consecução desse objetivo, nos termos do exigido pelo Art. 6.º inciso IX, do CPP;

b). a elaboração de rotinas e práticas compatíveis com os métodos de serviço social visando o aprimoramento desse atendimento;

c). ao atendimento das vítimas e seus familiares, fazendo a triagem necessária das pessoas que necessitam de assistência judiciária gratuita, encaminhando-os aos plantões jurídicos junto às Delegacias ou a outros órgãos e instituições voltados para a solução desses problemas;

d). outras atividades compatíveis como profissionais dessa área, dando inclusive atendimento ao corpo funcional da respectiva Delegacia.

Art. 7.º- Haverá no organograma da Secretaria de Estado da Segurança Pública, um quadro próprio de Serviço Social, que será vinculado diretamente ao Gabinete do

Diretor da Polícia-Civil, sem prejuízo do pronto atendimento ao determinado pelos senhores delegados de Polícia.

Art. 8.º - Esta lei entrará em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.08.87.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI.

JUSTIFICATIVA:

O projeto visa suprir uma lacuna encontrada na estruturação da Secretaria de Estado da Segurança Pública, no tocante a esses dois campos profissionais.

Com efeito, é tarefa indeclinável de que os psicólogos devam, após procedimento específico e reservado aos seus quadros, elaborar rotinas administrativas que lhes permitam informações precisas quanto ao estado de ânimo, antes e depois do crime, dos acusados, conforme exigência clara do vigente Código de Processo Penal.

Embora em vigor desde 1940, não temos conhecimento ou notícia de que em algum Estado se tenha tentado proceder objetivando a tal desiderato, de vez que a disposição processual penal continua como letra morta em nosso ordenamento jurídico.

Os psicólogos, pela sua própria formação profissional, estão rigorosamente capacitados para emitirem opiniões técnicas e devidamente fundamentadas sobre o caráter dos acusados, avaliarem positiva ou negativamente sua personalidade, auxiliando de modo efetivo o andamento das investigações criminais e dando ao Poder Judiciário valioso material para aferição do grau de culpa e da própria personalidade dos acusados.

Por outro lado, poderão ainda dispensar pronto atendimento nos casos de vítimas que se encontrem abaladas psicologicamente, ou dispô-las a colaborar com os órgãos policiais para melhor precisarem os elementos que os venham prejudicar, ajudando na formação da vontade das vítimas para elaboração de retratos falados, submissão a exames para coleta de corpo de delito, bem como, auxiliarem nas teses que forem necessárias para vencerem traumas psicológicos, resultantes de seqüestros, assaltos ou violências de caráter sexual.

Não se concebe que o aparelho repressor do Estado se ressinta da valiosa colaboração desses profissionais em seus quadros, para melhor desempenho de suas funções como obrigação essencial do Estado.

No tocante às Assistentes Sociais, enorme é a sua projeção dentro da área da Segurança Pública, realizando as chamadas "investigações sociais" com as técnicas próprias de sua formação profissional, auxiliando sobremaneira os Senhores Delegados de Polícia, notadamente no encaminhamento de menores, delinqüentes, abandonados ou simplesmente perdidos; no encami-

nhamento de pessoas idosas, menores, desamparadas, às instituições adequadas; fazendo a triagem necessária para os diversos atendimentos hoje prestados pela Polícia Civil; ainda colaborando na colheita de informações para elaboração dos relatórios conclusivos dos inquéritos policiais, que serão valiosos para a fixação da pena, futuramente, pelo Poder Judiciário nos casos dos acusados, servindo, ainda, para encaminhamento de vítimas a casas de saúde e hospitais, após a elaboração de convênios necessários e suplementando os trabalhos de "social workers" na condução dos que se encontram presos em liberdade mediante condições.

O projeto é de profunda significação social e humana.

PROJETO DE LEI Nº 192/87

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE MÃES DE MATO QUEIMADO, com sede e foro em Canoeiro, Distrito de Água Azul, Município da Lapa - Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.08.87.

(a) EDUARDO BAGGIO.

Apoiamento:

Amélia Hruschka, Anibal Khury, Raul Lopes, Antônio Annibelli, Nereu Carlos Massignan e Ferrari Júnior.

JUSTIFICATIVA:

Tal Associação, conforme se comprova da documentação em anexo, não remunera a qualquer título nenhum de seus membros, nem mesmo os componentes de sua Diretoria e presta assistência social à população carente e necessitada residente no Distrito de Água Azul, Município da Lapa.

Assim, é portanto medida de justiça e necessária nossa solicitação para declarar de Utilidade Pública esta Associação.

PROJETO DE LEI Nº 193/87

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná aos Senhores Lafayette Queirolo e Ricardo Queirolo.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.08.87.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI.

JUSTIFICATIVA:

Na história do Paraná, sua gente, sua

cultura e sua arte, principalmente de seus pioneiros, entre tantos destacados, sobressaem as figuras dos irmãos Lafayethe e Ricardo Queirolo, descendentes da mais querida família circense do Sul do País. Tudo começou em 1881, com o casamento dos cantores de opereta José Queirolo (italiano de Gênova) e a espanhola Petrônia Salles, em Buenos Aires.

Dessa união nasceram Francisco (Panchinho), Alcides, Irma, José Carlos (Chicharrão), Aída, Maria Ester, Julian (Harris), Otelo (Chic-Chic) e Ricardo Irineu. O patriarca fica doente (câncer) e a família parte para a Europa, quando Francisco, o mais velho, com a morte de José, começa a ensinar, com a mãe, acrobacia para os irmãos.

"Eles eram tão bons que, ao vê-los numa rua da Espanha, um empresário os levou para trabalhar no Circo Albert Schumann, na Alemanha. Deixam assim de correr o chapéu, conta Lafayette. Da Alemanha, foram para as melhores salas de espetáculos da Europa e também nos Estados Unidos, no sempre citado Hipódromus Circus, de Nova Iorque (1909). Daí, para a América do Sul. Atuavam em teatros e não embaixo de lonas. Pela fama, foram convidados a inaugurar o luxuoso Teatro de Manaus (1911). Ganhavam tantos mil réis que lhes tornou fácil comprar, em 1917 o circo do palhaço Spinelli, por quinze contos. Nascia assim o Circo Irmãos Queirolo. Casamentos acontecendo; filhos nascendo; a trupe aumentando. A segunda geração de José e Petrônia assumia as acrobacias, dividindo as atrações com a primeira, agora, brilhando na pantomima: Chic-Chic, Harris, Chicharrão. Década de 40: auge total da família.

Lafayethe Queirolo, cujo nome homenageia a Cidade mineira em que por acaso nasceu, numa turnê circense há cinqüenta e sete anos. Sua estréia como Chic-Chic Júnior foi em 30 de outubro de 1976.

Ricardo Queirolo, mora em Londrina, onde nasceu Picolino, em 1963. Amado hoje pelas crianças quando se apresenta com a pantomima que homenageia Chic-Chic e Chicharrão (pai de Torresmo, tradução de Chicharrão, que por sua vez é pai de Pururuca). Os dois foram exímios acrobatas, malabaristas, trapezistas. Ricardo anda de bengala, embora conserve nos olhos uma instigante juventude. Já sofreu uns cinco enfartes em seus sessenta e quatro anos de vida. É um próspero comerciante em Londrina. Lafayette sofreu um sério acidente com toda a trupe do circo, que o fez ficar hospitalizado por exatos dois anos, salvando-se milagrosamente.

Estas duas figuras da arte circense, que nos proporcionam muitos momentos alegres e divertidos nos picadeiros do Circo Irmãos Queirolo, levando além fronteiras

de nosso Estado e por que não dizer, do nosso País, são merecedores de todos os títulos, e principalmente do Título de Cidadão Honorário do Paraná.

PROJETO DE LEI N. 194/87

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação dos Professores de Iporã - API, com sede e foro no município de Iporã - Paraná

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.08.87.

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

A Associação dos Professores de Iporã é uma sociedade civil, sem fins lucrativos, de duração indeterminada, fundada por iniciativa dos professores de Iporã e com sede e foro nesta mesma Cidade do Paraná.

Esta entidade tem por objetivo promover o conagraamento dos professores de Iporã, bem como promover o bem estar físico, moral e social de seus associados através de recreação, encontros sociais, práticas esportivas, culturais e cívicas. Além de defender os interesses da categoria como da comunidade em geral, pleiteando melhores condições de ensino.

Assim sendo, justo que mereça o reconhecimento público estadual. É o que estamos propondo à consideração dos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI N. 195/87

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Educativa Esportiva e Cultural Papa João Paulo II, com sede e foro no Distrito de Pinhais, Município de Piraquara - Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.08.87.

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

A Associação Educativa Esportiva e Cultural Papa João Paulo II, entidade sem quaisquer fins lucrativos, visa fornecer ensinamentos, através dos cursos que mantém, ou que venha manter em todos os níveis de ensino, com o objetivo de promover estudos e pesquisas, formação, especialização de pessoal no campo público ou privado, como também prestar assistência educativa, social, cultural e esportiva aos seus associados.

Assim sendo, justo que mereça o reco-

nhecimento público estadual. É o que estamos propondo aos nobres Pares com assento nesta augusta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI N. 196/87
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública o "Grupo de Estudos Espírita Dr. Bezerra de Menezes" com sede e foro no município de Bandeirantes.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.08.87.

(a) VALDERI MENDES VILELA

JUSTIFICATIVA:

O Grupo de Estudos Espírita Dr. Bezerra de Menezes, iniciou suas atividades na Cidade de Bandeirantes, em 20 de maio de 1985. Desde o início mostrou-se voltado ao atendimento das pessoas carentes, tanto que logo passou a patrocinar e manter a creche da Vila IBC, e contando hoje com mais de oitenta crianças, dando-lhes toda assistência material. Recentemente, lançou-se um audacioso projeto para a construção de um Orfanato que atenderá mais de cem crianças diariamente, que lhe outorga hoje um conceito de elevada estima pelo novo bandeirantense. Atualmente tudo isso é comandado pelo Professor Luiz Antônio Rosa-fra.

Certos de que o pedido receberá total acolhimento por parte dos nossos ilustres Pares da Casa, submetemos o presente Projeto de Lei à apreciação dos mesmos, solicitando a sua aprovação, pois a questão aqui tratada tem relevante caráter social e precisa de maior atenção por parte da nossa sociedade.

PROJETO DE LEI N. 197/87
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná.

DECRETA:

Art. 1º - Fica proibido fumar em recintos fechados onde for obrigatório o trânsito ou a permanência de pessoas, assim considerados, entre outros os seguintes:

I - Os auditórios, salas de conferência e de convenções;

II - Os museus, teatros, salas de projeção, bibliotecas e salas de exposição de quaisquer natureza, e creche;

III - Os corredores, salas e enfermarias de hospitais e casas de saúde;

IV - As salas de aula das escolas públicas e particulares;

V - Os ônibus municipais e intermunicipais, táxis e ambulâncias;

VI - Os espaços franqueados ao público, no interior de estabelecimentos comer-

ciais, excetuados os bares, lanchonetes e restaurantes e similares;

VII - Os elevadores de prédios públicos, residenciais, comerciais e industriais.

Art. 2º - Incluem-se na proibição do artigo anterior os locais de natureza vulnerável a incêndios, especialmente os depósitos de inflamáveis ou postos distribuidores de combustíveis, as garagens e estacionamentos, e os depósitos de materiais de fácil combustão.

Parágrafo Único - Os locais de natureza vulnerável a incêndios a que se refere o presente artigo serão fixados mediante consulta ao Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado do Paraná.

Art. 3º - Nos locais a que aludem os artigos 1º e 2º, é obrigatória a afixação de cartazes ou avisos, em posição de fácil visibilidade, com os seguintes dizeres: "É PROIBIDO FUMAR. LEI ESTADUAL N.".

§ 1º - Em recinto com área superior a 50m², os cartazes ou avisos a que se refere este artigo deverão repetir-se na proporção de um para cada 50m² ou fração excedente.

§ 2º - Nos locais a que se refere o artigo 2º desta lei, os cartazes ou avisos deverão conter ainda os seguintes dizeres: "MATERIAL INFLAMÁVEL".

Art. 4º - As entidades que tenham locais abrangidos pela proibição desta lei poderão reservar salas ou recintos destinados a fumantes, desde que abertos ou ventilados, atendidas as recomendações oficiais quanto às medidas de prevenção contra incêndios.

Art. 5º - Os infratores ao disposto nesta lei sujeitam-se as penalidades seguintes:

I - por infração ao disposto nos artigos 1º e 2º, multa igual à metade do valor de OTN (Obrigação do Tesouro Nacional);

II - por infração ao disposto no artigo 3º, multa no valor de uma OTN (Obrigação do Tesouro Nacional).

§ 1º - É considerado infrator, no caso do inciso I deste artigo, o fumante, e, no caso do inciso II, a entidade obrigada ao cumprimento da determinação contida no artigo 3º desta lei.

§ 2º - No caso de reincidência, as multas previstas neste artigo serão aplicadas em dobro.

Art. 6º - O Chefe do Poder Executivo, dentro de noventa dias, regulamentará a presente lei.

Art. 7º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.08.87.

(a) DOMINGOS SCARPELLINI.

JUSTIFICATIVA:

É fato comprovado que o vício do fumo

provoca doenças. Tal dado é suficiente para afirmar o valor da campanha que vem sendo desenvolvida pelo Governo Federal, através do Ministério da Saúde.

Nossa intenção, com o presente Projeto de Lei, além de promover o debate sobre os malefícios do tabagismo, é também oferecer medidas concretas de proteção aos não fumantes, de modo especial, às crianças.

Convictos da validade das medidas que estamos propondo, confiamos no indispensável dos nobres Pares.

PROJETO DE LEI N. 198/87.
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública o "CONSELHO PARTICULAR DA SOCIEDADE SÃO VICENTE DE PAULA", com sede e foro no Município de Bandeirantes.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.08.87.

(a) VALDERI MENDES VILELA

JUSTIFICATIVA:

O "CONSELHO PARTICULAR SÃO VICENTE DE PAULA", é uma entidade de natureza civil, sem fins lucrativos e com tempo de duração indeterminado.

A finalidade principal desta entidade, que estamos propondo seja declarada de Utilidade Pública, é a de trabalhar em benefício do idoso, dando-lhe amparo e assistência completa, propiciando-lhe assim uma velhice um pouco mais tranqüila e digna.

Certos de que o pedido receberá total acolhimento por parte dos nossos ilustres Pares da Casa, submentemos o presente Projeto de Lei à apreciação dos mesmos, solicitando a sua aprovação, pois a questão aqui tratada tem relevante caráter social e precisa de maior atenção por parte da nossa sociedade.

PROJETO DE LEI N. 199/87
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Ficam declaradas de Utilidade Pública todas "ASSOCIAÇÕES PAIS AMIGOS EXCEPCIONAIS - APAE - do Estado do Paraná", com sede e foro em qualquer município do Estado do Paraná.

Art. 2º - Para obter os benefícios dessa lei, as entidades deverão comprovar apenas o prazo mínimo necessário, o relatório de atividades e a certidão do Cartório de Registro de Títulos e Documentos.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.08.87.

(a) VALDERI MENDES VILELA

JUSTIFICATIVA:

É notório o interesse dessas entidades em sua declaração de Utilidade Pública, pois todas têm interesse comum, que é a recuperação dos excepcionais. Analisar o alcance social dessas entidades é o mesmo que analisar o infinito, pois só Deus sabe os benefícios que as mesmas trazem as pessoas que as procuram.

A aprovação dessa Lei irá sem sombra de dúvidas desburocratizar o reconhecimento de Utilidade Pública das APAE que deveriam receber a tramitação de um projeto para cada uma.

PROJETO DE LEI N. 200/87
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - O Superintendente do Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado deverá ser eleito por voto secreto da maioria dos inscritos como contribuintes do instituto.

§ 1º - A duração do mandato deverá ser de dois anos, podendo ocorrer uma reeleição.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.08.87.

(a) JOSÉ ALVES

JUSTIFICATIVA:

A apresentação do presente Projeto de Lei prende-se ao fato de que quem realmente mantém o Instituto de Previdência do Estado são os funcionários públicos estaduais que - por lei - são obrigados a contribuir mensalmente.

Assim sendo, esses milhares de funcionários não podem ter cerceado o direito de escolher aquele que entendem ser o mais capaz para dirigir os destinos do Instituto que é responsável pela previdência e assistência social em favor dos contribuintes e seus dependentes.

Atualmente, essa escolha é de exclusiva responsabilidade de uma só pessoa que nem sempre é contribuinte, recaindo algumas vezes sobre pessoa que nunca foi funcionária pública e, portanto, desconhecendo os problemas enfrentados pelos mesmos.

Diante do exposto, contamos com o apoio dos nobres Colegas para a aprovação da matéria e, posteriormente, com a sanção por parte de Sua Excelência o Senhor Governador do Estado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Dentro do Horário das Lideranças, consulto a Liderança do PT, se fará uso da palavra.

Com a palavra o Senhor Deputado Pedro Tonelli, Líder do Partido dos Trabalhadores.

O SR. PEDRO TONELLI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Nesta quinta-feira, a nossa preocupação principal volta a ser aquela que foi, em diversos momentos, a preocupação nossa e de muitos neste Plenário.

A nossa preocupação continua sendo com relação aos produtores rurais, especialmente os pequenos e médios produtores, que permanecem sendo a vítima massacrada pela política agrícola e pela política econômica, imposta, já há muito tempo, desde a Velha República até a Nova.

Na década de 70 a 80, a agricultura paranaense perdeu mais de 1 milhão e 300 mil famílias, que saíram da agricultura porque a política agrícola não permitiu mais que eles continuassem sobrevivendo da sua atividade: a agricultura.

Dessas 1 milhão e 300 mil, 900 mil famílias migraram para outros Estados, para o Mato Grosso, Rondônia, e os demais engrossaram as favelas das Cidades de Curitiba, Londrina, Maringá, Cascavel, São Paulo, Joinville e outras.

Nesse período 100 mil estabelecimentos com menos de 100 hectares desapareceram, portanto, 10% das áreas dos estabelecimentos desapareceram porque foram incorporados aos latifúndios já existentes. Na atual década, não temos dados completamente concretos sobre o êxodo rural, no entanto, os próprios técnicos do Governo já admitem que os agricultores expulsos são muito mais do que no período de 70 a 80. Se este processo não for revertido, nos próximos três anos, mais ou menos, 1 milhão e meio de agricultores deverão ser expulsos do meio rural até o final de 1990, completando a década de 80 a 90.

A principal causa desta situação é a falta total de apoio por parte do Governo Federal, através da sua política agrícola, principalmente no que tange ao crédito rural e às medidas complementares impostas pelo Governo Federal e pelos grupos econômicos.

Todos nós estamos lembrados do drama dos pequenos e médios produtores do Vale do Ivaí, que no início deste ano estiveram e até hoje continuam ameaçados de perderem as suas terras por não terem condições de saldar os seus débitos junto aos bancos, em função dos empréstimos agrícolas feitos para fazerem as suas plantações.

Um levantamento rápido através de notícias que nos chegam dos próprios agricultores revelam cada vez mais uma situação desesperadora. Em Pérola, por exemplo, duzentos e quarenta agricultores estão prestes a perderem as suas terras leiloadas pelos bancos, já que os pequenos produtores de café não têm como saldar os seus compromissos. Em Francisco Beltrão, Sudoeste do Paraná, mais de quatrocentos

pequenos agricultores estão nesta mesma situação. Em Laranjeiras do Sul, cento e cinquenta famílias de agricultores que fizeram empréstimos para o custeio de suas lavouras estão nesta situação difícil e nesta lista dos futuros sem-terras, favelados, ou aqueles que vão passar a viajar em caminhão de bóia-fria.

A lista seria longa se fôssemos enumerar todos os casos que chegaram ao nosso conhecimento. Ontem, fomos surpreendidos com a notícia da prisão do Senhor Antonio Sperotto Scandolara, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Laranjeiras do Sul, por não ter podido saldar seu débito junto ao Unibanco, que ele fez para o custeio de sua lavoura, onde esperava colher quatrocentos sacos de milho. Colheu, e como não conseguiu vender pelo preço que ele esperava, não pode pagar. E o Unibanco decidiu mandar prendê-lo por ser incompetente para pagar a sua dívida. Queremos aproveitar o dia de hoje para chamar a atenção de todos os integrantes desta Casa, chamar a atenção do Governo do Estado do Paraná pelo significado desta prisão do presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais. O Senhor Antonio Scandolara, Presidente do Sindicato, não foi preso só porque estava devendo ao Unibanco, mas porque ele estava orientando e organizando cento e cinquenta agricultores do seu Município para reivindicarem, via judicial, os seus direitos, dados pelo Banco Central, que determina que os bancos não devem cobrar a correção monetária sobre os créditos de todos os empréstimos concedidos durante o Plano Cruzado.

Então foi por causa disso que foi preso o Presidente do Sindicato de Laranjeiras do Sul.

Para nós, esta prisão, se deve muito mais à ação política que o Senhor Antônio Scandolara estava fazendo do que pelo seu débito junto ao Unibanco. Com essa prisão os banqueiros estão querendo desestimular os demais agricultores a não exigirem, judicialmente e de forma coletiva, os seus direitos. Se o Governo do Estado, se a Secretaria da Agricultura e Abastecimento não tomarem nenhuma medida concreta em defesa dos agricultores e contra os abusos, também, dos banqueiros privados, certamente, dentro de pouco tempo, o nosso campo - do Paraná - tão rico, estará vazio. O Paraná passará de exportador de alimentos para importador e os nossos agricultores de hoje, se persistir essa política de não atendimento das suas necessidades, serão os futuros sem-terra e os favelados de amanhã.

Concedo o aparte pela ordem ao Deputado José Afonso Júnior.

O Sr. José Afonso Júnior - Senhor Depu-

tado Pedro Tonelli, eu quero parabenizá-lo porque pela primeira vez o seu pensamento vem ao encontro do meu pensamento, pois em constantes entrevistas ao Jornal "Gazeta do Povo" eu tenho falado da minha preocupação com o pequeno produtor, porque de nada adianta, nós fazermos uma reforma agrária neste Estado se não resolvermos o problema e as dificuldades do pequeno produtor. E nós sabemos que ainda no dia de ontem, através da "Gazeta do Povo", o eminente Governador Álvaro Dias declarava que em quatro anos nós tínhamos conseguido assentar 3 mil e 500 famílias de sem-terras, mas que, 40 mil famílias neste mesmo período deixaram as suas terras.

A preocupação deste Parlamentar tem sido a de que não aconteça com o pequeno produtor, com o médio produtor, que ele não deixe as suas terras para que não venha a ser o sem-terra de amanhã. Conseqüentemente, nós nunca acabaremos com o problema do sem-terra, nós sempre estaremos criando uma expectativa nova. Então eu quero parabenizar Vossa Excelência, pois desta vez o meu pensamento está de acordo com o que Vossa Excelência está pensando.

O SR. PEDRO TONELLI - Eu agradeço e, realmente devo dizer que a questão da reforma agrária é ampla, eu concordo plenamente que não se resume à terra, mas ao conjunto da agricultura do Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Dentro do Horário das Lideranças consulto a Liderança do PDS se fará uso da palavra. (Declina).

Havendo declinado, consulto a Liderança do PDT.

Com a palavra o Senhor Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Nós recebemos uma comissão de integrantes do Sindicato dos Estivadores de Paranaguá que vieram nos trazer um documento, encaminhado inclusive a Sua Excelência o Senhor Governador Álvaro Dias e aos demais Parlamentares desta Casa, visando um incentivo maior ao Porto de Paranaguá. E na correspondência o Sindicato dos Estivadores de Paranaguá diz: (Lê):

"Sabemos todos da importância que representa o Porto de Paranaguá para o nosso Estado e para o nosso Município.

A população parnanguara, em sua grande maioria, depende, de uma forma ou de outra, da movimentação de mercadorias realizadas em nosso principal escoadouro. O povo, o comércio, a incipiente indústria, o prestador de serviço, vivem em função do Porto. Se o Porto vai bem, todos vão bem.

Se acontece o contrário, de imediato os reflexos negativos se fazem sentir em toda a nossa comunidade.

Nos últimos anos, o nosso Porto que era um dos principais operadores de "Carga Geral", paulatinamente vem se transformando em porto graneleiro, com sensível redução no movimento desse tipo de carga, como é o caso de container, madeira, bobina, ferro, cunheto, trilhos, algodão, pasta mecânica, uréia ensacada, maquinários, azulejos, porcelanas, erva-mate, etc, que dia-a-dia estão rareando no porto, notadamente o café que é considerado carga nobre.

A movimentação da Carga geral é que melhor remunera os trabalhadores da orla marítima. De nada adianta o porto bater recorde de movimentação de carga a granel, como vem acontecendo nos últimos anos, se os trabalhadores pouco ganham com esse tipo de operação. Cita-se, como exemplo, o caso de navio graneleiro que, no máximo, trabalha com uma equipe de sete estivadores por dia, enquanto a embarcação que opera com carga geral necessita, no dia, de mais de cem obreiros (estivadores, consertadores, conferentes, arrumadores, etc), sem contar que esse último tipo de carga, desde a recepção até o embarque, utiliza mão-de-obra para descarga e movimentação nos armazéns do porto.

Dentro desse contexto e seriamente preocupados com a queda de movimento de Carga Geral pelo nosso Porto, inclusive com a evasão de grande quantidade dessas cargas, produzidas no Paraná e embarcadas por portos de Estados vizinhos, os Estivadores no Porto de Paranaguá, por intermédio de sua Diretoria, visitaram os portos de São Francisco do Sul- SC, Itajaí- SC e de Santos- SP, bem como auscultaram as administrações dos portos, agentes, comissárias de despachos e exportadores, a fim de colher subsídios e informações acerca de tão importante assunto, que está a causar redução nos ganhos dos trabalhadores da orla marítima, com sérios prejuízos às suas famílias, atingindo, em conseqüência, toda a comunidade parnanguara, como também a própria receita pública do Estado, que deixa de arrecadar taxas via movimentação dessas mesmas mercadorias.

Desse mister, verificou-se que motivos vários estão a levar a redução e a evasão de Carga Geral do nosso Porto, senão vejamos:

1- O primeiro deles são as altas taxas cobradas pelo Porto de Paranaguá. Comparadas com as dos portos de São Francisco do Sul e de Itajaí, verifica-se que naqueles ancoradouros as taxas são menores. Comparadas com as do Porto de Santos, verifica-se que as nossas taxas são menores. Todavia, no caso do porto paulista, a ra-

pidez na recepção e na expedição das cargas, absorve a diferença do custo, que, no final, resulta mais barato para o dono da mercadoria.

2- A morosidade da parte operacional do Porto de Paranaguá é outro motivo que leva o dono da mercadoria a procurar os portos dos Estados vizinhos. São várias as queixas que ouvimos e os fatos que constatarem-se nesse sentido. Os mais importantes são os seguintes:

a- Insuficiência de máquinas, equipamentos e peças de reposição, tão necessárias a agilização do movimento de mercadorias nos armazéns, pátios e nos embarques, tais como: empilhadeiras, locomotivas, guindastes, tratores, cavalo mecânico, guindastes sobre rodas, vagões, carretas, etc.

Por falta de peças de reposição, as máquinas e equipamentos permanecem além do tempo necessário nas oficinas de manutenção, o que, somando-se à insuficiência já existente de tais aparelhos, retarda em muito certas operações portuárias.

Com certa frequência, acontece que, embora requisitada a máquina e paga as taxas devidas, o porto, por insuficiência, deixa de colocar em operação a máquina requisitada, obrigando, com isso, o agente do navio para agilizar a operação, a utilizar-se de máquinas de terceiros, com custos elevados para os armadores e os donos das mercadorias. Por insuficiência de guindastes, a estada dos navios em nosso porto, em certos casos, tem-se prolongado além do necessário, visto que, muitas vezes, deixa-se de operar com maior número de equipe de trabalhadores nos serviços de estiva, por falta desse tipo de aparelho.

Enquanto o porto de Itajaí, com três armazéns, dispõe de vinte e nove empilhadeiras e quatro guindastes (mais de um guindaste por armazém), o nosso Porto, com vinte e três armazéns e um pátio de container, dispõe de vinte e uma máquinas empilhadeiras em condições de uso, e dos quatorze guindastes existentes, somente oito estão em condições normais de trabalho, o que vale dizer que não dispomos de meio guindaste por armazém.

Quanto à importância deste assunto, um dos agentes entrevistados deu-nos a conhecer, que em reunião dos Representantes dos Armadores Brasileiros, realizada em Londres, a morosidade do Porto de Paranaguá foi objeto da pauta do evento, onde o informante foi quem prestou os esclarecimentos necessários aos participantes.

b) Ao rápido acesso dos trabalhadores aos seus locais de trabalho, também deve ser dada especial atenção, fazendo-se abrir o maior número possível de portões da faixa portuária, a fim de facilitar e encurtar a distância entre o ponto de cha-

mada dos obreiros e o local onde se acha atracada a embarcação, de maneira a ensejar o início das operações dentro dos horários regulamentares.

c) Racionalizar a execução dos serviços e a tramitação de papéis no Porto de Paranaguá, também se faz necessário para agilizar o desembarço e a operação de carga e descarga de mercadorias. Como exemplo, citamos os portos de Itajaí e de São Francisco do Sul, onde, apenas com a nota fiscal, a mercadoria vinda do interior é imediatamente descarregada nos armazéns daqueles portos. Em contrapartida, no Porto de Paranaguá, além de ser necessária uma programação antecipada de engajamento, a mercadoria proveniente do interior que chegar após às 14:00 horas, está sujeita a só ser descarregada no dia seguinte ou então, se pagar taxas extraordinárias, será descarregada à noite, o que, evidentemente, além de onerar os custos, vem desestimular os exportadores, que ficam sem condições de competir com seus produtos, em questões de preço, no mercado internacional.

3- A dragagem no Porto de Paranaguá, também está a merecer atenção, objetivando dar condições de tráfego e de atracação a navios de maior calado, que, em alguns casos, embora possa haver interesse do armador, esse tipo de embarcação está impedida de atracar em nosso porto, face o problema de assoreamento. Ao dar condições de atracação a esse tipo de navio, estará ampliando-se o movimento de mercadorias no Porto.

4- Quanto a evasão de mercadorias produzidas no Paraná e embarcadas por outros portos, podemos apurar que no mês de junho de 1987, conforme relação mensal elaborada pelo Porto de São Francisco do Sul, só no referido porto foram embarcadas mais de 4 mil toneladas, de empresas paranaenses exportadoras.

Esta é a reivindicação que faz o Sindicato dos Estivadores do Porto de Paranaguá e nesse sentido a Bancada do PDT com assento nesta Casa se sente solidária com estas reivindicações encaminhadas a todos os Senhores Parlamentares, ao Governador do Estado e às demais autoridades.

Urge a adoção de medidas em nosso Porto objetivando atrair maior quantidade de Carga Geral.

Incentivos fiscais e prazos mais dilatados para recolhimento de taxas e tributos, devem ser revistos buscando alcançar esse desiderato.

O vizinho Estado de Santa Catarina, como forma de incentivo, dilatou o prazo de recolhimento do ICM para noventa dias, contra quarenta e cinco dias do Paraná.

Como despresticiosa colaboração, sugerimos que o Porto disponha de pessoal pró-

prio para realizar visitas periódicas e diretamente aos produtores e exportadores, numa espécie de "market" como forma de angariar clientes e cargas. A propósito, tivemos informação de que, por total ausência de contato direto entre porto/cliente, alguns exportadores paranaenses, menos informados, deixam de encaminhar suas mercadorias via Porto de Paranaguá, para fazê-lo através do Porto de Santos.

Espero com isso, Senhor Presidente, estar trazendo aqui um assunto sério para esta Casa, muito embora não me tenha sido dada a devida atenção.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - A Mesa consulta a Liderança do PTB se fará uso do seu horário. (Declina).

Havendo declinado, consulto a Liderança do PFL.

Com a palavra o Senhor Deputado Antônio Costenaro.

O SR. ANTÔNIO COSTENARO - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados.

Nós somamos a nossa preocupação com a de outros Parlamentares que já ocuparam a tribuna para falar em nome da agricultura paranaense.

Temos feito sistematicamente em algumas oportunidades os nossos pronunciamentos sempre em defesa da agricultura. Mas temos continuado vigilantes, ainda que ausentes aqui da tribuna, e acompanhando as decisões que acontecem em nosso país, as promessas, as falácias, as mentiras, as demagogias e temos sentido profundamente que o agricultor vem sendo cada vez mais pisoteado, tapeado, ludibriado a produzir e na verdade pouco tem de certeza do que vai acontecer no dia de amanhã.

Portanto, o que nós ouvimos através da televisão em uma bonita propaganda, lobby, naturalmente de multinacionais, que vêm estimular o agricultor brasileiro dizendo, como se fosse uma grande vantagem para a agricultura, que retirou o subsídio da agricultura, que o produtor rural, agora planta e será corrigido o preço mínimo, mas não diz que serão corrigidos os juros do dinheiro que ele retira, esse é corrigido sistematicamente, não tem dia, não tem feriado, corre diretamente. Mas, a produção, esta fica para depois de lançada a sorte, a semente na terra, da compra de herbicida, dos fungicidas e inseticidas, com preços absurdos, exorbitantes, insuportável, todos os insumos. Aí, então lançada a sorte, e ficam lá na frente, mais uma vez, os governantes demagogos aguardando para dizer que o País colhe a maior safra, e o agricultor fica mais uma vez frustrado com suas esperanças de realização plena na agricultura.

O Governo diz que está liberando Cr\$ 385 bilhões para o plantio, o que é ótimo! É melhor do que se não tivesse recursos para o plantio, mas é necessário também que haja uma política de preocupação contínua que depois se faça a política de armazenagem para que o agricultor tenha tranquilidade para colher a sua safra; e depois que se faça também a política de bons preços que não deixe o agricultor vender os seus produtos pelo preço mínimo e às vezes, explorado até no recebimento de seus produtos, quando perde grande parte da produção, e mais uma vez fica frustrada a vontade do lavrador.

Portanto, endossamos a preocupação com a Reforma Agrária, mas também incluímos a reforma do uso da terra. É necessário que se faça uma reforma agrícola, que se dê realmente valor ao homem do campo, que se dê a ele os mesmos direitos de cidadão, como todos os demais brasileiros.

É necessário deixar de tratar o homem do campo com indiferença. Nós vimos que na proposta da Nova Constituição não há nenhuma proposta de igualdade do homem do campo na área social. Ouve-se falar muito, mas proposta verdadeira não está acontecendo. Na Reforma da Previdência Social, ouvimos dizer do mínimo do piso salarial, de 90% do salário mínimo, mas o agricultor ainda continua com 50% do salário mínimo! Então é necessário que se faça uma agricultura moderna, que se estimule a produção, que se fale em Reforma Agrária, mas que se faça realmente alguma coisa, que este homem fique estimulado, para que não abandone o campo, para que não abandone a agricultura e vá morar nas periferias das grandes cidades, frustrada, sem condições de sobrevivência, somando, às vezes, pessoas de índole boa, pessoas que criaram por uma vida inteira a sua família, com educação, dentro da sua humildade, mas com educação digna, e às vezes, vão morar, como nós vemos, nas favelas do Rio de Janeiro, morar acompanhados de marginais, que tumultuam o dia-a-dia e que desvirtuam as suas famílias. É necessário que a agricultura seja olhada, mas olhada com seriedade! Não olhada nos momentos de política para se fazer demagogia, não fazer com que o homem do campo, o homem da boa fé, vá, mais uma vez acreditar, plantar, produzir, levar alimento para a cidade, mas continua ele frustrado e abandona as suas terras, a sua lavoura.

E ainda vem se fazer demagogia, falando em distribuir terras, em assentamento.

Quando se fecha os olhos para tudo que vem acontecendo na agricultura, tirando a oportunidade do homem de ter a tranquilidade que merece.

O Sr. José Alves - Vossa Excelência permi-

te um aparte? (Assentimento).

Deputado Antônio Costenaro, nós estamos ouvindo o seu pronunciamento e a sua preocupação com o homem da lavoura.

Hoje, o homem da lavoura, o agricultor, que produz, eu imagino que está sendo "escravo branco" do Governo, pois eu também que sou agricultor e vejo nossos amigos agricultores do Paraná, homens que lutam, com as suas famílias e seus filhos e filhas e esposas, trabalhando durante o dia todo nesse sol quente, enfrentando o clima, muitas vezes sol, muitas vezes chuvas, outra hora, geadas, e além das pragas ainda tem o Governo também que ultimamente vem atrapalhando de uma maneira brusca, o agricultor paranaense e do Brasil todo!

Os juro, absurdos! Sementes, caríssimas! E o Governo incentiva, a cada dia que passa, o agricultor a plantar, com propagandas "fajutas" no rádio e na televisão, mas quando chega a hora, Deputado Antônio Costenaro, de comprar o produto daquele pobre agricultor que trabalhou o ano inteiro, pagando juro caros, nessa hora o governo acha que o agricultor é seu escravo, seu empregado e quer o seu produto de graça, para exportar ou vender caríssimo!

O produto só não tem valor na hora que está na mão do pobre agricultor; caiu na mão do Governo, tem um valor absurdo!

Assim sendo, estamos solidários com Vossa Excelência no que diz respeito aos agricultores que no ano passado perderam suas propriedades, perderam suas chácaras, seus sítios, enquanto Bancos e mais Bancos foram até à televisão e à Imprensa anunciar que o Banco rendeu três vezes mais do que os outros anos. Entretanto, esse dinheiro, é dinheiro dos pobres agricultores que ficaram devendo, venderam vacas de leite, animais de estimação, máquinas de costura e geladeiras de dentro de suas casas, para pagarem dívidas aos Bancos.

Então, dessa maneira, os bancos só podem enriquecer e de uma maneira brusca! E o coitado do agricultor, perdendo, morrendo de fome, perdendo propriedades.

Outro dia eu ouvi um Deputado que também se preocupou com os agricultores, o Deputado Orlando Pessuti, nosso amigo, dizendo que era o "Dia D", que iam ser anunciados os preços mínimos. Foi o "Dia D" para a desgraça do trabalhador, foi o Dia "D" para a desgraça da agricultura brasileira, que veio com os preços mínimos, miseráveis, para o pobre do agricultor!

Então estamos solidários com Vossa Excelência, e, enquanto forças tivermos para defender o agricultor brasileiro, homem marginalizado e discriminado por esses Governos que estão aí, nós o faremos.

Muito obrigado.

O SR. ANTÔNIO COSTENARO - Eu agradeço o aparte de Vossa Excelência, nobre Deputado José Alves e sei que Vossa Excelência, como homem de rádio, homem que entende os agricultores, as reivindicações dos agricultores, principalmente através do seu programa de rádio, homem que fala com o homem do campo todos os dias, Vossa Excelência realmente está identificado com os clamores do homem do campo, o que é a nossa grande preocupação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Consulta à Liderança do Partido Liberal, se deseja fazer uso do seu Horário.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Ezequias Losso.

O SR. EZEQUIAS LOSSO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Segundo noticiário, dentro de dois meses começam as obras da duplicação do trecho Curitiba/Garuva, na perigosa "Rodovia da Morte" ligando Curitiba a Joinville.

Conseguiu o Governo do Estado, face à inércia do Plano Federal, que o trecho em questão ficasse a seu cargo, sendo, posteriormente, ressarcidos os custos pelo Governo Federal.

Ficamos satisfeitos em fazer tal registro porque o Partido Liberal cumpriu sua parte, denunciando desta tribuna a lamentável situação da Rodovia e a necessidade da sua duplicação.

Agradecemos as providências que sensibilizaram o Governo Estadual a tomar conta dessa situação.

Quanto ao futuro ressarcimento, fico em dúvidas?!

Afinal, o Paraná construiu a Estrada-de-Ferro Central do Paraná e até hoje não recebeu os recursos que investiu, enquanto cada Governo vai "empurrando com a barriga" a solução desse problema.

Oxalá nesse novo investimento o Governo Federal não adie por tanto tempo a devolução de uma verba que agora vamos investir para salvar a responsabilidade do Governo do Sr. José Sarney, quanto a esta rodovia.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, confesso que estou preocupado com os rumos da nossa Assembléia Nacional Constituinte. As notícias vindas de Brasília infelizmente demonstram que os "lobbies" vêm formados por interesses específicos em determinadas áreas, pretendem manter privilégios e sacramentar conquistas que nem sempre representam a vontade popular. Na área de ensino, da saúde e do abastecimento principalmente, observamos que os grupos mais poderosos que conseguem fazer pressão estão conquistando espaços capazes de levar

nostros constituintes a um rumo não desejado.

Alheio a tudo isso, o povo não tem tempo de se preocupar com a futura constituição, porque é preciso, em primeiro lugar, lutar pela sobrevivência. E sobreviver neste País está sendo uma das coisas mais difíceis, principalmente quando o Ministro Bresser Pereira joga nas costas do povo a causa da inflação, ao dizer que o déficit público não alimenta esse monstro que suga ao máximo a capacidade do brasileiro sobreviver.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, embutindo impostos, congelando o que não conseguiu congelar, o Governo já não consegue convencer com sua política econômica. Assusta-nos o inchaço das estatais, cujo orçamento continua dependendo de créditos suplementares, enquanto se denuncia até o mar de corrupção em caso de verbas ditas como "fundo perdido". Logo, temos além de uma crise econômica, uma crise de credibilidade, pois ninguém mais acredita no que se promete à nível de Governo Federal. Por isso preocupa a todos nós, do Partido Liberal, essa facilidade com que o povo brasileiro vem aceitando a Constituição que querem nos legar, como se fosse o coroa-mento de um sonho.

Temo que possamos acordar num pesadelo, desaguando, depois de tantas controvérsias, num caminho sem volta para uma realidade que disfarçam como saudável, mas que está longe de convencer o brasileiro mais humilde. Sugestões inúmeras temos visto serem mandadas a Brasília para formar o bolo de uma constituição que, prometem, será o retrato do País. Mas, pergunto, retrato de que parte do País? Retrato da miséria do nosso povo. Retrato da corrupção que continua sendo denunciada. Retrato dos planos incertos que continuam transformando os brasileiros em cobaias de experiência. Retrato de um País que tem o Sul produzindo constantemente e mendigando recursos. Retrato de um País que continua sendo paternalista ao extremo com o Nordeste sem exigir em troca que esta parte do Brasil acorde para a realidade de também participar mais intensamente, não apenas com políticos que defendem privilégios daquelas regiões, enquanto por aqui a mesma miséria é disfarçada.

Sinceramente, Senhores, estou preocupado. Preocupado com a Constituição que vão nos legar em Brasília, isto por quê, sendo o retrato da realidade brasileira, não posso me conformar que ela se sujeite a "lobbies", conchavos, e interesses de grupo, os quais, conforme a sua força, certamente conseguiram embutir no texto constitucional o que lhes interessa, e não o que realmente o povo precisa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Consulta à Liderança do PMDB se fará uso do seu Horário.

Com a palavra o Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O Paraná vive neste instante, momentos de grande expectativa, mormente no que diz respeito ao desenvolvimento da agropecuária deste Estado.

O Governo Álvaro Dias, a exemplo do que realiza em outros setores, vem dando atenção especial, na busca de soluções para os diferentes problemas enfrentados pelos agricultores paranaenses.

Há poucos dias, conforme determinação de sua Excelência o Governador, o Banco do Estado do Paraná teve atuação marcante na renegociação da dívida de agricultores.

Através da boa administração de Osmar Dias frente à pasta da Agricultura, estamos vendo os novos programas estaduais aflorarem, e também a continuidade e a constante atenção na manutenção de importantes programas implantados anteriormente.

A propósito deste assunto, acabamos de testemunhar a vinda ao Paraná de sua Excelência, o Ministro da Agricultura, Iris Rezende, que em ato solene realizado no Palácio Iguaçu, no dia 17 próximo passado, assinou diversos convênios e protocolos de intenções com o Governo do Estado.

Estamos vendo transformar-se em realidade, projetos que, num futuro bem próximo, poderão solucionar graves problemas existentes no meio rural, cuja solução terá seus reflexos em toda a nossa coletividade.

Entre tais problemas, cabe-nos dar um destaque especial à questão dos abatedouros clandestinos, e à falta de inspeção da maior parte dos produtos de origem animal que são consumidos pela população.

Durante o governo José Richa, mais precisamente em outubro de 1984, propusemos nesta Casa de Leis que fosse criado pelo governo do Estado um grupo de trabalho para efetuar o diagnóstico da situação higiênico-sanitária do abate, industrialização e comercialização de carnes e derivados no Estado do Paraná.

Lembramo-nos muito bem que naquela oportunidade, quando nos referíamos sobre a implantação dos abatedouros municipais, através de recursos oriundos do PRAM, nós já questionávamos quanto à necessidade da correta orientação aos municípios, através de fontes especializadas, a fim de que tais abatedouros viessem a preencher as condições ideais, sob o aspecto higiênico-sanitário.

Ainda naquela ocasião, dizíamos que nosso objetivo era fazer com que, através de um grupo de trabalho organizado para efetuar tal diagnóstico, pudéssemos encontrar os meios mais apropriados de assegurar à população as condições ideais de higiene para a preservação da saúde daqueles que se alimentam de produtos de origem animal.

Assim sendo, merece todo nosso aplauso, a atitude do Secretário Osmar Dias, bem como a do Secretário da Saúde Doutor Delcino Tavares, que estão imbuídos deste esforço em tornar realidade no Paraná a inspeção estadualizada.

A importância da pecuária paranaense se traduz, ainda, entre outros aspectos, pela expressividade dos plantéis e pelo nível de sua produção.

Em 1986 o Paraná já possuía um rebanho bovino de 8,5 milhões de cabeças, 4,6 milhões de suínos e 58 milhões de aves.

Para que os Senhores Deputados tenham uma idéia melhor do seu significado econômico isto representou em termos de produção de carnes:

132.187 toneladas de carne bovina;
110.313 toneladas de carne suína; e
257.141 toneladas de carne de aves.

Não podemos esquecer ainda que em 1986 o Paraná produziu a significativa cifra de 1,2 bilhões de litros de leite.

Um outro programa que também merece ser destacado, é o Programa Estadual de Manejo Integrado do Solo e da Água, através das microbacias hidrográficas. Este é um programa lançado pelo Paraná em 1983 no Governo de José Richa e que prossegue agora, em ritmo acelerado, pelo governo Álvaro Dias.

O Paraná conta hoje com 1 milhão e 200 mil hectares de áreas agricultáveis conservadas pela introdução de diversas técnicas de manejo de solos, disseminadas por técnicos e produtores. Isto corresponde a mais ou menos 700 microbacias hidrográficas. Pelo grande esforço e pelos convênios firmados, podemos acreditar que até o final do governo Álvaro Dias, milhares de novas microbacias estarão conservadas.

Este programa é tão importante e está tão bem organizado, que o Ministro Iris Rezende veio ao Paraná, para lançar o Programa Nacional de Microbacias, tomando como inspiração este novo cartão de visitas do Paraná. Cartão de visitas também será, não temos dúvida, a Hidrovia do Ivaí e a Ferrovia da Produção, quando concluídas estiverem.

Para tanto tem sido exaustivo o esforço do Governador e sua equipe, no sentido de viabilizar recursos financeiros junto ao Governo Federal e, inclusive, a nível internacional, para que tais projetos possam, o mais rapidamente possível, se

transformar em realidade e satisfazer os grandes anseios e a confiança que hoje todos os paranaenses depositam neste novo Governo.

Feitas tais considerações sobre estes programas e projetos que se desenvolvem no Paraná, gostaríamos de discutir com os Senhores Deputados outro aspecto de capital importância para a agropecuária paranaense e que diz respeito aos preços mínimos de garantia para os produtos agrícolas.

Em reunião do Conselho Monetário Nacional, ocorrida no dia 13 passado, os novos preços mínimos para os produtos da safra agrícola 1987/1988 ficaram assim estabelecidos:

	Cz\$
TRIGO (saca de 60 kg)	512,40
SOJA (saca de 60 kg)	375,00
ALGODÃO (arroba/15 kg)	245,00
MILHO (saca de 60 kg)	265,00
ARROZ IRRIGADO (saca de 50 kg)	403,00
ARROZ DE SEQUEIRO (saca de 60 kg)	415,00
MANDIOCA (tonelada)	1.080,00
FEIJÃO (saca de 60 kg)	1.050,00

Observem, Senhores Deputados, que a inflação no período de julho/86 e julho/87 foi de 240% e a variação do IPP - índice de Preços Pagos pelos Agricultores (parâmetro básico para fixação dos preços mínimos) apresentam uma variação menor no período, ou seja, 208%.

O Governo Federal, portanto não foi justo com a agricultura. Não cumpriu com a palavra e mudou novamente a regra do jogo.

Segundo o Departamento Técnico Econômico da FAEP - Federação da Agricultura do Estado do Paraná, o preço mínimo de garantia da saca de arroz - (60 kg) - deveria ser fixada em Cz\$ 483,00. No entanto, vejamos os Senhores, que o preço mínimo para o arroz irrigado foi estabelecido em Cz\$... 403,00 e em Cz\$ 415,00 para o arroz sequeiro.

No que se refere à questão do trigo, o preço mínimo de garantia foi estabelecido pelo Governo Federal em Cz\$ 512,40 por saca (preço este válido para setembro/87), no entanto, pelos cálculos apresentados pela OCEPAR - Organização das Cooperativas do Estado do Paraná -, tal valor deveria ter sido fixado em pelo menos Cz\$ 563,00 por saca (isto em agosto de 1987).

O trigo, por ser um produto indispensável à alimentação humana, deveria receber atenção especial por parte do Governo.

A importância do trigo é tanta que esta Assembléia Legislativa do Paraná, através da Comissão de Agricultura, promoveu importantes debates, com repercussão, inclusive, nacional.

Quando tomamos por balizamento informações e pronunciamentos de órgãos como a

FAEP, a FETAEP e a OCEPAR, o fazemos com convicção, pois são entidades que representam um contingente muito expressivo do meio rural. Só a OCEPAR fala por cerca de 200 mil agricultores associados às cooperativas paranaenses.

O preço do trigo de Cz\$ 563,30 por saca em 1º de agosto de 1987 foi obtido pela OCEPAR com base na Portaria Super 85, do Ministério da Agricultura. Por essa Portaria, o preço de garantia do trigo, em abril de 1986 era de Cz\$ 270,00, e seria corrigido no 1º dia de cada mês, de maio a dezembro, pela variação do índice de preços pagos - IPP. Esse preço, na época, equivalia a 204 dólares por tonelada; que atualizados para o câmbio atual daria em torno de Cz\$ 575,00 por saca.

Segundo palavras do próprio Presidente da OCEPAR, Doutor Wilson Thiesen, os encargos incidentes sobre os financiamentos do trigo, conforme a Resolução 1266 do Banco Central, tem por base a variação da LBC ou IPR (índice de preços recebidos), o que for menor, mais 10%. Contudo, com o estabelecimento do Decreto-Lei nº 2335, inexplicavelmente o preço do trigo deixou de ser corrigido conforme preconizava a Portaria Super 85.

Ainda segundo a análise da OCEPAR, os agricultores estão sendo penalizados, porque em julho os financiamentos de custeio foram corrigidos em 12,99%, enquanto que a LBC foi corrigida em 8,9% e a OTN em 3,05%. Em agosto os custeios serão corrigidos em 8,91%, enquanto que a LBC deverá ficar em torno de 6,5%.

Há que se lembrar ainda, nesta oportunidade, segundo afirmação do presidente da OCEPAR, que se mantendo tais valores, os produtores ficarão inviabilizados de efetuarem o pagamento dos financiamentos, obrigando-os a recorrerem ao PROAGRO, portanto, o que o Governo supostamente economizará ao estabelecer tal preço mínimo, vai gastar posteriormente com a indenização via PROAGRO.

Muita coisa ainda gostaríamos de falar e analisar, como o problema do milho e demais produtos, contudo, em outra oportunidade voltaremos para discorrer sobre a matéria.

Mas no que se refere aos preços mínimos, se tais preços fossem tão bons como afirmou o Ministro Íris Rezende, não se posicionariam contrariamente a eles importantes lideranças do Paraná tais como: Secretário da Agricultura, Osmar Dias; Presidente da OCEPAR, Wilson Thiesen; Presidente da FAEP, Paulo Carneiro; Presidente da FETAEP, Antenor Beni; e o Presidente da COTRIGUAÇU - José Luiz Ochoa, pois é flagrante a defasagem entre os custos de produção e os valores estabelecidos para os diversos produtos, atingindo 6,48% no

feijão, 13,2% no milho, 25,7% no algodão e 12% do trigo.

Portanto, endosso as palavras do Secretário da Agricultura e Abastecimento, Osmar Dias, quando este afirma que "o agricultor está cansado de pagar para produzir, o Governo Federal deveria cumprir com os compromissos que assumiu em praça pública, em reuniões e pronunciamentos e, principalmente, quando colocou a agricultura como prioridade".

Se a culpa é do Íris ou do Bresser, não nos interessa, mas o Bloco Parlamentar Agropecuário da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, o qual tenho a honra de coordenar, protesta, veementemente, contra tais atitudes por parte do Governo Federal, e exige que sejam revistos os preços mínimos aprovados pelo Conselho Monetário Nacional na última quinta-feira, 13 de agosto, e que se repare com urgência toda esta injustiça que mais uma vez se comete contra a agropecuária do Paraná e do Brasil.

Muito obrigado.

Concedo o aparte ao Deputado Sabino Campos.

O Sr. Sabino Campos - Eu agradeço o aparte e queria dizer ao nobre Deputado, em relação somente a um dos pontos que levantou no seu pronunciamento, o que se refere à inspeção de carnes pelo Estado, que mais uma pessoa, mais um colega Deputado se engaja nessa luta e pediríamos mais uma vez a esta Assémbleia o apoio global para a Secretaria da Agricultura, para que nós venhamos a conseguir a inspeção a nível de Estado e com isso nós venhamos a dar uma carne de melhor qualidade para nossa população.

Parabéns pelo seu pronunciamento, nobre Deputado.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Eu agradeço pelas suas palavras e tomamos a liberdade de incorporá-las ao nosso pronunciamento.

Muito obrigado

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Está Encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA:

com a presença de quarenta e nove Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Eduardo Baggio, devidamente apoiado, constante do expediente. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. Necessita de apoio. - Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do

expediente. Necessita de apoio.-
Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. Necessita de apoio.-
Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente. Necessita de apoio.-
Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente. Necessita de apoio.-
Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado José Alves, constante do expediente. Necessita de apoio.-
Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado José Domingos Scarpellini, constante do expediente. Necessita de apoio.-
Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Valderi Vilela, constante do expediente. Necessita de apoio.-
Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Valderi Vilela, constante do expediente. Necessita de apoio.-
Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Valderi Vilela, constante do expediente. Necessita de apoio.-
Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Pirajá Ferreira, constante do expediente. Necessita de apoio.-
Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 370/84, de autoria da Deputada AMÉLIA DE ALMEIDA HRUSCHKA, que cria o município de Luiziana, com território desmembrado do município de Campo Mourão e divisas do atual Distrito Administrativo, com sede e foro na localidade de mesmo nome. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.T.I.C., por unanimidade.- EM REGIME DE URGÊNCIA.-
Em votação.

A SRA. AMÉLIA HRUSCHKA - Para encaminhar a votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Para encaminhar, concedo a palavra a Senhora Deputada Amélia Hruschka.

A SRA. AMÉLIA HRUSCHKA - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados. (Lê):

"Esta Casa apreciará hoje, em terceira discussão, o projeto de lei de nossa autoria criando o município de Luiziana, desmembrado de território do município de

Campo Mourão.

Como estou pessoalmente segura da aprovação, como sempre tem ocorrido com as propostas que representam os anseios populares, quero considerar, desde já, Luiziana como o mais novo município do Paraná. Assim, desejo fazer alguns registros e agradecimentos, porque o desfecho desta campanha encetada pelo povo de Luiziana é motivo de alegria para todos.

É importante ressaltar que não se trata de apenas e mais uma emancipação, ou a criação pura e simples de uma nova unidade no contexto estadual. Representa, isto sim, a concessão de um diploma de independência e autonomia à comunidade de Luiziana para gerir seus próprios destinos, criar e produzir em benefício de sua gente e no objetivo maior de crescer e fortalecer esta nova célula municipal.

Conforme se depreende do próprio parecer da Douta Comissão de Constituição e Justiça - além de outros documentos anexados ao processo - o novo município tem todas as condições para crescer e se fortalecer. Tem um povo ativo e trabalhador, tem uma terra produtiva, tem um comércio de grande potencial, assim como o segmento industrial.

De acordo com dados oficiais do IBGE, a população de Luiziana, em 1980, era de 11 mil setecentos e quarenta habitantes; e segundo o registro eleitoral do ano passado, o Colégio Eleitoral era então de 5 mil e duzentos eleitores. A área é de 35 milhões, 646 mil e duzentos e trinta e três alqueires, sendo que mais de 50% (cinquenta por cento) desse total é área de lavouras. Outros dados e números poderiam ser alinhados para embasar a certeza no grande futuro de Luiziana, que passará a ser o 142º (centésimo quadragésimo segundo) município em arrecadação, o que é uma posição elogiável se considerarmos o universo estadual, de trezentos e dezesseis municípios.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. A emancipação de Luiziana é uma luta do povo deste - por enquanto - progressista distrito de Campo Mourão. A conquista deste ideal deve-se à laboriosa gente luizianense.

Nesta luta deve ser destacado o trabalho, em particular, de alguns companheiros que se empenharam na jornada emancipacionista, como os Vereadores Antônio Abrão dos Santos e Nelson Tureck, bem como do Sr. Santos Menegat, Presidente da Comissão Pró-Criação do Município de Luiziana.

Merece destaque, enfim, o trabalho incansável de todos os interessados que, apesar das dificuldades, levaram a missão adiante, inclusive cumprindo as exigências requeridas em Lei, o que se refletiu na consulta plebiscitária que obteve ampla

maioria favorável à emancipação. Todos são merecedores dos nossos melhores agradecimentos, pois prestaram significativa colaboração, mesmo quando de certa forma o fizeram no anonimato.

Finalmente, agradeço o apoio dos nobres Deputados de todas as bancadas, que souberam entender a luta e os anseios do povo que represento nesta Casa. Todos são credores da gratidão do povo de Luiziana.

Muito obrigada!

O Sr. Nilton Barbosa- Deputada Amélia, Vossa Excelência me concede um aparte? (Assentimento).

Nesta hora em que Vossa Excelência faz o seu agradecimento à comunidade Luiziana, que colaborou para que esse distrito seja emancipado, os Vereadores, a comunidade, enfim, nada mais justo do que nós, como colegas de Vossa Excelência nesta Casa, enalteçamos o seu trabalho, a sua luta. O apoio que Vossa Excelência consegue dos colegas nesta Casa é pela sua simpatia, pela sua educação, pelo seu trabalho. E que Luiziana saiba que Vossa Excelência muito trabalhou e hoje tem os nossos parabéns, porque é um novo Município do Paraná, o mais novo Município.

Muito obrigado.

O Sr. Caíto Quintana - Vossa Excelência me concede um aparte, Deputada Amélia Hruschka? (Assentimento).

Deputada Amélia Hruschka, toda vez que um Município novo surge, é porque uma comunidade trabalhou e porque essa comunidade organizada soube encaminhar os seus propósitos. Mas, Vossa Excelência, Deputada, pela dedicação nessa Casa, pelo seu grande carinho com os demais parlamentares, conseguiu fazer com que todos os parlamentares sentissem como se Luiziana fosse um pouco de si. Compareceram nas reuniões, aprovaram, estão em Plenário após duas sessões suspensas, exatamente para prestigiar o Projeto de Lei de Vossa Excelência.

Eu me sinto feliz em ser um dos Deputados que pode compartilhar com Vossa Excelência e com o povo de Luiziana, nesse momento de glória quando, após a votação em terceira discussão do Projeto, será votado também um requerimento de Vossa Excelência, solicitando dispensa de redação final e, decididamente, fica encerrada aqui na Assembléia Legislativa, a criação de Luiziana, aguardando apenas a sanção do Governo.

Parabéns Deputada Amélia Hruschka, transmita esses parabéns ao povo de Luiziana e a certeza dessa gente de que terá nesta Assembléia uma Deputada à altura de representar os seus mais legítimos anseios.

Meus parabéns.

O Sr. Luiz Carlos Alborghetti- Vossa Excelência me concede um aparte?

(Assentimento).

Deputada Amélia Hruschka, a nossa amizade vem através da sua família. E uma amizade querida, humana, uma amizade pura, que eu nutro, me permita tratá-la de você. Uma amizade maravilhosa com base na qual sempre que posso, visto como Vossa Excelência tem anos nesta Casa e eu sendo estreante, vou buscar subsídios com Vossa Excelência.

Em respeito aos votos que eu tive em Campo Mourão, em respeito muito mais ainda a Vossa Excelência, pelo amor, pelo carinho que a Senhora tem por Campo Mourão, pelo respeito que a Senhora tem pela microrregião de Campo Mourão, porque a Senhora é que é a Deputada daquela região, a Senhora é que sofre os problemas daquela microrregião, a Senhora não faz espalhafatos e nem demagogia naquela microrregião, a Senhora está ali constantemente sofrendo com os problemas da sua microrregião, quero parabenizá-la. Estou aqui apenas aguardando o momento decisivo para que eu possa me levantar e aprovar o nascer de um novo pôr-do-sol, que é o distrito que a Senhora transforma, nesta manhã, em mais um grande município, que será o orgulho do Paraná e o orgulho da Nação brasileira.

Obrigado.

A SRA. AMÉLIA HRUSCHKA - Eu é que agradeço Deputado. Concedo aparte ao Deputado Lindolfo Júnior.

O Sr. Lindolfo Júnior - Deputada Amélia Hruschka é com grande satisfação que ocupo esse precioso tempo do horário de Vossa Excelência no encaminhamento de votação desse Projeto, para dizer e para manifestar a nossa solidariedade a essa gente querida, séria, competente e que pretende elevar, agora, depois de aprovado, o Município de Luiziana como um dos principais municípios do Estado do Paraná.

Sei da luta de Vossa Excelência, Deputada Amélia, "A Mãezinha da Concam", pelo seu trabalho com as crianças dos orfanatos, das creches, das pré-escolas, dos centros sociais e sei que esse é um momento de glória na vida de uma Deputada como Vossa Excelência que vê cristalizado, depois do cascalho brilhar, o diamante, e depois de muita luta, de muitas reuniões canceladas e até suspensas, Vossa Excelência tem aprovado um Projeto de sua autoria que vai, sem dúvida alguma, beneficiar uma gente laboriosa e que vem trabalhando pelo engrandecimento do nosso Estado.

Gostaria de me associar ao seu pronunciamento porque sei que esse pronunciamen-

to escreve, talvez, a primeira página da história do município que agora a Assembleia cria, o Município de Luiziana.

Parabéns Deputada Amélia Hruschka.

A SRA. AMÉLIA HRUSCHKA - Muito obrigada, Deputado. Gostaria de dar o aparte ao Deputado Antônio Costenaro.

O Sr. Antônio Costenaro- Deputada Amélia Hruschka nós, nesta oportunidade, queremos parabenizar Vossa Excelência pelo brilhante trabalho que tem desenvolvido pela emancipação do Município de Luiziana. E entendo perfeitamente que Vossa Excelência como mulher, mãe, faz exatamente, nesta Casa, o papel completo. Sendo Vossa Excelência do Município de Campo Mourão está dividindo, criando um novo Município que, naturalmente, tem sempre as dificuldades, as barreiras na divisão do município. E Vossa Excelência, no papel de mãe, divide para somar. Está criando um novo município. Portanto, aproveito esta oportunidade para parabenizar também os membros da comissão pró-emancipação como Santo Menegatto, pelo brilhante trabalho, como também o dos Vereadores Nelson Tureck, Antônio Abrão dos Santos e demais membros da Comissão.

Nós sabemos, acompanhamos através do rádio, da televisão na nossa região, até contribuimos na medida do possível para que este município fosse emancipado e que o sonho deste povo fosse realizado. Portanto, naturalmente com a aprovação unânime desta Casa, sai fortalecido o Poder Legislativo neste momento, aprovando a criação de mais um novo município, município progressista e fazendo a vontade de um povo.

Parabéns.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Esta Mesa informa a Vossa Excelência que seu tempo está esgotado e esta Mesa lhe concede mais 30 segundos.

A SRA. AMÉLIA HRUSCHKA - Agradeço o apoio dos nobres Deputados e de todas as Bancadas que souberam entender a luta e os anseios do povo que represento nesta Casa. Todos são credores da gratidão do povo de Luiziana.

Muito obrigado.

O SR. ALGACI TÚLIO - (Pela Ordem) - A Bancada do PDT não teve a oportunidade devida de dar um aparte à nobre Deputada Amélia Hruschka, mas quer também se colocar solidária com este projeto, demonstrando também o carinho dos integrantes desta Bancada pela atuação da Deputada Amélia Hruschka, nesta Casa. E a Bancada do PDT também quer cumprimentá-la pelo Ex-

celente projeto que traz a esta Casa para discussão de todos nós parlamentares, passando pelas comissões, que é a criação de mais um município.

Em nome da bancada do PDT, os nossos cumprimentos à Deputada Amélia Hruschka.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Está em votação o Projeto de Lei nº 370/84. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 69/87, de autoria do Deputado ALEXANDRE CERANTO, que declara de Utilidade Pública, o "ELOS CLUBE DE UMUARAMA", com sede e foro na cidade de Umuarama. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 95/87, de autoria do Deputado ANTÔNIO MARTINS ANNIBELLI, que dá nova redação ao artigo 3º da Lei nº 7.231/79, alterado pelo artigo 1º da Lei nº 8.172/85, e pelo artigo 1º da Lei nº 8.422/86, conforme específica. (Autoriza a Prefeitura Municipal de Rio Azul, a doar ao "Lar dos Velhinhos de Rio Azul", a área de terra com 5.280 metros quadrados (cinco mil, duzentos e oitenta metros quadrados). Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.T.I.C., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 126/87, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem nº 57/87), que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Guarapuava um imóvel com área de 4.140m², havido pelo Estado conforme transcrição nº 21.402, do Livro 3-N, do Cartório do 2º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Guarapuava. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., e C.T.I.C., por unanimidade. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 152/87, de autoria da Deputada VERA AGIBERT, que declara de Utilidade Pública, a ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DAS SENHORAS DOS DEPUTADOS ESTADUAIS", com sede nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 42/87, de autoria do Deputado RAFAEL GRECA DE MACEDO, que estabelece o Cadastramento de Empresas de Produção Cultural Circense, de Teatros Ambulantes e demais Companhias Congêneres. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.C.E., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 61/87, de autoria do Deputado TADEU LÚCIO MACHADO, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor SUNAU ITO. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 72/87, de autoria do Deputado EZEQUIAS LOSSO, que declara de Utilidade Pública, a ASSOCIAÇÃO ASSISTENCIAL E EDUCACIONAL BETESDA- ASSAEBE", com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 78/87, de autoria do Deputado ACYR MEZZADRI, que autoriza o Poder Executivo a doar à Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré, o lote de terra com área total de 2.425 metros quadrados conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.T.I.C., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 96/87, de autoria do Deputado CÂNDIDO BASTOS, que declara de Utilidade Pública, a ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E A INFÂNCIA - A.P.M.I." com sede e foro no Município de Guarapuava. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 109/87, de autoria do Deputado CÂNDIDO BASTOS, que declara de Utilidade Pública, a ASSOCIAÇÃO COOPERATIVISTA PARA O TRABALHO EM OBRAS SOCIAIS- ACTOS", com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Publ. no DA nº 69, de 22.06.87).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 109/87

PARECER:

Autor: Deputado Cândido Bastos

Súmula: Declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO COOPERATIVISTA PARA O TRABALHO EM OBRAS SOCIAIS - ACTOS, com sede e foro nesta Capital.

A documentação que acompanha o referido Projeto de Lei corresponde perfeitamente às exigências contidas na Lei nº 6.994, de 10 de janeiro de 1978, que regula a matéria em pauta.

Portanto, analisando-se a matéria sob o aspecto legal e constitucional, a que é chamada a opinar esta Comissão de Constituição e Justiça, temos que nada há que possa obstar sua normal tramitação pelos

demaís órgãos desta Casa.

Nestas condições, nosso Parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO. É o parecer.

Sala das Comissões, em 11.08.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

GERNOTE KIRINUS

Relator.

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 114/87, de autoria do Deputado CÂNDIDO BASTOS, que declara de Utilidade Pública a "FUNDAÇÃO DO BEM ESTAR AO MENOR- FUBEM", com sede e foro no Município de Guarapuava. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Publ. no DA. nº 71, de 24.06.87).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 114/87

PARECER:

O presente Projeto de Lei, de autoria do ilustre Deputado Cândido Bastos, visa seja A FUNDAÇÃO DO BEM ESTAR AO MENOR "FUBEM", declarada de Utilidade Pública.

Analisado em consonância com a Lei nº 6.994, de 10 de janeiro de 1978, observa-se que o mesmo atende aos requisitos por ela exigidos, ou sejam, Ata de Fundação da Associação, Estatuto, Relatório das Atividades, Objetivos Sociais, sem fins lucrativos.

Por essa razão, não vemos óbices para sua normal tramitação por esta Casa de Leis, merecendo, conseqüentemente, favorável parecer desta Comissão.

O parecer é favorável.

Sala das Sessões, em 03.08.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

JOSÉ AFONSO JÚNIOR

Relator.

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 131/87, de autoria do Deputado CÂNDIDO BASTOS, que declara de Utilidade Pública o "SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE CANTAGALO", com sede e foro no mesmo Município. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Publicado no DA. nº 77, de 03.08.87).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 131/87

PARECER:

O Projeto de Lei em exame, de autoria do nobre Deputado Cândido Bastos, visa declarar de Utilidade Pública, o SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE CANTAGALO, com sede e foro no mesmo Município.

Encontrando-se devidamente justificada, portanto de acordo com as normas regi-

mentais, e em consonância com os requisitos estabelecidos pela Lei nº 6994, de 10 de janeiro de 1978, a proposição em tela encontra guarida no âmbito desta Comissão, nada havendo que impeça sua normal tramitação.

Somos, portanto, de parecer FAVORÁVEL, opinando pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 11.08.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

GERNOTE KIRINUS

Relator.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Sobre a mesa, requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando dispensa da Redação Final para todos os Projetos atualmente em 3.^a Discussão, e que não sofreram emendas durante sua tramitação. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente, solicitando dispensa de Discussão e votação da Redação Final para o Projeto de Lei nº 178/86, aprovado em 3.^a Discussão e que não sofreu emendas na sua tramitação. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rafael Greca, constante do expediente, solicitando à Comissão Executiva, a criação de um serviço de portaria para Triagem e Assistência Social no saguão do Palácio Tacerdo Neves. À Comissão Executiva para apreciar.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Hermes Acarante, ocorrido nesta Capital. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, encarecendo informações desta Casa, acerca de quantos cargos é composta a carreira de nível técnico, que exige formação de nível superior. À Comissão Executiva, para apreciar.

O SR. ANTÔNIO BELINATI - (Pela Ordem) - Senhor Presidente, em nome da Liderança do PDT, registro na Ata dos Trabalhos da Sessão de hoje, o voto de regozijo e de congratulações aos Corretores de Imóveis, do Paraná e do Brasil.

Comemora-se, hoje, Senhor Presidente, o vigésimo quinto aniversário da Regulação da Profissão de Corretor de Imóveis, no Brasil, e hoje, é o dia nacional do Corretor de Imóveis.

Esta Casa, recebe com alegria, Senhor Presidente, a visita de Jorge Zewe Coimbra, Presidente do Sindicato dos Correto-

res de Imóveis de Londrina, e de Jaldeir Gonçalves, Presidente do Sindicato de Corretores de Imóveis, de Maringá. Eles estão em Curitiba, a exemplo de outras lideranças dos Corretores de Imóveis, para uma grande festividade, que marcará a comemoração nesta cidade, em data de hoje, do Dia Nacional do Corretor de Imóveis.

A homenagem do PDT à esta laboriosa classe.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Esta Presidência, aguarda o seu requerimento por escrito devidamente, para a votação.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Paulo Muszynski, ocorrido no dia 19 de agosto do corrente ano, nesta Capital. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Vera Agibert, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Eudocia Didkun, professora e ex-diretora do Colégio Santa Olga do Município de Prudentópolis, Ponta Grossa e nesta Capital. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Vera Agibert, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Nicolau Procheira, ocorrido no Distrito de Dorizon, no Município de Marechal Mallet. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor José Gonçalves Ávila, ocorrido no dia 20 de agosto do corrente ano, no Município de São João do Ivaí. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Bárbara, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Carlos Bot, ocorrido no dia 25 de agosto do corrente ano, nesta Capital. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI (Pela Ordem)

- Senhor Presidente, eu solicitaria que fosse registrado em Ata nesta Casa voto de regozijo ao Senhor Secretário de Estado da Cultura, pelo seu brilhante pronunciamento - que acompanhei pela Imprensa - e também do Senhor Deputado Rafael Greca, pelo que expuseram ontem, para todo o Estado do Paraná.

Isso vem engrandecer o Partido do Movimento Democrático Brasileiro e vem engrandecer também, a conduta do Deputado

Rafael Greca, do PDT, junto ao PMDB.

Por isso solicito que conste em Ata um voto de regozijo ao Secretário de Estado da Cultura que por estar preocupado com o mundo circense, fez uma doação para que o circo possa sobreviver, porque o circo é arte, é cultura e lamentavelmente estava abandonado no Estado, como está abandonada na Nação Brasileira!

Desejo que Vossa Excelência, Presidente Eduardo Baggio, e essa Mesa, façam constar em Ata um voto e regozijo e um voto de aplauso a Secretário de Estado da Cultura, por haver oferecido ao mundo circense uma verba para que ele possa sobreviver, possa continuar apresentando não só às crianças, mas, aos homens, às mulheres, a arte e a cultura.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Esta Presidência solicita do nobre Deputado que faça por escrito a sua solicitação.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Será feito, Senhor Presidente.

O SR. RAFAEL GRECA (Pela Ordem).

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Pela Ordem concedo a palavra ao Senhor Deputado Rafael Greca.

O Sr. Rafael Greca - Senhor Presidente, impõe o meu dever de cortesia e de fidelidade parlamentar agradecer ao nobre Deputado Luiz Carlos Alborghetti, as nobres referências que faz à minha pessoa, e que faz, ao relacionamento de interesse paranaense que nós mantemos com a Secretaria de Estado da Cultura.

A Cultura, Senhor Presidente, é um território suíço, ela não pode comportar as paixões partidárias. Quando os valores culturais mais elevados do Brasil são frequentemente bombardeados pelos valores coloniais, pelos grandes grupos multinacionais que inclusive dominam a mídia eletrônica que "faz a cabeça" do nosso povo, defender o circo, defender o pavilhão, defender a idéia da arte que brota da alma do povo não pode ser uma proposta partidária, há de ser sim, a generosa e libertária proposta dos paranaenses e dos brasileiros, a generosa e libertária proposta de todos os homens e mulheres que abrigam o mito no seu coração e que não querem ver o mito morrer! Porque se morre o mito, morre a infância, e se morre a infância, mata-se a possibilidade de futuro!

Era isto!

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Paulo Muszynski, ocor-

rindo no dia 19 de agosto do corrente ano. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Belinatti, constante do expediente, solicitando voto de congratulações aos Corretores do Paraná, pela passagem do "Dia Nacional do Corretor de Imóveis". **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Izidoro Neckel, ocorrido no dia 19 de agosto do corrente ano, no Município de Ivaiporã. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor José Gonçalves Ávila, ocorrido no dia 20 de agosto do corrente ano, no Município de São João do Ivaí. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado João Arruda, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Genésio Luiz Follador, ocorrido no Município de Francisco Beltrão. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rafael Greca, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo incêndio do Instituto Neo-Pitagórico, desta Capital. **Em votação.**

O SR. RAFAEL GRECA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, Senhores Deputados, o incêndio... Senhor Presidente, eu peço a atenção dos Senhores Deputados e peço a atenção da Assembléia para esse requerimento. Antes de ontem, na Cidade de Curitiba na Rua Dario Veloso, queimou a biblioteca do Instituto Neo-Pitagórico, tombada pelo patrimônio histórico e artístico do Estado do Paraná. Entre os livros incendiados estava a única enciclopédia que a humanidade conheceu. Não se trata nem da enciclopédia Barsa, nem da enciclopédia Larousse, essas enciclopédias dos vendedores que batem as nossas portas e que nos vem oferecê-las, trata-se da enciclopédia da que provocou a Revolução Francesa, que provocou o ideal de igualdade, de liberdade, de fraternidade entre os homens. O Professor Dario Veloso, conhecido professor de filosofia do Paraná, no ano de 1909 fundou este templo das Musas, como o endereço de sabedoria e de cultura. Lá também estava a única coleção completa do Jornal "19 de Dezembro", o primeiro Jornal do Paraná, que funcionou de 1853 até 1891. Lá estavam vários relatórios dos Presidentes da Província. Portanto, cinquenta anos da história da formação do Paraná. Lá estavam os livros dos nossos poetas simbolistas, como Emiliano Pernetá,

como Cruz e Souza, e como tantos outros poetas simbolistas que são bem reportados pelo Andrade Muricy no seu livro o "Símbolo à Sombra das Araucárias". Lá estavam livros da Inquisição, ou contrários à Inquisição. Estavam livros sobre o Egito, sobre a Grécia, sobre a Pérsia. Enfim, era uma jóia do conhecimento humano que estava guardado em Curitiba, armazenado pelos Senhores da erva-mate e tombada pelo patrimônio histórico do Estado.

Assim eu peço que a Assembléia Legislativa registre voto e pesar, na sua Ata, por esse incêndio, porque é um incêndio significativo, uma vez que a nossa atual amnesia e a nossa atual anestesia de inteligência e de consciência não nos permitem sequer tomarmos conhecimento de um incêndio como este a não ser que a televisão através de seu mágico "plim-plim" crie um clima de comoção popular.

Eu soube que o Secretário de Estado da Cultura, Dr. Renné Dotti esteve no Instituto Neo-Pitagórico vendo a enciclopédia queimada; soube mais, que o Dr. Rosala Gazuze vai muito abalado com relação a este incêndio. No entanto, eu peço à perícia policial para que se apure as causas do incêndio, porque o Paraná tem outros acervos, outros museus, e outras bibliotecas que não podem e não devem ser queimadas.

É neste sentido, Senhor Presidente, que solicitamos à consciência política do Paraná que se renda diante da fatalidade do incêndio da mais importante biblioteca do Sul do Brasil para o livre pensamento, para o pensamento anti-clerical, e veja Sua Excelência que eu sou de formação católica, no entanto eu entendo que quando se queimam livros se queima a própria essência da Humanidade.

Era isso.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Em votação. **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando voto de regozijo pela vitória da Chapa "O Poder da Realização", que elegeu os novos dirigentes do Conselho Deliberativo do Esporte Clube Pinheiros, desta Capital. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Basílio Zanusso, constante do expediente, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Resolução n. 001/87, que dá nova redação ao Parágrafo 5º, do Artigo 123, do Regimento Interno desta Casa de Leis. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente, solicitando voto de regozijo pelo pronunciamento efetuado pelo Se-

nhor Secretário de Estado da Cultura, em favor da instituição circense em nosso Estado. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado David Cheriegate, constante do expediente, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n. 267/86, que cria o Município de Santa Lúcia, desmembrado do Município de Capitão Leônidas Marques, de autoria do Deputado Mário Pereira. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria dos Senhores Deputados Antônio Annibelli, David Cheriegate e Gernote Kirinus, constante do expediente, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n. 58/87, que cria o Município de Lindoeste. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria dos Senhores Deputados Antônio Annibelli, David Cheriegate e Gernote Kirinus, constante do expediente, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n. 133/87, que cria o Município de Santa Tereza do Oeste. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria dos Senhores Deputados Nelson Vasconcellos e Djalma de Almeida César, constante do expediente, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n. 150/87, que denomina Senador Flávio Carvalho Guimarães a Rodovia PR-151, que liga Ponta Grossa - Castro - Piraí do Sul - Jaguariaíva e Sengés. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Pedro Tonelli, constante do expediente, solicitando Regime de Urgência para os Projetos de Lei n. 111, 139 e 176/87, bem como para o Projeto de Resolução n. 47/87. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Resolução n. 51/87, que autoriza a realização de plebiscito no Distrito de Palmeirinha, Município de Guapuva. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Resolução n. 49/87, que autoriza a realização de plebiscito na área que abrigará o futuro Município de Santa Tereza do Oeste. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Resolução n. 50/87, que autoriza a realização de plebiscito na área que abrigará o futuro Município de Lindoeste. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n. 57/87, que declara de Utilidade Pública a Sociedade Beneficente São Francisco de Assis, no Município de Boa Esperança. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Governador do Estado, encarecendo informações quanto à forma com que foi realizada a transação da compra, pelo Estado, do imóvel ocupado pelo Cine Vitória, desta Capital. - Em votação. Rejeitado.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, eu pergunto se há tempo ainda, foge-me agora a possibilidade de ver no Regimento, se há condição de pedir a votação nominal para esse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Já foi efetuada a votação. O Senhor poderá solicitar verificação de votação.

O SR. ALGACI TÚLIO - Peço verificação de votação, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Esta Presidência defere, e fará a verificação.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Requeiro chamada nominal, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Esta Presidência defere o pedido do Deputado Caíto Quintana, e fará a chamada nominal.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Procede a chamada nominal dos Senhores Deputados.)

Senhor Presidente, trinta e dois Senhores Deputados responderam a chamada.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Há quorum para deliberação.

Solicito aos Senhores Deputados que tomem seus assentos para a devida Verificação de Votação.

Senhores Deputados que aprovam o Requerimento queiram levantar-se.

O SR. ANTÔNIO BELINATI (Pela Ordem) - Requeiro Chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Esta Presidência acabou de fazer a Chamada Nominal, Senhor Deputado.

O SR. ANTÔNIO BELINATI - Não, Votação Nominal.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Esta Presidência está fazendo a Verificação de Votação solicitada pelo Deputado Algaci Túlio.

O SR. ANTÔNIO BELINATI - Senhor Presidente, Vossa Excelência está equivocado. Eu estou pedindo Votação Nominal

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Vossa Excelência deverá fazer por escrito.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem) - Eu creio, Senhor Presidente, nem por escrito, neste estágio da votação porque Vossa Excelência já proferiu o resultado de rejeitado. Está apenas conferindo, fazendo a Verificação de Votação. Não cabe mais o requerimento pretendido.

O SR. PEDRO TONELLI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, eu sugiro à Mesa que adote a mesma postura que sempre adotou até aqui que, antes de iniciar a discussão do próximo requerimento, se considere as proposições. Assim como foi adotado na semana passada, eu proponho que a Mesa adote o mesmo comportamento.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Esta Presidência está fazendo a Verificação de Votação. Os Deputados que aprovam o requerimento queiram levantar-se. Os Deputados que rejeitam queiram levantar-se. Cinco Senhores Deputados aprovam, vinte e quatro rejeitam. Está rejeitado.

O SR. RAFAEL GRECA (Questão de Ordem) - Senhor Presidente, este Deputado está mais à vontade do que os demais, com, certeza para apoiar o requerimento do Deputado Algaci Túlio sobre o Centro de Convenções de Curitiba.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Se for para a justificação do voto, Vossa Excelência terá que fazer por escrito porque se trata de matéria vencida.

O SR. RAFAEL GRECA - Sim. Trata-se de matéria vencida. No entanto, há que se lamentar que não possa o Governo do Paraná, eu imagino o Secretário José Carlos de Carvalho...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Esta Presidência solicita a Vossa Excelência que faça por escrito, tratando-se da mesma matéria.

O SR. RAFAEL GRECA - Eu pedi a palavra Pela Ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Pela

Ordem, Vossa Excelência está com a palavra. Mas se for da mesma matéria Vossa Excelência deverá fazer por escrito.

O SR. RAFAEL GRECA - Não entendo por que, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Porque é justificação de voto.

O SR. RAFAEL GRECA - Este Regimento repetidas vezes tem sido violentado, e eu não imagino que o Secretário José Carlos Gomes de Carvalho, que é um homem íntegro, tenha alguma coisa a esconder a propósito do Projeto do Centro de Convenções no Cine Vitória, que é um projeto que nasceu na minha prancheta no Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba, é do interesse da Cidade...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Eu solicito ao Deputado a observância do Art. 152 onde diz:

"É proibido expressamente ao Deputado discutir matéria vencida, podendo apenas enviar à Mesa simples declaração escrita de voto".

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado da Educação, viabilizando a realização de concurso para as professoras conveniadas com o Estado e que atuam em Escolas Públicas do Estado. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nereu Carlos Massignan, constante do expediente, solicitando o envio de expediente, aos Senhores Ministro do Interior e Justiça do Governo do Chile, manifestando preocupação com os presos políticos daquele País. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente, solicitando voto de congratulações aos desportistas paranaenses ganhadores de medalhas nos X Jogos Pan-Americanos. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente, solicitando votos de congratulações aos Senhores Governador do Estado e Secretário de Estado dos Transportes pela duplicação da BR-376. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nelson Vasconcellos, constante do expediente, solicitando envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado dos Transportes, encarecendo a construção de um trevo de acesso ao Distrito de Perobal, na PR-323, no Município de Umuarama. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nelson Vasconcellos, constante do expediente, solicitando envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado dos Transportes, encarecendo a pavimentação da estrada de ligação do Distrito de Perobal, no Município de Umuarama, a Saltinho do Oeste, no Município de Iporã. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente, solicitando envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado da Educação, viabilizando a regularização trabalhista dos professores conveniados da FUNDEPAR. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Edmar Luiz Costa, constante do expediente, solicitando votos de congratulações ao Dr. Paulo Munhoz da Rocha, por ter assumido a Presidência da RFFSA. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado da Educação, pleiteando a nomeação das professoras remanescentes do concurso de 1.^a a 4.^a séries, do 1.^o Grau, realizado no ano de 1985, no Município de Maringá. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública, encarecendo a instalação de um terminal telefônico e um aparelho no Setor de Identificação, no Município de Maringá. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente do BANESTADO S/A, por intermédio da Secretaria de Estado das Finanças, encarecendo a implantação de um Posto Avançado, do referido banco, no Município de Presidente Castelo Branco. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado da Agricultura, pleiteando a liberação de recursos no valor de Cz\$ 500 mil para a construção de Abastecedor Público, na localidade denominada Colônia Mineira, no Município de Ivatuba. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado dos Transportes, encarecendo a construção de duas pontes sobre o Rio Ivatuba, Gleba Paiçandu, no Município de Ivatuba. **Aprova-**

do. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ferrari, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Comandante da Polícia Rodoviária Estadual, por intermédio da Secretaria de Estado dos Transportes, encarecendo que o destacamento do Município de Sarandi dê atendimento aos acidentes ocorridos na BR-376, dentro do perímetro urbano daquele Município. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Governador do Estado, encarecendo a regularização trabalhista dos professores conveniados com a FUNDEPAR. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Governador do Estado, viabilizando a nomeação das professoras remanescentes do concurso de 1.^a a 4.^a séries, realizado no ano de 1985, no Município de Maringá. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado do Trabalho e Assuntos Comunitários, encarecendo a liberação de verba, para atendimento aos programas de trabalho da Fundação de Desenvolvimento Social, do Município de Maringá. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado dos Transportes, encarecendo a liberação de 15 mil litros de óleo diesel, que serão destinados para recuperação de estradas do Município de Ivatuba. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nestor Baptista, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao piloto Alexandre Bernardi, pela conquista do Campeonato Brasileiro de motocross, categoria "B". **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Se for para a justificação do voto, Vossa Excelência terá que fazer por escrito porque se trata de matéria vencida.

O SR. RAFAEL GRECA - Sim. Trata-se de matéria vencida. No entanto, há que se lamentar que não possa o Governo do Paraná, eu imagino o Secretário José Carlos de Carvalho...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Esta Presidência solicita a Vossa Excelência que faça por escrito, tratando-se da mesma matéria.

O SR. RAFAEL GRECA - Eu pedi a palavra Pela Ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Pela Ordem, Vossa Excelência está com a palavra. Mas se for da mesma matéria Vossa Excelência deverá fazer por escrito.

O SR. RAFAEL GRECA - Não entendo por que, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Porque é justificação de voto

O SR. RAFAEL GRECA - Este Regimento repetidas vezes tem sido violentado, e eu não imagino que o Secretário José Carlos Gomes de Carvalho, que é um homem íntegro, tenha alguma coisa a esconder a propósito do Projeto do Centro de Convenções no Cine Vitória, que é um projeto que nasceu na minha prancheta no Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba, é do interesse da Cidade...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Eu solicito ao Deputado a observância do Art. 152 onde diz:

"É proibido expressamente ao Deputado discutir matéria vencida, podendo apenas enviar à Mesa simples declaração escrita de voto".

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado da Educação, viabilizando a realização de concurso para as professoras conveniadas com o Estado e que atuam em Escolas Públicas do Estado. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nereu Carlos Massignan, constante do expediente, solicitando o envio de expediente, aos Senhores Ministro do Interior e Justiça do Governo do Chile, manifestando preocupação com os presos políticos daquele País. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente, solicitando voto de congratulações aos desportistas paranaenses ganhadores de medalhas nos X Jogos Pan-Americanos. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente, solicitando votos de congratulações aos Senhores Governador do Estado e Secretário de Estado dos Transportes pela duplicação da BR-376. **Aprovado.** À Direto-

ria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nelson Vasconcellos, constante do expediente, solicitando envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado dos Transportes, encarecendo a construção de um trevo de acesso ao Distrito de Perobal, na PR-323, no Município de Umuarama. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nelson Vasconcellos, constante do expediente, solicitando envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado dos Transportes, encarecendo a pavimentação da estrada de ligação do Distrito de Perobal, no Município de Umuarama, a Saltinho do Oeste, no Município de Iporã. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente, solicitando envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado da Educação, viabilizando a regularização trabalhista dos professores conveniados da FUNDEPAR. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Edmar Luiz Costa, constante do expediente, solicitando votos de congratulações ao Dr. Paulo Munhoz da Rocha, por ter assumido a Presidência da RFFSA. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente, solicitado o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado da Educação, pleiteando a nomeação das professoras remanescentes do concurso de 1.^a a 4.^a séries, do 1.^o Grau, realizado no ano de 1985, no Município de Maringá. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública, encarecendo a instalação de um terminal telefônico e um aparelho no Setor de Identificação, no Município de Maringá. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente do BANESTADO S/A, por intermédio da Secretaria de Estado das Finanças, encarecendo a implantação de um Posto Avançado, do referido banco, no Município de Presidente Castelo Branco. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado da Agricultura, pleiteando a liberação de recursos no valor de Cz\$ 500 mil para a construção de Abastecedouro Público, na localidade denominada Colônia Mineira, no Município

de Ivatuba. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado dos Transportes, encarecendo a construção de duas pontes sobre o Rio Ivatuba, Gleba Paçandu, no Município de Ivatuba. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Comandante da Polícia Rodoviária Estadual, por intermédio da Secretaria de Estado dos Transportes, encarecendo que o destacamento do Município de Sarandi dê atendimento aos acidentes ocorridos na BR-376, dentro do perímetro urbano daquele Município. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Governador do Estado, encarecendo a regularização trabalhista dos professores conveniados com a FUNDEPAR. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Governador do Estado, viabilizando a nomeação das professoras remanescentes do concurso de 1.^a a 4.^a séries, realizado no ano de 1985, no Município de Maringá. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário de Estado do Trabalho e Assuntos Comunitários, encarecendo a liberação de verba, para atendimento aos programas de trabalho da Fundação do Desenvolvimento Social, do Município de Maringá. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado dos Transportes, encarecendo a liberação de 15 mil litros de óleo diesel, que serão destinados para recuperação de estradas do Município de Ivatuba. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nestor Baptista, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao piloto Alexandre Bernardi, pela conquista do Campeonato Brasileiro de motocross, categoria "B". **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nestor Baptista, constante do expediente, solicitando voto de congratulações aos atletas paranaenses que participaram

nos Jogos Pan-Americanos de Indianápolis. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Homero Oguido, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado dos Transportes, encarecendo pavimentação das estradas ligando P-442, Assaí, entrocamento BR-369 (Uraí), e Estrada Rural que liga a sede (Assaí) ao Pau D'Alho do Sul. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente, solicitando voto de aplauso à campeã Gisele Tourinho Miró pela conquista da medalha de ouro nos Jogos Pan-Americanos. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Raul Lopes, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Governador do Estado e Secretário de Estado da Segurança Pública, encarecendo a melhoria de vencimentos para a Polícia Militar do Estado. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao Dr. Paulo Munhoz da Rocha, pela sua posse na Presidência da Rede Ferroviária Federal S/A. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Ministros da Agricultura e Fazenda e Secretário da Agricultura, manifestando apoio à reivindicação formulada pela Associação das Indústrias Moageiras de Milho do Paraná, quando a referida classe pede que o milho seja estocado e industrializado no Estado. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Ministros da Fazenda, da Indústria e Comércio e do Planejamento, Presidente do CEBRAE, Governador do Estado e Secretário da Indústria e Comércio, formalizando convite para o evento "Encontro Nacional da Pequena e Microempresas". **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Pedro Tonelli, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Diretor-Presidente da CELEPAR, visando informações de qual é o projeto ou estudo existente que deu origem à matéria publicada na "Gazeta do Povo". **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado José Afonso Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente

ao Senhor Deputado Federal Bernardo Cabral, relator da Comissão de Sistematização, encarecendo para que seja mantida, na proposta a ser incluída no anteprojeto da Constituição e relativa à desapropriação agrária, a manifestação do Poder Judiciário em todos os processos desapropriatórios. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado José Afonso Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Diretor da SANEPAR, por intermédio da Secretaria do Interior, visando providências no sentido de dar solução ao problema da Rede de Esgoto do Conjunto Habitacional Frei João Estevão Costa, do Município de Santo Antônio da Platina. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado José Afonso Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, para que o mesmo determine a execução de um desaterro na faixa de terra de domínio da Transbrasiliana - BR-153, no trevo que dá acesso à Rua 24 de Maio, no Município de Santo Antônio da Platina. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado José Afonso Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente do Conglomerado BANESTADO, encarecendo estudos para que sejam estampadas nos novos e futuros talonários do referido Banco os "IPÊS" da Avenida Oliveira Mota, no Município de Santo Antônio da Platina. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado José Afonso Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Diretor Geral do DECON, visando reparos gerais na Escola Estadual Dona Moralina Eleotério, localizada na Vila São José, no Município de Santo Antônio da Platina. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Raul Lopes, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Governador do Estado e Secretário da Educação, encarecendo que, em caso de desativação do Colégio Militar de Curitiba, as instalações do mesmo sejam aproveitadas pelo Colégio da Polícia Militar. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela passagem do "Dia do Soldado". **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado da Política

Habitacional e Diretor Presidente da COHAPAR, viabilizando a construção de (cinquenta) casas populares, através do Sistema Financeiro da Habitação, no Município de Colombo. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Segurança Pública, encarecendo a locação de uma viatura para a delegacia de Polícia, do Município de Mandirituba. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Diretor Geral do DNER, encarecendo providências para o melhoramento da sinalização existente na BR-277, no trecho entre os Municípios de Curitiba e Borda do Campo. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Domingos Scarpellini, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente do ITCF do Paraná, encarecendo que se estabeleça exatamente o local da divisa entre os Municípios de Arapongas e Apucarana. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente do Tribunal de Contas, encarecendo informações sobre a aquisição de apartamentos, ambulâncias e prédios para funcionamento de órgãos estatais. **Em votação.**

O SR. CAÍTO QUINTANA - (Pela Ordem) Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente, solicitando voto de aplausos aos atletas paranaenses que conquistaram medalhas nos X Jogos Pan-Americanos. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Educação, propondo viabilizar a criação e implantação na rede estadual, de um programa de educação escolar básica e de formação profissional para deficientes físicos. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ezequias Losso, constante do expediente,

solicitando o envio de expediente ao Senhor Governador do Estado, pleiteando a criação e efetivação de um programa para treinamento profissional na Região Metropolitana de Curitiba. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao Sindicato dos Corretores de Imóveis no Estado do Paraná e ao Conselho Regional de Corretores de Imóveis, pela passagem do "Dia do Corretor de Imóveis". Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Ministro da Fazenda, manifestando o apoio desta Casa às reivindicações da representação agropecuária com respeito ao imobilismo das autoridades federais diante da crise financeira da produção rural. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao Comando da 5.ª Região Militar, pela passagem do "Dia do Soldado". Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado David Cheriegate, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, encarecendo providências para o reinício das obras de asfaltamento da rodovia que liga os Municípios de Quedas do Iguaçu a Três Barras do Paraná. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado David Cheriegate, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Governador do Estado e Secretário da Educação encarecendo a instalação do ensino de 2º Grau, na Escola Estadual Jardim Floresta, no Município de Cascavel. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado David Cheriegate, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Governador do Estado e Secretário da Educação, encarecendo a instalação de ensino de 2º Grau na Escola Estadual José Angelo Baggio Orso - Ensino de 1º Grau, Jardim Guarujá, no Município de Cascavel. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Governador do Estado e Secretário dos Transportes, encarecendo melhorias para o aeroporto do Município de Bandeirantes. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente do Senado Federal, encarecendo a remessa de cópia do pronunciamento do Ministro da Previdência Social, a respeito das aquisições de ambulâncias, apartamentos e um prédio na Cidade do Rio de Janeiro. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente, solicitando voto de congratulações para o Município de Cruzeiro do Oeste, pela passagem do seu aniversário. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria dos Senhores Deputados Gernote Kirinus, Sabino Campos e Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Ministro da Justiça, encarecendo empenho junto ao Tribunal Federal de Recursos para revogação da sentença da Justiça Federal de Curitiba, referente a interdição da Estrada do Colono. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Luiz Antônio Setti, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário de Segurança Pública, encarecendo uma viatura policial para a Delegacia do Município de Santa Amélia. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rafael Greca, constante do expediente, solicitando voto de congratulações a Senhorita Gisele Miró pela conquista da medalha de ouro para o Brasil nos Jogos Pan-Americanos. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado José Afonso Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Superintendente do INPS - Paraná, encarecendo informação do motivo do atraso na entrega dos carnês dos beneficiários do FUNRURAL do Município de Santo Antônio da Platina. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria dos Senhores Deputados Caíto Quintana, Lauro Lobo Alcântara, José Rogério Carvalho e demais Senhores Deputados, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Meritíssimo Juiz Federal da 1.^a Vara desta Capital, manifestando desagrado pela decisão em manter interditada a Estrada do Colono. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Segurança Pública, encarecendo a construção de uma Sub-Delegacia de Polícia, no Distrito de Arapuã, no Município de Ivaiporã. **Aprovado.** À Di-

retoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário de Segurança Pública, encarecendo a construção de uma Sub-Delegacia de Polícia no Distrito de Romeópolis, no Município de Ivaiporã. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário de Segurança Pública, encarecendo a construção de uma Sub-Delegacia, ou reforma do imóvel que atualmente abriga a cadeia, no Distrito de Jacutinga, no Município de Ivaiporã. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário de Segurança Pública, encarecendo a construção de uma Sub-Delegacia de Polícia no Distrito de Alto Porã, no Município de Ivaiporã. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando a transcrição nos Anais da Casa do documento produzido pelo Bloco Parlamentar Agropecuário. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa. (A matéria achase publicada no final desta Ata).

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário de Segurança Pública, encarecendo a construção de uma Sub-Delegacia de Polícia no Distrito de Ariranha, no Município de Ivaiporã. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário de Segurança Pública, encarecendo a emissão e uso de Carteira de Identificação Funcional para Delegado (leigo) que presta serviço no interior deste Estado. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Pedro Tonelli, constante do expediente ao Senhor Diretor Executivo da União de Bancos S/A, no Paraná, encarecendo tratamento especial aos pequenos e médios produtores rurais paranaenses endividados através de financiamentos bancários. Retirado pelo autor.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Pedro Tonelli, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Chefes da Casa Civil e Secretários da Segurança Pública, e da Agricultura e Abastecimento, encarecendo providências com relação à execução de agricul-

tores endividados por bancos particulares. Retirado pelo autor.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado David Cheriegate, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Governador do Estado e Ministro da Educação, encarecendo a instalação de uma Escola Técnica Agrícola no Município de Cascavel. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 31, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

- 3.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei ns. 42/87, 61/87, 72/87, 78/87, 96/87.
- 2.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei ns. 109/87, 114/87, 131/87.
- 1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Resolução ns. 49/87 à 51/87.

Levanta-se a Sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO ORLANDO PESSUTI, EM SESSÃO DO DIA 27 DE AGOSTO DE 1987.

BLOCO PARLAMENTAR AGROPECUÁRIO
"Na Defesa Constante da
Agropecuária Paranaense"

Em reunião realizada em 26 de Agosto de 1987, pelo Bloco Parlamentar Agropecuário, da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, foram debatidos diversos problemas que hoje afligem grande número de agricultores paranaenses.

Em face do debate ocorrido sobre as questões levantadas pelos Senhores Deputados, o Bloco Parlamentar Agropecuário aprovou as reivindicações (teor abaixo) a serem encaminhadas às principais autoridades estaduais e federais.

Reivindicações

1. Que o Banco Central do Brasil reveja os critérios da isenção do pagamento de correção monetária, contidos na resolução n. 1352, de modo a poder contemplar, também, com a isenção, os produtores que contraíram financiamento agrícola anteriormente a 1º de Março de 1986, e que não foram contemplados com os benefícios da resolução n. 1352, de 1º de julho de 1987.

2. Que as operações de créditos de natureza essencialmente agrícola, e que foram contratadas com recursos do PRONAGRI - Programa de Apoio à Agroindústria - sejam,

também, enquadradas entre as operações que receberam os benefícios estabelecidos pela Resolução n. 1352.

3. Que Banco Central do Brasil promova imediata divulgação da obrigatoriedade da restituição da correção monetária já cobradas pelo Banco do Brasil e bancos comerciais, nos contratos formalizados ao abrigo da Resolução n. 1352.

4. Que o Governo Federal estabeleça a criação de um Fundo de Saneamento Financeiro para dar cobertura a contratos formalizados por Produtores Rurais para o custeio de suas atividades agrícolas, que foram celebrados com recursos livres, não enquadrados no MCR-37.

5. Que sejam sustadas, imediatamente, todas as execuções, pelos Bancos credores, e se proceda à recomposição das dívidas dos Produtores Rurais, após a elaboração de planos de recuperação técnica-financeira.

6. Que no caso em que houver seqüestro de bens, sejam os mesmos colocados sob a guarda do próprio produtor, dando-lhe condições para continuar trabalhando e produzindo.

7. Que o Banco Central do Brasil tome enérgicas medidas no sentido de fiscalizar o cumprimento de suas resoluções, pelos agentes financeiros oficiais e privados.

8. Que os Governos Federal e Estaduais tomem medidas de planejamento, orientação e regulamentação, que visem racionalizar a circulação de produtos agrícolas, no sentido de se evitar os constantes "passeios" que oneram em demasia os produtos finais obtidos.

(aa) Orlando Pessuti
Algaci Túlio
Antônio Costenaro Neto
Werner Wanderer
Lauro Lobo de Alcântara
Cândido Bastos
João Arruda
(a) ILEGÍVEL

Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Cívico Bento Munhoz da Rocha Neto
Prédio Administrativo - 3º andar-sala 301
Fones: (041) 222-0353- PABX 234-7522
ramais 522 e 523

1.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.^a LEGISLATURA
ATA DA 19.^a SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 27 DE AGOSTO DE 1987
QUINTA-FEIRA.

Presidência do Senhor Deputado Eduardo Baggio, secretariada pelos Senhores Deputados José Afonso Júnior e Lindolfo Júnior.

Às doze horas, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Antônio Annibelli, Eduardo Baggio, Ferrari Júnior,

Anibal Khury, Lindolfo Júnior, Vera Agibert, José Alves, Acyr Mezzadri, Alexandre Ceranto, Algaci Tulio, Amélia Hruschka, Antônio Bárbara, Antônio Belinati, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, David Cherlegate, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Domingos Scarpellini, Edmar Luiz Costa, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Gernote Kirinus, Hermas Brandão, João Arruda, José Afonso Júnior, José Felinto, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcântara, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antônio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Pirajá Ferreira, Quielse Crisóstomo, Rafael Greca, Raul Lopes, Sabino Campos, Tadeu Lúcio Machado, Valderi Mendes Vilela e Werner Wanderer (49). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Haroldo Rodrigues Ferreira, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Nestor Baptista e Paulino José Delazeri (05).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Não havendo expediente a ser lido,

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de quarenta e nove Senhores Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

1.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 311/85, de autoria do Deputado SABINO CAMPOS, que declara de Utilidade Pública a "ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA - APMI", com sede e foro no Município de Jesuítas. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no DA. nº 132/85, de 26.11.85).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 311/85

PARECER:

Autor: DEPUTADO SABINO CAMPOS

SÚMULA: Declara de Utilidade Pública a "ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA - APMI", com sede e foro no Município de Jesuítas.

O Plano de Lei em exame, de autoria do Ilustre Deputado Sabino Campos tem por finalidade declarar de Utilidade Pública, a "Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI", com sede e foro no Município de Jesuítas.

A matéria encontra-se de acordo com a sua justificativa e documentação, em concordância com as disposições que a Lei nº 6.994 de 10.01.78 estabelece ao dispor sobre as normas para declaração de Utilidade Pública, no seu artigo 1º itens I a IV.

Assim posto, esta Douta Comissão de Constituição e Justiça, chamada a opinar, entendeu que não há óbice de natureza legal à tramitação do mesmo, nesta Augusta Casa de Leis.

Nestas condições, opinamos FAVORAVELMENTE pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei nº 311/85.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 18.08.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

GERNOTE KIRINUS

Relator.

1.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 181/86, de autoria do Deputado DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR, que declara de Utilidade Pública a "ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE PRUDENTÓPOLIS - APAE", com sede e foro na cidade de Prudentópolis, Paraná. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no DA. nº 84, de 19.08.86).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 181/86

PARECER:

De autoria do ilustre Deputado Djalma de Almeida César, objetiva o presente Plano de Lei declarar de Utilidade Pública a "ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE PRUDENTÓPOLIS - APAE", com sede e foro na Cidade de Prudentópolis.

Encontra-se o processado instruído com as peças exigidas pela legislação própria, inexistindo óbices de natureza regimental à sua normal tramitação pelos demais órgãos da Casa.

Em tais circunstâncias, somos pela APROVAÇÃO do presente Plano de Lei, nos termos em que se apresenta.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 26.05.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente
CÂNDIDO BASTOS
Relator.

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 199/86, de autoria do Deputado ADHAIL S. PASSOS, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao PADRE JOSÉ DE ALMEIDA PENALVA. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no DA. n° 89, de 27.08.86).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 199/86

PARECER:

O Projeto de Lei em tela, de autoria do Nobre Deputado Adhail Sprenger Passos, tem por objetivo conceder o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Padre JOSÉ DE ALMEIDA PENALVA.

Consultando-se a Lei n° 5.638, de 13.09.67, que dispõe das condições essenciais para a concessão de cidadania honorária paranaense e lido o "curriculum-vitae" do Padre Penalva, viu-se que ele desempenhou com denodo seu professorado de Filosofia, História, Teologia e Música, contribuiu científica, cultural, artística e literalmente através de suas composições, obras, palestras, conferências e estudos em benefício e honra de nosso Estado.

Assim sendo, pela justeza da proposição citada em prol de tão elevada personalidade, nada encontra esta Douta Comissão de Constituição e Justiça que obste a legal tramitação do mesmo. Sendo este PARECER FAVORÁVEL pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 26.05.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

ERONDY SILVÉRIO

Relator.

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 249/86, de autoria do Deputado MÁRIO PEREIRA que denomina "ATÍLIO MEZZON" o trecho da rodovia PR-575 que liga a sede do Município de Nova Aurora ao seu Distrito de Palmitópolis. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., e EMENDA, por unanimidade. Aprovado. (Publ. no DA. n° 116, de 15.10.86).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 249/86

PARECER:

O Projeto de Lei em exame, de autoria do nobre Deputado Mário Pereira, visa denominar "Atílio Mezzon" o trecho da Rodovia que liga a sede do Município de Nova Aurora, ao seu Distrito de Palmitópolis.

A justificativa nos convence de sua

oportunidade, ao render justa homenagem a quem muito contribuiu para o desenvolvimento de Nova Aurora.

Anexa ao Projeto encontra-se emenda do autor, subscrita por outros Deputados, que suprime a expressão "PR- 575", da súmula do Art. 1°.

Nestas condições e não encontrando óbices de ordem legal, ou constitucional, somos de parecer favorável, opinando pela sua aprovação, na forma da emenda que ora apresentamos.

Sala das Comissões, em 26.05.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

ACYR MEZZADRI

Relator.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA AO PROJETO DE LEI N° 249/86

O Artigo 1°, do Projeto de Lei n° 249/86, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 1°- Fica denominado Atílio Mezzon, o trecho da rodovia que liga a sede do Município de Nova Aurora ao seu Distrito de Palmitópolis".

Art. 2°-

Sala das Comissões, em 26.05.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

ACYR MEZZADRI

Relator.

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 272/86, de autoria do Deputado PAULO FURIATTI, que declara de Utilidade Pública o "MOVIMENTO DE AÇÃO ECOLÓGICA - MAE", com sede foro em Curitiba-Pr. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no DA. n° 130/86, de 11.12.86)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 272/86

PARECER:

De autoria do ilustre Deputado Paulo Cesar Fiates Furiatti, objetiva o presente Plano de Lei declarar de Utilidade Pública o "Movimento de Ação Ecológica- MAE", com sede e foro em Curitiba.

Encontra-se o processado instruído com as peças exigidas pela legislação própria, inexistindo óbice de natureza regimental à sua normal tramitação pelos demais órgãos da Casa.

Em tais circunstâncias, somos pela APROVAÇÃO, do presente Plano de Lei, nos termos em que se apresenta.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 09.06.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

ACYR MEZZADRI

Relator.

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 130/87, de autoria do Deputado CÂNDIDO BASTOS, que declara de Utilidade Pública a "ASSOCIAÇÃO DAS SENHORAS DE CARIDADE DE CANTAGALO", com sede e foro em Cantagalo. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Publ. no DA. n° 77, de 03.08.87).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 130/87

PARECER:

De autoria do ilustre Deputado Candido Bastos, objetiva o presente Plano de Lei declarar de utilidade pública, a ASSOCIAÇÃO DAS SENHORAS DE CARIDADE DE CANTAGALO, com sede e foro no Município de Cantagalo.

Encontra-se o processado instruído com as peças exigidas pela legislação própria, inexistindo óbices de natureza regimental à sua tramitação normal pelos demais órgãos da Casa.

Em tais circunstâncias, somos pela APROVAÇÃO do presente Plano de Lei, nos termos em que se apresenta.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 18.08.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

ACYR MEZZADRI

Relator.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão extraordinária, marcando uma sessão ordinária para segunda-feira, dia 31, à hora regimental, com a Ordem do Dia já anunciada e mais

2.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 311/85, 181/86, 199/86, 249/86, 272/86 e 130/87.

Levanta-se a Sessão.

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E
COLONIZAÇÃO

1.^a SESSÃO LEGISLATIVA- 11. LEGISLATURA

ATA DA 4.^a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezessete dias do mês de junho do ano de hum mil novecentos e oitenta e sete, às dezesseis horas, na Sala das Comissões, sob a Presidência do Senhor Deputado Domingos Scarpellini e contando com as presenças dos Senhores Deputados membros da mesma, reuniu-se a Comissão de Terras, Imigração e Colonização. Havendo número legal, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, e como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, tendo sido relatado o PROJETO DE LEI N°95/87, de autoria do Deputado Antônio Annibelli, que dá nova redação ao artigo 3° da Lei n° 7.231/79, alterado pelo art. 1° da Lei n° 8.422/86, conforme especifica. (Autoriza a Prefeitura Municipal de Rio Azul a doar ao "Lar dos Velhinhos de Rio Azul", a área de terra com 5.280 m² (cinco mil, duzentos e oitenta metros quadrados). Parecer Favorável APROVADO. E o PROJETO DE LEI N° 126/87, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 57/87, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Guarapuava um imóvel com área de 4.140 m², havido pelo Estado conforme transcrição n° 21.402, do Livro 3-N do Cartório do 2° Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Guarapuava. Parecer Favorável. APROVADO. E o PROJETO DE LEI N° 370/84, de autoria da Deputada Amélia Hruschka, que cria o Município de Luiziana, com território desmembrado do Município de Campo Mourão e divisas do atual Distrito Administrativo, com sede e foro na localidade do mesmo nome. Parecer Favorável. APROVADO. Sendo o que constava da Ordem do Dia e nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais, para constar, eu, Angelina Garcia Pacheco, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata que após lida e achada conforme, será assinada pelo Senhor Presidente e por mim, para que produza os efeitos legais.

(aa) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

Presidente

ANGELINA GARCIA PACHECO

Secretária.